

# **INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS, 2010-2014**

Érika Lemes de Andrade



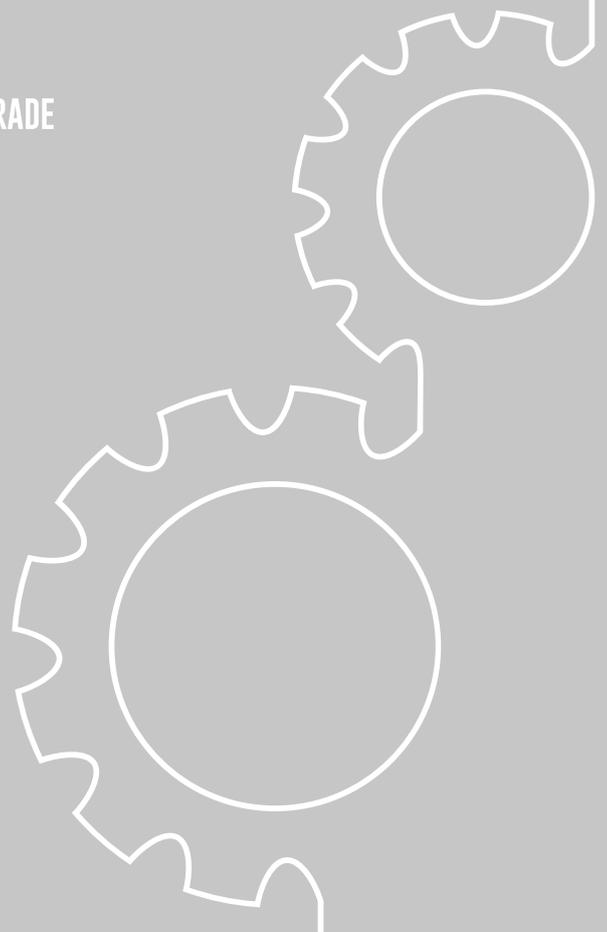
INSTITUTO FEDERAL  
Goiano

# INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS MORRINHOS, 2010-2014

ÉRIKA LEMES DE ANDRADE



INSTITUTO FEDERAL  
Goiano



---

**Reitor**

*Elias de Pádua Monteiro*

**Conselho Editorial**

*Alan Carlos da Costa*

*Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*

*Iraci Balbina Gonçalves Silva*

*Pró-Reitora Substituta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação*

**Conselheiros representantes de área (2020/21)**

*Ana Paula Silva Siqueira*

*Diego Pinheiro Alencar*

*Édio Damásio da Silva Júnior*

*Elis Dener Lima Alves*

*Guilherme Malafaia Pinto*

*Ítalo José Bastos Guimarães*

*Ivandilson Pessoa Pinto de Menezes*

*Júlio César Ferreira*

*Kleyfton Soares da Silva*

*Luiza Ferreira Rezende de Medeiros*

*Maria Luiza Batista Bretas*

*Mariana Buranelo Egea*

*Maryele Lázara Rezende*

*Matias Noll*

*Natália Carvalhães de Oliveira*

*Paulo Alberto da Silva Sales*

*Rosenilde Nogueira Paniago*

**Equipe do Núcleo da Editora IF Goiano**

*Sarah Suzane Bertolli - Coordenadora do Núcleo da Editora*

*Lídia Maria dos Santos Moraes - Assessora Editorial*

*Johnathan Pereira Alves Diniz - Assessor Técnico*

*Tatianne Silva Santos - Assessora Gráfica*

**Revisão textual**

*Viviane Mendonça, Eliane Regina e Nicole Leal*

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

*Gráfica Santa Cruz*

**Bibliotecário responsável:**

*Johnathan Pereira Alves Diniz*

---

O conteúdo desta obra é público e poderá ser reproduzido integralmente ou em partes, desde que citada a fonte.

O conteúdo e os temas abordados nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores. Eximindo-se assim a responsabilidade legal do Instituto Federal Goiano, sobre possíveis futuras contestações ou quaisquer outras alegações.

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano**

---

A553i

Andrade, Érika Lemes de.

Inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos (2010-2014) / Érika Lemes de Andrade – 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2022.  
102 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-65-87469-25-6

1. Educação Profissional - Brasil. 2. Ciências Sociais Aplicadas. I. Instituto Federal Goiano.  
II. Título.

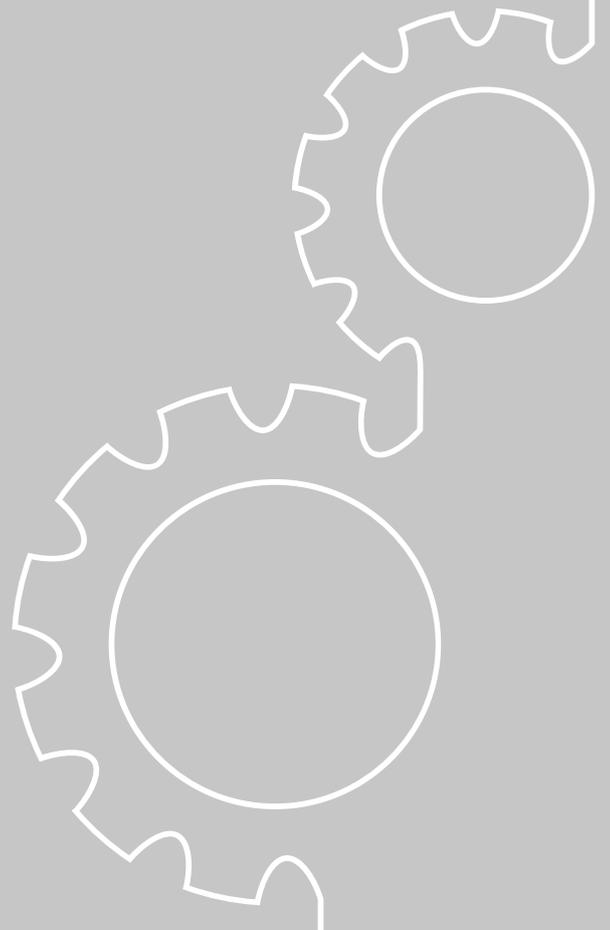
CDU: 377(81)

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | 07 |
| <b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO</b> .....                        | 13 |
| 2.1 Políticas públicas: uma abordagem conceitual .....   | 13 |
| 2.2 Políticas públicas de educação profissional .....  | 15 |
| 2.3 Educação profissional e tecnológica e qualificação profissional: alguns antecedentes .....           | 16 |
| 2.3.1 A Constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....             | 20 |
| 2.4 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Desenvolvimento Regional ..... | 24 |
| 2.5 A educação profissional e tecnológica e o mercado de trabalho.....                                   | 26 |
| 2.6 Os egressos da educação profissional e tecnológica e o mercado de trabalho.....                      | 29 |
| <b>3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA</b> .....   | 39 |
| 3.1 A Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás e o município de Morrinhos.....                      | 39 |
| 3.1.1 Aspectos Sociodemográficos .....   | 41 |
| 3.1.2 Aspectos Econômicos .....  | 44 |
| 3.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Morrinhos .....                  | 50 |
| 3.2.1 Cursos técnicos cursados pelos egressos que compõem o universo da pesquisa .....                   | 55 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4. METODOLOGIA .....</b>   | <b>63</b>  |
| <b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>   | <b>69</b>  |
| 5.1 Perfil sociodemográfico dos egressos .....  | 69         |
| 5.2 A inserção profissional dos egressos e expectativas quanto ao mercado de trabalho .....                         | 73         |
| 5.3 A perspectiva do empregador no contexto da qualificação profissional e as demandas do mercado de trabalho ..... | 81         |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>87</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>93</b>  |
| <b>A ORGANIZADORA .....</b>   | <b>101</b> |

# CAPÍTULO 1





# CAPÍTULO 1

## 1. Introdução

No Brasil, a educação profissional e tecnológica encontra-se em importante momento de sua história, diante das ações do Estado, no sentido de consolidá-la como política pública de educação, alicerçada na intenção de que as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se estabeleçam como um pilar na articulação de projetos de integração e desenvolvimento socioeconômico, em âmbito local e regional.

A análise da trajetória histórica dessa modalidade de educação no país demonstra a intrínseca relação estabelecida entre educação profissional e o mercado de trabalho e, nesse contexto, as significativas mudanças ocorridas no cenário econômico/produtivo, social e político condicionaram o surgimento de novas exigências relacionadas à inserção de tecnologias e o impacto sobre os indivíduos e o mercado de trabalho, exigindo novas formas de profissionalização, com trabalhadores capazes de interagir e se adaptar às constantes transformações (BRASIL, 1995; BRASIL, 1999).

Nesse sentido, as pessoas esperadas para atuação na nova modalidade, muitas vezes, encontram-se entre os egressos do ensino profissional e tecnológico. Nesta pesquisa, entende-se como egresso o discente que, efetivamente, concluiu as atividades previstas na matriz curricular do curso e recebeu o diploma de conclusão (BRASIL, 2009). E como condição de empregabilidade temos como referência o conjunto de características do trabalhador que possibilita a inserção e permanência deste no mercado de trabalho, características que se constituem na junção de conhecimentos e habilidades necessárias à formação de competências e esforço individual de (re)adequação às exigências do trabalho (BRASIL, 2009). Infere-se, daí, a necessidade da formação polivalente e continuada, que permita ao trabalhador constante atualização no que tange às novas formas de produção mediadas por tecnologias (BRASIL, 1995).

Nesse contexto, apresenta-se como problema central da pesquisa: de que forma tem-se dado o processo de inserção profissional dos egressos de Cursos Técnicos em Alimentos, Agricultura, Agroindústria, Agropecuária, Informática e Manutenção e Redes de Computadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) – Campus Morrinhos no mercado de trabalho regional? Buscando-se compreender: Quais as características da região no que tange aos aspectos demográficos, sociais, educacionais e econômicos, e quanto à atuação do IF Goiano? Qual o perfil sociodemográfico dos egressos, quantos se inserem no mercado de trabalho e em que condições, quais as expectativas destes em relação à formação continuada? Quais os motivos para a escolha das empresas se instalarem na região de Morrinhos e qual o grau de satisfação em relação à qualificação profissional dos egressos contratados?

De acordo com essas indagações, para o desenvolvimento desta pesquisa traçou-se como objetivo geral: analisar o processo de inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do IF Goiano

– Campus Morrinhos, concluintes no período de 2010 a 2014. Derivados deste, foram estabelecidos como objetivos específicos: descrever o perfil sociodemográfico dos egressos, sua atuação profissional e expectativas quanto à formação continuada; caracterizar o processo de inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho regional; analisar as condições de absorção dos egressos no mercado de trabalho, nível de coerência com a área de formação e a satisfação do empregador nesse contexto.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, com o intuito de expor ao leitor quais são os elementos norteadores que orientam a análise do objeto de pesquisa. Dessa forma, apresenta-se no primeiro capítulo, dedicado ao referencial teórico, informações referentes à trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, contextualizando a relação de suas proposições com o mercado de trabalho e o desenvolvimento regional e, ainda, a contextualização da temática desta pesquisa com outras já realizadas na área.

No segundo capítulo é apresentada a caracterização da Microrregião Meia Ponte do estado de Goiás, com destaque para o município de Morrinhos, apresentando os aspectos sociodemográficos e econômicos, a situação do mercado de trabalho e a educacional que justificam a escolha dessa região para a realização da pesquisa. São apresentadas, também, informações referentes à oferta de educação técnica profissional na Microrregião, caracterização do IF Goiano - Campus Morrinhos e os respectivos cursos ofertados.

No terceiro capítulo é realizada a caracterização metodológica da pesquisa, que se constitui em analítica, com abordagem quantitativa por meio da análise estatística dos dados coletados, tendo como procedimento técnico a pesquisa de campo, por intermédio da aplicação de questionários estruturados, viabilizada pela plataforma on line LimeSurvey, escolhida devido à sua acessibilidade, visto que os egressos encontram-se em localidades distintas. Nesse capítulo, também é traçado todo o percurso metodológico, desde a etapa de levantamento, método de pesquisa até a coleta e análise dos dados.

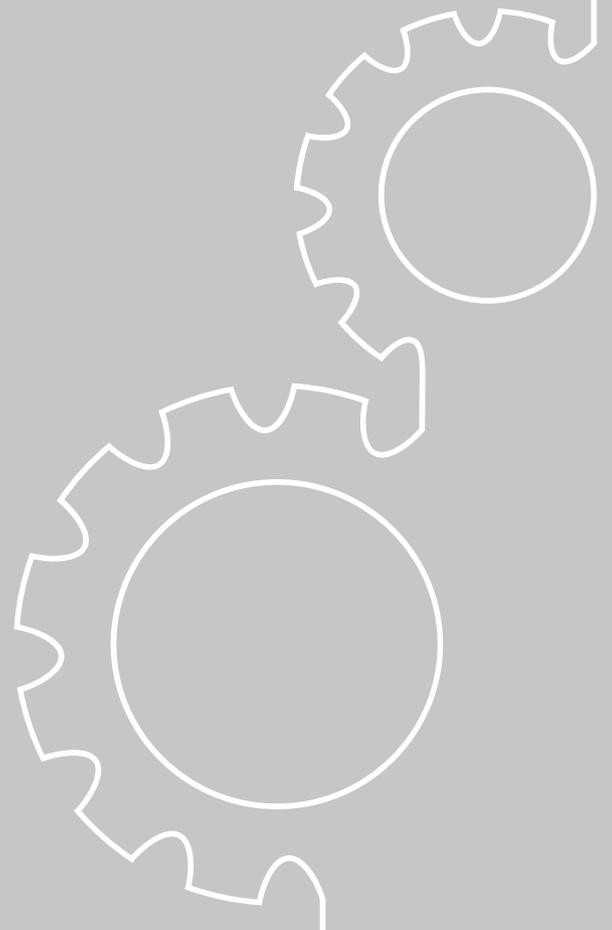
No quarto capítulo são apresentados os resultados e realizada a discussão por meio da análise dos dados e informações obtidas, relacionando-os com teorias e pesquisas anteriores que subsidiaram este trabalho. Do total de 222 egressos sujeitos da pesquisa, houve a adesão de 44% (98), sendo delineado: seu perfil sociodemográfico; apresentação de informações que caracterizam a frequência e distribuição dos egressos de cursos técnicos do IF Goiano – Campus Morrinhos no mercado de trabalho regional; caracterização do processo de inserção profissional, identificando as áreas de atuação e o nível de coerência com a sua área de formação; níveis de remuneração dos egressos e o quantitativo destes que possuem projetos de investimento em sua área de formação.

Quanto aos empregadores, do total de 16 empresas selecionadas para participar desta pesquisa, houve a adesão de 69% (11), possibilitando a descrição e análise dos motivos da escolha das empresas para se instalarem na região do município de Morrinhos e o grau de satisfação dos pesquisados em relação à mão de obra com qualificação técnica profissional contratada pela empresa, de forma a prover informações sobre a relação entre a demanda gerada pelo mercado de trabalho e a oferta de formação técnica profissional realizada pelo IF Goiano – Campus Morrinhos.

Cabe destacar que a motivação para a escolha da temática da pesquisa deve-se, inicialmente, ao interesse em conhecer os resultados efetivos da ação do Estado na sociedade, com intervenções por meio de políticas públicas e ações planejadas para seu desenvolvimento socioeconômico. A condição da pesquisadora, enquanto servidora no IF Goiano, permitiu o acompanhamento da execução das políticas para tal instituição, surgindo o interesse em conhecer in loco, por meio da pesquisa científica, os resultados que venham a contribuir com as proposições da política pública, apoiando a decisão dos gestores com dados e informações sobre as condições de inserção dos profissionais formados pelo IF Goiano no mercado de trabalho.



# CAPÍTULO 2





# CAPÍTULO 2

## 2. Políticas públicas de educação profissional e mercado de trabalho

Com o intuito de expor ao leitor quais são os elementos norteadores que orientam a análise do objeto de pesquisa, é apresentado neste capítulo, dedicado ao referencial teórico, informações referentes à trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, contextualizando a relação de suas proposições com o mercado de trabalho e o desenvolvimento regional e, ainda, a contextualização da temática desta pesquisa com outras já realizadas na área.

### 2.1 Políticas públicas: uma abordagem conceitual

Em virtude da natureza pública, o conceito de políticas assume importante função no ordenamento da sociedade por estar relacionado ao conjunto de providências pelas quais se expressam relações de poder destinadas a soluções de conflitos. Nesse sentido, as políticas públicas tornam-se estratégias de gestão e alvo de interesse da população por se relacionarem a ações que resultarão em impacto direto na vida do cidadão. Configurando-se na exteriorização da ação do Estado, Bucci (2002, apud SILVA, 2011, p. 1), define políticas públicas como:

Programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo, na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Diante disso, podemos considerar que as ações do Estado, muitas das quais têm influência direta sobre o cotidiano do cidadão, são ou deveriam ser oriundas de políticas públicas, tendo como distinção entre as políticas e os planos de governo o fato das primeiras possuírem objetivos macros e de longo prazo. Outro fator importante é o fato de que políticas públicas, também, podem advir de ações coletivas de uma comunidade, com o objetivo de atingir interesses comuns a todos.

Conforme indicado por Howlett e Ramesh (1995, apud NAJBERG; BARBOSA, 2006, p. 1), as políticas públicas são compostas por cinco etapas: construção da agenda; formulação de políticas; processo decisório; implementação de políticas e avaliação de políticas. É durante o processo de construção da agenda que se estabelecem as disputas entre as partes envolvidas, os atores políticos, e estas disputas se reproduzem nas etapas de formulação e implementação das políticas.

A construção da agenda constitui-se na fase de identificação e análise do problema com a proposição de possíveis soluções. Na etapa de formulação da política, ocorre a definição dos objetivos, quais serão os programas desenvolvidos e as metas a serem alcançadas. Em seguida, inicia-se o processo decisório, com definições em torno das alternativas, das competências das diversas esferas

públicas envolvidas, dos recursos e estratégias de implementação, cronogramas e parâmetros de avaliação.

A etapa de implementação compreende a prática dos atos derivados do planejamento realizado nas fases anteriores. Por fim, dá-se a etapa de avaliação, na qual averigua-se a eficácia, o cumprimento das intenções originais e a verificação de resultados não intencionais, sendo que as implicações dessa etapa podem ser usadas durante uma nova fase de definição do problema, reiniciando o ciclo de vida de uma política, até que ela seja criada e implementada com sucesso (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Como a prerrogativa do Estado é a gestão, essa necessidade de intervenção se materializa por meio de decisões que são descritas em intenções documentadas legalmente mediante leis, decretos, resoluções e normativas. Porém, faz-se importante ressaltar que esses documentos não são garantias de que as decisões se transformem em políticas públicas, visto que estão relacionadas, também, às questões orçamentárias e a outras de ordem burocrática. Sobre essa temática, Rua (1998, p. 2) ressalta que:

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha, entre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, e expressa – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

A autora ainda afirma que pode ocorrer de uma política pública não possuir vínculo direto entre o conteúdo da decisão e o resultado da implementação, sendo essa última etapa aquela em que decisões políticas são transformadas em ações, em fatos mensuráveis. Reforça-se, assim, a necessidade da avaliação no decorrer do processo de implementação, possibilitando ajustes e correções em possíveis falhas ou mesmo em ações necessárias para se adequar a novas demandas que surjam no decorrer do processo, uma vez que se trata de uma proposta de execução a longo prazo. Sobre esse aspecto, Majone e Wildavsky (1978, apud NAJBERG; BARBOSA, 2006, p. 11) afirmam que:

[...] a implementação ganha um caráter evolucionário: a cada ponto, impõem-se novas circunstâncias que permitem atualizar ideias e concepções que fundamentam a implementação. Quando se age para implementar uma política, ela está sendo alterada. Em outras palavras, uma política evolui durante a sua implementação por meio da adaptação.

A adaptação citada pelos autores depende de avaliações eficientes, que permitam reformulações e flexibilizações, sobretudo, mantendo o objetivo principal da política pública para que não haja desvios de finalidade e que ela continue a atender à demanda da qual derivou. Outra vertente importante de avaliação está relacionada à identificação dos fatores influenciadores do êxito ou insucesso da política pública, possibilitando uma análise completa de todos os fatores que condicionam o resultado final da ação do Estado.

Uma análise relevante para a compreensão da natureza de determinada política está na necessidade de se identificar as partes envolvidas e as reivindicações formuladas pelos agentes do sistema político que representam o Estado que, por sua vez, representa o cidadão, e que articula os apoios necessários ao sucesso da política pública. Nesse contexto, Rua (1998, p. 4) discorre nos seguintes termos:

Vimos que a política compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. Quem são os envolvidos nesses conflitos? São os chamados “atores políticos”, que são todos os que têm algo a ganhar ou a perder com as decisões relativas a uma política. Por isso, os atores políticos são sempre específicos e nunca entidades genéricas como “a sociedade” ou “o governo”.

Considerando as reflexões da autora, verifica-se que uma política pública surge da necessidade de se resolver um conflito e, para tanto, é importante a participação das partes envolvidas para que sejam formuladas e executadas propostas coerentes com a problemática e com as demandas mais relevantes e urgentes. Nesse sentido, e contextualizada com o trabalho ora desenvolvido, em pesquisa realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), os egressos são citados como partícipes no processo de avaliação da política de educação do Estado.

Neste sentido, os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia estas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino estabeleçam um canal de comunicação com este segmento. (BRASIL, 2009, p. 12, grifo nosso)

Ainda sobre esse aspecto, Dazzani e Lordelo (2012, p. 18) ressaltam que “egressos de programas e políticas sociais são sujeitos especialmente interessantes para compreendermos como esses programas e políticas se articulam com a sociedade”. Os egressos de cursos técnicos são, portanto, importantes fontes de informações que permitem entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa, constituindo, assim, rica fonte de informação para avaliação. Sobre a importância da pesquisa com egressos e os conhecimentos resultantes, Silveira e Carvalho (2012, p. 45) reforçam que “[...] tais informações são imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação de políticas voltadas para a inclusão social”.

Nesse processo de interação dos atores na constituição das políticas públicas, podem surgir demandas que tratem da solução de um problema ou também a decisão governamental em atuar sob o ponto de vista estratégico em determinada área, visando resultados sociais, econômicos e até mesmo políticos.

Em continuidade aos estudos da intervenção do Estado por meio das políticas públicas, direcionamos a pesquisa para a análise das ações em educação, tendo como fundamento o fato de o Estado ser o responsável pela concepção, acompanhamento e controle dessas políticas, fazendo da educação objeto de uma política pública.

## **2.2 Políticas públicas de educação profissional**

Moraes Junior e Tamez (2007) conceituam bens meritórios ou semipúblicos como sendo aqueles submetidos ao princípio da exclusão, podendo ser produzidos pelo governo ou pelo setor privado, citando, como exemplo, o serviço de educação. Esse serviço, devido aos benefícios sociais gerados e às externalidades positivas, proporciona empenho do Estado na necessidade e no interesse da formulação e desenvolvimento dessas ações como políticas, com vistas aos benefícios a serem refletidos em toda a sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), entendida como a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, está vinculada a elementos estratégicos para a construção da cidadania, por contribuir para a inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho, possibilitando oportunidades de acesso e melhores condições de vida (BRASIL, 2010).

As transformações da sociedade contemporânea no Brasil e no mundo são baseadas em alterações predominantemente tecnológicas, fator que exige adaptação constante do cidadão trabalhador enquanto partícipe do sistema produtivo. Assim, um fator importante que deve ser considerado são as adaptações na concepção de educação profissional e suas práticas na prerrogativa de capacitar o cidadão para a vida em sociedade e qualificá-lo para o mercado de trabalho sem, contudo, reduzir suas práticas a ações de treinamento e realização de tarefas. Sobre esse aspecto, Sampaio (2009, p. 12) enfatiza que:

Até meados da década de setenta, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada. Na sociedade atual, contrariamente, não se admite que o profissional tenha apenas a destreza manual aliada ao saber fazer; é necessário também que sejam agregadas novas competências relacionadas à inovação, à criatividade, ao trabalho em equipe e à autonomia na tomada de decisões. [...] Existe uma exigência cada vez maior pela permanente qualificação dos trabalhadores e pela constante identificação de novos perfis profissionais e de novos itinerários de profissionalização.

Assim, identificar essas necessidades e prover seu atendimento demanda conhecimento sobre organizar conteúdos e práticas de ensino. Documentos oficiais ressaltam o papel da Educação Profissional e Tecnológica, no sentido de contribuir para o progresso socioeconômico e que suas políticas interajam, efetivamente, com as políticas sociais e econômicas, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais, além da formação do cidadão para o mercado de trabalho. Com fundamentação nesses elementos, ocorre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs), em reafirmação das ações que envolvem a EPT como política pública (BRASIL, 2010).

Pode-se afirmar que a criação dos IFEs materializa a junção de fatores de ordem política, social e econômica, que traduzem o entendimento do Estado quanto ao papel da educação profissional no contexto de desenvolvimento do país. É nesse contexto que a educação como política pública reposiciona a função da educação profissional no Brasil. Ao investir no aspecto social do conhecimento, “[...] os Institutos Federais assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária”, conforme apresentado no documento produzido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), intitulado “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes” (BRASIL, 2010, p. 7).

## **2.3 Educação profissional e tecnológica e qualificação profissional: alguns antecedentes**

Visando contextualizar a evolução dos marcos das políticas em educação profissional no Brasil no que se refere ao processo de implantação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica<sup>1</sup>, e subsequente criação do IF Goiano no estado de Goiás, faz-se necessário apresentar um breve histórico da educação profissional no país. Essa modalidade de educação tem como marco inicial o ano de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto n.º 7.566, de 23/09/1909 (BRASIL, 1909), criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Sobre esse fato, Kuenzer (2002, p. 27) afirma que “a formação profissional como responsabilidade do estado inicia-se no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios, nas diferentes unidades da federação”.

A edição do referido decreto evidenciou a ação do Estado no sentido de atender à demanda da sociedade, ao disponibilizar oportunidade à população mais pobre, carente de acesso aos estudos, formação que lhes permitisse a inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 1909). Por outro lado, há também a explicitação do interesse na formação de “cidadãos úteis à nação”, o que naquele contexto histórico pode ser entendido como a formação profissional de mão de obra qualificada para atender às demandas do setor produtivo, que estava em processo de transferência do campo para os grandes centros urbanos, dada a estruturação do processo de industrialização (BRASIL, 2010). Em análise apresentada no documento citado acima, considera-se que “na origem dessas instituições, fica claramente identificado o atributo a essas escolas de importante instrumento de governo no exercício de política de caráter moral-assistencialista” (BRASIL, 2010, p. 11).

Posteriormente, no ano de 1937, essas instituições foram transformadas nos Liceus Industriais pela Lei n.º 378. Em 1941, por meio de uma série de leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio, podendo os egressos, após a conclusão do curso técnico, ingressarem no Ensino Superior. Em 1942, por meio do Decreto n.º 4.127, os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário (BRASIL, 1942). E no ano de 1959, por meio da Lei n.º 3.552, as escolas técnicas federais foram configuradas como autarquias (BRASIL, 1959). Segundo Kuenzer (1991, p. 7), “todas as escolas criadas em 1909 passam a oferecer cursos técnicos, além dos cursos industriais básicos e dos cursos de aprendizagem”.

Conforme Sampaio (2009), no ano de 1942, com o objetivo de criar um sistema nacional custeado pelas indústrias e comércio e para atender às suas necessidades, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, no ano de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Criou-se, assim, um sistema paralelo à educação geral, visto não ser permitida a equivalência entre a educação profissional ofertada pelo Estado e por essas instituições. Sob esse aspecto, Carvalho (2003, p. 80) aponta que “organizaram-se como um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, tendo por objetivo atender às necessidades imediatas da indústria e do comércio em expansão” e, ainda:

Dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um, para os que serão preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes: outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada. (KUENZER, 2002, p. 29)

---

1 A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido utilizada como referência a um conjunto de instituições federais, vinculadas ao MEC, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior (PACHECO, 2011, p. 57).

No contexto econômico, o desenvolvimento das escolas profissionais e tecnológicas esteve relacionado à necessidade de reação aos desafios conferidos pelo desenvolvimento econômico da época, baseado no modelo agrário exportador e, também, na industrialização crescente, que recebeu importante apoio estatal para o deslocamento do eixo produtivo da atividade agroexportadora para a industrial. As escolas posicionaram-se diretamente vinculadas às metas de desenvolvimento do país, onde os investimentos em educação priorizam a qualificação de mão de obra, tendo em vista seu papel estratégico e os profissionais técnicos foram considerados indispensáveis diante da aceleração do processo de industrialização (BRASIL, 2010). Carvalho (2003, p. 81) reforça os apontamentos sobre os rumos da educação profissional no Brasil quando da consolidação dessa modalidade de ensino afirmando que:

De um lado, a capacitação dos trabalhadores restrita a uma tarefa ou a uma ocupação, dispensando a educação geral. De outro a reorganização do ensino médio dicotomizado: uma perspectiva enfatiza a educação geral e a outra trata da qualificação especificamente atrelada ao mercado de trabalho.

A modalidade “educação profissional” foi tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, enfatizando a relação da educação profissional com o atendimento às demandas do mercado de trabalho (BRASIL, 1996). A regulamentação da modalidade de educação profissional foi consolidada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, quando ocorreu a extinção dos cursos técnicos integrados<sup>1</sup> ao Ensino Médio (BRASIL, 1997). De acordo com Simões (2010, p. 115), “Os [então] novos cursos técnicos, que [poderiam] ser concomitantes<sup>2</sup> ou sequenciais<sup>3</sup> ao ensino médio, começaram a ser implantados nas instituições de ensino no ano de 1998”.

Sampaio (2009) afirma que a educação profissional passa a ser tratada detalhadamente na LDB, havendo ainda o enquadramento dessa modalidade de educação no cenário da educação básica, como sendo o mecanismo responsável para o desenvolvimento de aptidões para o trabalho. Sob esse aspecto, Silveira (2006, p. 81) reitera:

Fica explícita a intenção presente na LDB de que a educação profissional seja o eixo em que, em um mundo altamente competitivo, o indivíduo obtenha êxito no mercado de trabalho, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o exercício profissional.

As determinações propostas pelo Decreto n.º 5.154/04 foram incorporadas à LDB por meio da Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, tendo dentre as principais prerrogativas a integração da EPT aos diferentes níveis e modalidades de educação e às vertentes do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2008). Sobre esse aspecto, Ramos (2010) destaca que as alterações propostas tiveram o intuito de definir a educação profissional em níveis, organizando essa modalidade em cursos e programas, assim, passou a abranger os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação

---

1 Integrados: os alunos cursam a área técnica e o Ensino Médio no Campus de forma integrada.

2 Concomitantes: os alunos cursam a área técnica no Campus e o Ensino Médio em outra instituição, simultaneamente.

3 Sequenciais ou subsequentes: os cursos são ofertados para os concluintes do Ensino Médio.

profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

No ano de 2008, o Ministério da Educação publicou o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) que, de acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9 de julho de 2008, organizou os cursos técnicos por eixos tecnológicos, estabeleceu a nomenclatura, carga horária e perfil descritivo, tratando ainda da infraestrutura para implantação e apresentando as possibilidades de atuação dos profissionais formados (BRASIL, 2008a).

As classificações descritas no CNCT referem-se a cursos técnicos nas modalidades concomitantes, oferecidos àqueles que estejam cursando a partir do segundo ano do Ensino Médio ou subsequente e aos alunos que tenham concluído o Ensino Médio, sendo esses cursos com matriz curricular direcionada para o mercado de trabalho, oferecendo conhecimentos mais avançados na área profissional correspondente ao curso (BRASIL, 2012).

Já o curso técnico integrado, ofertado aos discentes que tenham concluído apenas o Ensino Fundamental, é planejado de modo a conduzi-los à habilitação profissional técnica de nível médio, integrada ao Ensino Médio. Conta com matrícula única, não sendo possível, portanto, conclusões independentes.

Ainda conforme consta nas legislações citadas, ressalta-se o foco dessa modalidade de educação ser integrada no atendimento às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mercado de trabalho, ao apresentar os critérios para a oferta de cursos de EPT de nível médio, dentre os quais destacamos:

o atendimento às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;  
a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização das propostas;  
a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país. (BRASIL, 2004a, p. 13)

Reforça-se, assim, a vinculação entre a Educação Profissional e Tecnológica e o mercado de trabalho ao afirmar que os indivíduos que buscam formação nessa modalidade de ensino pretendem ingressar ou se reinserir no mercado de trabalho. Consolidada-se, também, a necessidade de alinhamento entre os cursos ofertados e suas características pedagógicas às demandas do setor produtivo.

As atualizações da legislação referente à EPT fazem parte de um novo momento histórico desse modelo de educação no país, quando ocorre a constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na intenção de alinhar as políticas e ações das instituições e delinear princípios que possam nortear iniciativas comuns.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi sancionada pelo então presidente da república, Michel Temer, a Lei n.º 13.415/2017, conhecida como a lei do novo ensino médio. Dentre as proposições, altera a Lei n.º 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e também institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral. As alterações propostas

passam a vigorar a partir do ano 2019 e, dentre as novidades, está o fato da formação técnica e profissional serem mais uma alternativa para o aluno de Ensino Médio em escolas regulares (BRASIL, 2017).

No ano 2017, o aluno que tem interesse em cursar uma formação técnica de nível médio precisa cursar, no mínimo, 2.400 horas do ensino médio regular e 800, 1000 ou 1.200 horas do curso técnico, dependendo do curso escolhido e, para isso, deve estar matriculado em escola que ofereça a modalidade de educação profissionalizante. O novo ensino médio permitirá que o aluno opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular, desde que ele continue cursando as disciplinas de formação geral, como Português e Matemática, até o final do curso. Assim, ao final dos três anos do nível médio, o aluno aprovado terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico (BRASIL, 2017a).

### **2.3.1 A Constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

Os incentivos para a educação profissional e o processo de expansão das escolas profissionais e tecnológicas desencadearam discussões no sentido de promover uma reforma curricular, com a construção de uma nova pedagogia institucional, consolidada pela criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da Lei n.º 8.948/94, que proclama a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (BRASIL, 1994), abrindo caminho para que, a partir do ano de 1999, um número significativo de Escolas Agrotécnicas fossem integradas a esse processo (BRASIL, 2004b). Nesse contexto, foram iniciadas as ações para a constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A partir do ano de 2003 foi incorporada à política de educação profissional do governo federal o enfoque da responsabilidade social, agregando ao enfoque da educação profissional, antes regida pela prioridade econômica, a vertente da qualidade social. Essa estrutura conceitual passou a ser objeto de diálogo e incentivo pelo governo federal, que reconhece a potencialidade estratégica, capacidades e qualidade de trabalho das instituições de ensino técnico e tecnológico federais. Sobre esse aspecto:

Essas instituições passariam a ocupar-se, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, entendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2010, p. 14).

O esforço para a consolidação da EPT em todo o país, como um pilar na articulação de ações de desenvolvimento regional, ratifica a atuação do Estado no sentido de consolidar essa modalidade de educação como política pública, passando a constituir uma das dimensões que melhor evidencia as inter-relações do sistema educativo e de outros sistemas sociais (BRASIL, 2004b).

Orientada para a formação integral de cidadãos trabalhadores, objetiva-se proporcionar o alinhamento do ensino técnico, científico e tecnológico com as políticas voltadas para a contribuição no desenvolvimento de setores produtivos, sociais e culturais, e a promoção dessa modalidade de educação associada a projetos de desenvolvimento socioeconômico, em âmbito local e regional (BRASIL, 2010).

Afirma-se que a questão não é acadêmica, e sim política, dizendo respeito às finalidades estratégicas (BRASIL, 2004b). Sendo assim, é nesse contexto que se inicia a ampliação do número de escolas federais de educação profissional e tecnológica. A primeira fase de expansão foi iniciada em 2006, visando a implantação das escolas nos estados desprovidos dessas instituições, periferias de cidades metropolitanas e em municípios distantes de centros urbanos, cuidando para que os cursos ofertados estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho e renda (BRASIL, 2010).

No ano de 2007 iniciou-se a segunda fase da expansão com o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (BRASIL, 2010). Com o estabelecimento desse critério, buscou-se a distribuição territorial equilibrada dos atuais quarenta e dois Institutos Federais (IFEs) e seus diversos Campi, promovendo a cobertura do maior número possível de mesorregiões e, em sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, reafirmando o propósito de consolidar o comprometimento da EPT com o desenvolvimento local e regional, atuando sob a perspectiva de integração e inclusão social. A consolidação desse processo tem como marco legal a Lei n.º 11.892, de 29/12/2008, que instituiu os IFEs (BRASIL, 2008b) sobre o foco dessas instituições:

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias. Essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (PACHECO, 2011, p. 49)

Em resumo, de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país e, com a expansão, chegaram, no ano de 2016, a 644 campi em funcionamento. Fazem parte da Rede Federal: dois CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II, uma Universidade Tecnológica e 38 Institutos Federais, instalados em 568 municípios, por todos os estados brasileiros (BRASIL, 2016a). Para o ano de 2016 foi previsto que essas instituições ofertassem 352 mil vagas em cursos técnicos, além das vagas em cursos superiores e de qualificação profissional (BRASIL, 2016b).

Pereira (2009) afirma que os investimentos públicos, ao longo da existência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que contribuiriam na criação dos IFEs colaboram para a conquista da excelência e denotam comportamento típico de governos no Estado capitalista moderno no que se refere à adoção de políticas e programas sociais a fim de qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho. Para Pacheco (2011, p. 20), “atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais [...]”.

A criação dos Institutos Federais corresponde à necessidade da institucionalização da EPT como política pública, verificando que a Rede Federal, em períodos distintos de sua existência, atendeu a diferentes orientações de governos (PEREIRA, 2009). Dessa forma, consolida-se o interesse do Estado em manter a EPT como política pública. A análise histórica permite destacar os compromissos do governo federal, em períodos recentes, com a educação básica, a redução das desigualdades sociais, o respeito e o fortalecimento da cidadania, reconhecendo a essa modalidade de educação uma posição estratégica como elemento de criação e de alavancagem, junto com outras políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (BRASIL, 2004b).

A autonomia administrativa e financeira dos IFEs confirma o interesse em se criar e fomentar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica pública, motivada por uma demanda que seja socialmente plena, que considere as diversas representações sociais desde as provenientes das grandes empresas, dos médios, dos pequenos empreendimentos e dos movimentos sociais, reforçando, assim, a função dos Institutos Federais em atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (PEREIRA, 2009). Consolida-se uma política pública articulada a outras políticas, como as de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, interagindo e produzindo impactos sobre todas.

Nesse contexto, o IF Goiano foi criado em 2008, a partir da integração dos antigos CEFETs de Rio Verde e de Urutaí, com sua Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, além da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE). A Reitoria, órgão de administração central, foi instalada na capital do estado, Goiânia. No processo de expansão, em 2010, foi inaugurado o Campus Iporá e, em 2015, o Campus Trindade, além da implantação de outros dois Campi nas cidades de Campos Belos e Posse, e ainda outros quatro Campi Avançados em Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri, contemplando assim, doze Campi no estado de Goiás, além da Reitoria.

Conforme Relatório do Observatório do Mundo do Trabalho IFG (2010), a atuação do IF Goiano, assim como dos IFEs, está pautada no objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional/local ao atuar de forma a promover intervenção que seja capaz de otimizar potencialidades/vocações e enfrentar vulnerabilidades/problemas regionais. Esse objetivo influencia na determinação do município para instalação dos Campi, analisando também sua área de influência, que, conforme o estudo citado acima, é fixada em um raio de 60 km de abrangência, e ainda orienta a decisão sobre quais os cursos a serem ofertados, buscando a adequação entre demanda e oferta de cursos e, ainda, quando em funcionamento, na condução de pesquisa e de extensão que expressem necessidades regionais/locais nos setores produtivos, sociais e/ou culturais.

A diferenciação socioeconômica entre as microrregiões e municípios do estado de Goiás, assim como ocorre em todo o território brasileiro, proporciona condições motivadoras para a expansão dos Campi e possibilita diversificação na oferta de modalidades e cursos, nos diversos níveis de ensino, de modo a estabelecer importante interação entre a instituição de ensino e as demandas dos setores produtivos e de prestação de serviços instalados nas regiões.

No Relatório do Observatório ressalta-se, também, a necessidade de direcionar atenção dos gestores na identificação e estabelecimento de oferta de ensino que atenda às demandas dos setores ainda não consolidados, por vezes formados por micro e pequenos estabelecimentos econômicos que, por sua vez, não integram as atividades econômicas dominantes em cada região, com vistas a contribuir para o desenvolvimento destes (IFG, 2010).

Conforme dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino do IF Goiano, no ano de 2016, a instituição atendeu a 9.842 (nove mil, oitocentos e quarenta e dois) discentes na modalidade presencial, sendo 4.901 (quatro mil novecentos e um) matriculados nos cursos técnicos; 4.335 (quatro mil, trezentos e trinta e cinco) cursando graduação; 606 (seiscentos e seis) em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Na educação técnica profissional de nível médio são ofertados 18 (dezoito) cursos, com atuação preferencialmente na forma integrada (ensino médio e técnico), atendendo, também, ao público

de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja) (IF GOIANO, 2017).

Segundo informações institucionais, na educação superior prevalecem os cursos tecnológicos, principalmente na área de agropecuária; e os de bacharelado e licenciatura, com 20 (vinte) cursos de graduação. São oferecidos, também, os cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, com 10 (dez) programas de mestrado e 1 (um) programa de doutorado. Além disso, 10 (dez) cursos foram oferecidos na modalidade Educação a Distância (EaD), em 2016, com 4.825 (quatro mil, oitocentos e vinte e cinco) alunos matriculados (IF GOIANO, 2017).

A formação profissional e tecnológica ofertada por meio da educação básica e cursos de qualificação baseados na formação do cidadão para o exercício de habilidades específicas para o desempenho de determinada ocupação profissional é desenvolvida no Brasil no setor privado e por instituições de educação nas esferas federal, estadual e municipal, entre as quais se destacam os IFEs já citados, as escolas técnicas federais, os colégios agrícolas, os centros de formação tecnológica, o SENAI, o SENAC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cada qual mantendo características e peculiaridades próprias.

No âmbito do governo do estado de Goiás, há o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (ITEGO), além de diversas instituições privadas que ofertam ensino técnico profissionalizante, mas não serão mencionados nesta pesquisa por não serem parte da temática foco, que são as políticas públicas de educação.

A Tabela 1 demonstra o número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica, por dependência administrativa com dados obtidos por meio do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**Tabela 1** – Evolução do número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio<sup>1</sup> por dependência administrativa, 2008 a 2014 – Brasil

| <b>Ano</b>              | <b>Total</b> | <b>Federal</b> | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Privada</b> |
|-------------------------|--------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| 2008                    | 942.917      | <b>132.732</b> | 322.362         | 36.120           | 451.703        |
| 2010                    | 1.178.540    | <b>179.433</b> | 418.157         | 32.265           | 548.685        |
| 2012                    | 1.398.193    | <b>224.892</b> | 505.714         | 31.056           | 636.531        |
| 2014                    | 1.784.403    | <b>249.604</b> | 536.678         | 40.927           | 957.194        |
| Evolução %<br>2008-2014 | 89,2         | <b>88,1</b>    | 66,5            | 13,3             | 111,9          |

Fonte: BRASIL (2016c) com adaptações a partir de dados do MEC/Inep – Censo da educação básica, 2015

<sup>1</sup> Inclui matrículas de educação profissional integrada ao Ensino Médio.

Os dados oriundos do censo escolar apresentam um panorama nacional da educação básica, servindo como referência para a formulação de políticas públicas e execução de ações na área da educação (BRASIL, 2016c). Os números demonstrados na Tabela 1 indicam que houve crescimento nas matrículas da educação profissional em todos os tipos de dependências administrativas, com destaque para os estabelecimentos de administração federal vinculados à Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, nos quais o número de matrículas quase dobrou no período 2008-2014.

A trajetória histórica da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e suas prerrogativas legais reforçam a intenção dos Institutos Federais se consolidarem como instituições atuantes no processo de integração e desenvolvimento regional, além de contribuir para o desenvolvimento social com foco na formação integral do cidadão, possibilidade, sobretudo, impulsionada pela expansão de escolas e vagas ofertadas.

## **2.4 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Desenvolvimento Regional**

Seguindo a prerrogativa legal de que a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deve ser orientada para o contexto regional numa inter-relação com a realidade vivenciada na região onde estão inseridos, o processo de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a expansão e a diversificação das formas de atuação colocaram essas instituições em evidência como política de educação, com relevante função no desenvolvimento regional, formação e valorização do cidadão.

Nessa perspectiva, os IFEs são considerados ferramentas de fomento aos processos que visam contribuir para a redução das desigualdades sociais, integração e o desenvolvimento regional ao ofertar EPT em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à sua atuação profissional nos diversos setores da economia, estimulando e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008).

Dallabrida (2010, p. 17) conceitua desenvolvimento como “um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população”. Assim, pode-se inferir que, por se tratar de um processo, o desenvolvimento deve ser tratado como um modelo a ser seguido, e o mesmo se aplica ao desenvolvimento regional, ao considerar os limites e potencialidades de cada região.

Assim, pensar no fortalecimento do papel da EPT e no desenvolvimento nacional pressupõe o estabelecimento de ações em prol da diminuição das diferenças regionais, por meio de ações de adequação das políticas públicas, em nível macro, para intervenções na realidade local. Iniciativas como estudos e diagnósticos, visando identificar demandas e ajustar a oferta de cursos com soluções para atrair discentes, e a capacitação profissional eficiente, que permita melhor posicionamento do cidadão em sociedade e no mercado de trabalho, consistem em ações eficientes do Estado. Nesse sentido,

A educação profissional e tecnológica não pode estar desvinculada do projeto social mais amplo. Deve, pois, estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional; às políticas de geração de emprego, trabalho e renda, juntamente com aquelas que tratam da formação e da inserção econômica e social da juventude. É a partir dessa perspectiva que as políticas públicas de educação profissional e tecnológica de jovens e adultos podem, efetivamente, superar o viés assistencialista e compensatório para promover a inclusão social. (BRASIL, 2004b, p. 23)

Aliada à prerrogativa do desenvolvimento socioeconômico, outra vertente intrínseca à EPT são os discursos que tratam da possibilidade de inserção do egresso no mercado de trabalho, logo após a conclusão do curso técnico, em decorrência da base pedagógica conceitual e prática dos cursos. Nesse sentido, dá-se ênfase a tal modalidade de educação como formação que possibilite elevado potencial de empregabilidade, entendida “não apenas como a capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação” (BRASIL, 1995, p. 9), possibilitando ao cidadão ser empregado, manter-se ou ser promovido em sua colocação no mercado de trabalho.

A necessidade de pensar estratégias de desenvolvimento é consenso nas mais diversas áreas de estudo e tem sido trabalhada em âmbito nacional pelo Ministério da Integração Nacional (MI) (BRASIL, 2007a). No ano de 2003, foram iniciados os trabalhos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada pelo Decreto n.º 6.407, de 22 de fevereiro de 2007. Essa política trata de estudos sobre a questão regional brasileira em diversas escalas geográficas: municípios, mesorregiões e microrregiões, permitindo melhor entendimento e ação sobre a complexa realidade do país, tendo em vista as dimensões e diferenciações existentes no Brasil. A divisão em escala visa possibilitar que as intervenções sejam mais efetivas na busca pela redução das diferenciações regionais.

A PNDR vigente, denominada PNDR II, foi lançada em 2012, após avaliação e inserção de melhorias baseadas nas experiências da PNDR I, que vigorou de 2003 a 2011. A formulação da PNDR constituiu parte do esforço do governo brasileiro na retomada do planejamento geral e de políticas regionais, iniciadas na década de 1990 (BRASIL, 2012b). Os objetivos principais tratam da redução das desigualdades regionais e ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, valorizando as diversidades locais, explorando, assim, o potencial endógeno.

Em consecução à PNDR II, o Ministério de Integração Nacional criou o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2007-2020 (PDCO) (BRASIL, 2007), que apresenta dentre seus projetos a formação e qualificação profissional com o objetivo de promover a melhora da qualificação técnica e profissional da mão de obra regional; o aumento da oferta de mão de obra qualificada para as necessidades da economia regional; e o aumento da renda e oportunidades de trabalho para os trabalhadores do Centro-Oeste. Sobre a vinculação do PDCO à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e à Política de Educação Profissional e Tecnológica, observa-se que:

A implantação de uma política regional no Brasil de forma eficaz e estruturadora, concentrada na redução das desigualdades de competitividade entre as regiões (cenário A brasileiro), criaria instrumentos e mecanismos de promoção do desenvolvimento regional diferenciado. Com esforços da União para melhorar a infraestrutura, aumentar o nível de escolaridade e de qualificação da mão-de-obra, e o desenvolvimento tecnológico nas regiões de menor desenvolvimento, incluindo o Centro-Oeste[...]. (BRASIL, 2007, p. 145, grifo nosso)

Importa ressaltar que dentre os subprojetos pleiteados está a promoção da educação profissional; capacitação e qualificação profissional e técnica; realização de inventário das reais necessidades de formação profissional; fortalecimento e ampliação das escolas agrotécnicas (BRASIL, 2007). Assim, consolida-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como um dos alicerces da política nacional de desenvolvimento regional.

## 2.5 A educação profissional e tecnológica e o mercado de trabalho

Historicamente, verifica-se que relevantes transformações no mercado de trabalho estão associadas e/ou determinam mudanças no perfil da mão de obra, o que interfere na educação, na formação profissional e nas suas relações com o desenvolvimento do país.

Conforme dissertam Ramos e França (2005), a discussão que envolve a EPT está relacionada à possibilidade de o cidadão desempregado ter condições de pleitear um emprego e o já empregado em manter-se no trabalho, baseado na expectativa de que a qualificação profissional, ao capacitar o trabalhador, amplia o leque de oportunidades para a geração de renda.

Na LDB, parágrafo 2º, título I, verifica-se que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Continuando a discussão sobre a relação da educação com a preparação para o mercado de trabalho, no art. 2º, título II, lê-se:

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

E, ainda, nos incisos II e IV do art. 35 da LDB são definidas finalidades do Ensino Médio, relacionando-o com o mercado de trabalho:

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Também o art. 39 afirma que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). Percebe-se na legislação o objetivo de conciliar a formação proveniente da educação profissional com as demandas do mercado de trabalho ao tratar de aspectos relativos à capacidade de adaptação às mudanças e à necessidade de conhecimento científico e tecnológico.

Ramos e França (2005, p. 5) reforçam o diálogo sobre a existência do elo entre a educação e o mercado de trabalho, afirmando que “[...] a educação é definida conforme os horizontes do Sistema Produtivo. Num tempo de lógicas conexonistas, conecta-se a Escola ao mercado de trabalho, tendo ela uma única função: preparar mão de obra, em nome do desenvolvimento e da modernização”. E, ainda, fazendo uma retrospectiva histórica pela legislação, verifica-se que foram várias as expressões que tentaram dar significação à educação profissional: ensino profissional, formação profissional ou técnico-profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, requalificação, capacitação e, mais recente, educação profissional e tecnológica. Os referidos termos eram estabelecidos conforme a realidade produtiva e a reorganização dos processos de trabalho da época. Nesse sentido,

O espaço onde se dão as relações sociais e econômicas e em que as instituições de ensino e seu corpo social estão inseridos é dinâmico e se constitui num lócus de constantes transformações, o que aponta diversos desafios ao processo educacional. São necessárias estratégias para que as instituições de ensino tenham condições de acompanhar estas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional dos egressos e a exigência, cada vez mais crescente, de uma formação profissional continuada. (BRASIL, 2009, p. 12, grifo nosso)

Diante do exposto, podemos observar que, de acordo com a legislação vigente, a EPT, em especial o ensino técnico de nível médio, objetiva o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva do cidadão ao possibilitar o acesso do concluinte do Ensino Fundamental em busca de qualificação e melhores oportunidades de inserção no cenário produtivo.

Frigotto e Ciavatta (2004) reforçam que as instituições não podem se voltar apenas para funções atreladas ao produtivismo dos mercados de trabalho, mas sim em função da formação do homem para a cidadania. Diferentemente do que se encontra como prioridade na história do ensino técnico no Brasil, na qual, conforme afirmam Ramos e França (2005, p. 20), o ensino técnico estava voltado para “o fazer, o trabalho manipulativo, a indústria, a preparação e qualificação para o mercado”, em sua evolução busca-se enfatizar o aspecto humano da formação técnica, baseada na formação integral do aluno, mediante a ênfase na reflexão e discussão crítica, torna-se especialmente importante na atual época de aceleradas transformações tecnológicas (BRASIL, 2004b).

Neste sentido, é necessária uma aproximação mais estreita entre o entendimento dos avanços científicos e tecnológicos e o saber dos “aplicadores” de tecnologia, sejam eles alunos, docentes, pesquisadores ou quaisquer outros trabalhadores, a fim de informá-los sobre seu papel como agentes na transformação tecnológica da produção e do trabalho e capacitá-los para discernir entre tecnologias que contribuam para o aumento ou diminuição das desigualdades sociais (BRASIL, 2004b, p. 15).

O mercado de trabalho tem exigido formação polivalente. Profissionais aptos a aprender, mesmo estando fora da escola, precisam fazer parte de um processo contínuo de aprendizagem para novas aptidões. Dentre as mudanças destacam-se as transformações advindas da inserção de novas tecnologias ao mercado de trabalho, pois, segundo Sampaio (2009, p. 30), “na tentativa de acompanhá-las, o mercado tem substituído e criado novos postos de trabalho, exigindo do trabalhador uma constante atualização.” Assim, além da habilidade técnica, o trabalhador deve estar em constante atualização e adequação. Antunes (2004 apud SILVEIRA, 2006, p. 79) enfatiza que:

Está havendo um processo de retroalimentação, e não o fim do trabalho propriamente dito, que necessita cada vez mais de uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada.

As mudanças impostas pela inserção da tecnologia no mercado de trabalho e no cotidiano da sociedade exigem um perfil de trabalhador não somente vinculado à execução de tarefas, mas que se relacione com o processo de produção e com o sucesso do produto ou serviço ofertado, reforçando, assim, os laços com a empresa contratante. Esse novo desempenho profissional faz com que o trabalhador adquira maior empregabilidade, que, por sua vez, está diretamente relacionada à capacidade deste ser mais flexível, conseguindo adaptar-se a situações novas e estar sempre pronto a aprender.

Sobre a relação entre a educação e o mercado de trabalho, Pimentel (2015) reforça que a literatura reconhece que as interações entre educação e trabalho/emprego devem ocorrer a partir do diálogo entre as partes, sendo construída por meio de políticas públicas, na área da educação, que promovam o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos e profissionais e propiciem formação com o desenvolvimento de visão crítica que auxilie na busca de meios de superação da precarização e da flexibilização das relações de trabalho.

Sobre a educação profissional, Ciavatta (2008) afirma que esta é vista como uma resposta estratégica, embora controversa, aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca de qualidade e da competitividade e pelas transformações do mercado de trabalho decorrentes das novas tecnologias que estão causando desemprego estrutural. Sobre as transformações geradas pelas inovações tecnológicas, fica exposto que:

A economia mundial está passando por grandes transformações, decorrentes, em grande parte, de intensas inovações tecnológicas em processos e produtos que alteram as condições de competitividade entre as nações. A disputa competitiva em escala internacional concentra-se, basicamente, no domínio do conhecimento e da tecnologia, e no diferencial da capacidade dos recursos humanos [...]. (BRASIL, 2007, p. 53, grifo nosso)

Nesse sentido, a temática sobre a necessidade de adequação da educação às novas tecnologias já é abordada por pesquisadores a mais de duas décadas, conforme se observa em Alves e Vieira (1995, apud RAMOS; FRANÇA, 2005, p. 11):

A formação profissional oferecida pelos programas de qualificação, deve conter forte conteúdo educativo profissional que garanta ao trabalhador acesso à moderna tecnologia produtiva e a modelos de gestão que possibilitem, de um lado, um leque de ocupações semelhantes para atender às solicitações do mercado, e de outro, a permanência num mercado cada vez mais concorrido.

Ainda sobre esse aspecto, Ciavatta (2008) nos remete à reflexão sobre o desenvolvimento do ensino técnico e profissional ao afirmar que o perfil do trabalhador moderno deve contemplar em sua formação, além das questões técnicas e tecnológicas, a fundamentação de uma qualificação abrangente que inclua a capacidade de análise e crítica, responsabilidade social, capacidade de reação e interação com o meio. A adaptação do trabalhador e a compreensão dos novos paradigmas conferidos pelo mercado de trabalho apresentam-se como um diferencial extremamente importante, uma vantagem competitiva (GUIMARÃES, 2011).

No que se refere ao conhecimento que vincula teoria e prática, possibilitando ao indivíduo o desenvolvimento de competências relacionadas à autonomia, flexibilidade, adaptação e trabalho em equipe, formando para a vida e não somente para o mercado de trabalho, Ramos e França (2005, p. 8) afirmam que:

Essa visão do conhecimento, enquanto utilidade prática trouxe às novas perspectivas de competências a visão dos valores do mundo do trabalho. As competências e a sua junção com os conhecimentos só têm objetivos se forem traduzidas por uma competência utilitária.

Assim, difunde-se a ideia de que para acesso ao mercado de trabalho, basta que o trabalhador seja qualificado, porém, a realidade que envolve o sistema produtivo capitalista demonstra que há outros fatores condicionantes, tais como a insuficiência do crescimento econômico, o aumento da população em busca de emprego e o desenvolvimento tecnológico, que substitui trabalho humano,

fatores estes que ocasionam uma redução efetiva do número de vagas disponíveis no mercado de trabalho (RAMOS; FRANÇA, 2005).

Uma das influências neoliberais nas políticas sociais consiste na difusão da qualificação profissional como único fator de promoção da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. A esse respeito, Castel (1988, apud RAMOS; FRANÇA, 2005, p. 3) alerta para a possível “não empregabilidade dos qualificados” e que “é ilusório deduzir daí que os não empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade”. Ainda sobre esse aspecto, Carvalho (2003, p. 153) afirma que “não cabe à educação profissional resolver o problema do desemprego, entretanto, ela constitui-se num elemento fundamental na concepção e implementação de uma política de emprego e renda”.

Apesar de a formação educacional profissional não ser garantia de emprego, é necessário pensar essa modalidade de ensino como aquela que permite ao trabalhador criar condições de empregabilidade, devendo-se não apenas preparar o trabalhador para assumir função no mercado de trabalho, mas, sobretudo, prepará-lo para permanecer nesse mercado em constante transformação.

Sampaio (2009) salienta que, além da qualificação do trabalhador, são necessárias ações de fomento ao setor produtivo, visando o acréscimo de vagas de trabalho disponíveis. Dessa maneira, o mercado precisa estar preparado para absorver a mão de obra qualificada. Nessa perspectiva, Demo (1998, p. 12) reforça que “a educação profissional não tem o poder de criar postos de trabalho. É apta apenas a preparar o trabalhador”. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do alinhamento entre os cursos ofertados e as demandas produtivas locais e regionais, além da atuação dos IFEs, no fomento do setor produtivo por meio de ações de extensão, pesquisa e inovação.

Assim, tratar a Educação Profissional e Tecnológica como política pública reforça o entendimento de que políticas macros com ações locais visando o desenvolvimento produtivo e social constituem possibilidades para o alcance de ganhos reais pela sociedade. Nesse contexto, reforça-se o papel do Estado como fomentador de oportunidades e de desenvolvimento acessível aos cidadãos.

## **2.6 Os egressos da educação profissional e tecnológica e o mercado de trabalho**

Realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2003-2007) possibilitou a revelação de uma leitura e interpretação de dados que demonstraram a qualidade das ações e o compromisso do Governo Federal com a educação pública de qualidade no Brasil.

A pesquisa de egressos se constitui numa ação importante neste contexto, à medida que possibilita o levantamento de informações em relação à situação dos egressos no mundo do trabalho e o resultado que dela advém é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições. (BRASIL, 2009, p. 12, grifo nosso)

O documento apresenta a expressão: “oportunidade de inserção cidadã” ao evidenciar o papel dos IFEs na formação do jovem, do trabalhador e na capacitação do cidadão com vistas à inserção deste no cenário produtivo, ou seja, no mercado de trabalho. Outra conclusão importante faz referência ao fato dessa oportunidade ter sido disponibilizada àqueles que tiveram condições de ingressarem como discentes da instituição e concluir o curso, restando ainda um grande contingente populacional que não tem acesso à educação formal e às oportunidades dela advindas (BRASIL, 2009).

Diante dessa conjuntura, Silva (2015) propôs-se a investigar a vida profissional dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação do IF Goiano – Campus Urutaí quanto à empregabilidade. Ademais, verificou se a qualificação e o perfil do profissional tornaram um diferencial no mercado de trabalho, bem como quais habilidades, competências e conhecimentos científicos propostos no curso estão sendo empregados pelos egressos, gerando benefícios nos negócios da empresa contratante. Analisou ainda se as políticas de diretrizes do curso estão alinhadas com as exigências do mercado de trabalho.

Baseada na perspectiva de que a qualificação está entre os pressupostos para a inserção e permanência no mercado de trabalho, que se apresenta cada vez mais competitivo, a autora obteve como resultados da pesquisa a confirmação de que a qualificação por meio do curso superior tecnológico pesquisado é vista pelos empregadores como diferencial no mercado de trabalho, por propiciar a aplicação de conhecimentos na área de informática, gerando benefícios distintos e imprescindíveis nos negócios da empresa.

Contudo, identificou-se, também, a percepção de que faltam aos profissionais conhecimentos específicos inerentes à profissão, falta qualificação por meio de cursos de extensão e a capacidade de comunicação com clientes. Essas carências na formação profissional foram identificadas como evidências da necessidade de revisão da matriz curricular do curso, ou ainda da criação, por parte da instituição, de cursos de extensão que atendam à demanda de qualificação apontada na pesquisa.

Os empregadores também apontaram a necessidade de se desenvolver a capacidade de se estabelecer boas relações interpessoais, assim como a capacidade dos profissionais de desenvolverem novas habilidades e funções, tais como as capacidades de iniciativa e liderança relacionadas a temas transversais que podem ser trabalhados durante o curso, visto serem exigências no desempenho da atividade profissional. Sob a ótica dos egressos, evidenciou-se que consideram a carga horária das disciplinas gerais e tecnológicas insuficientes para o adequado desempenho no mercado de trabalho. Contudo, verificou-se que os egressos conseguem a inserção profissional em sua área de formação, devido à qualificação recebida, com a ressalva da necessidade de aprimoramento contínuo na área de atuação profissional.

Também no âmbito do IF Goiano, Ximenes (2015) realizou pesquisa com o objetivo de analisar a capacitação dos egressos do curso técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente, do IF Goiano – Campus Rio Verde, que desempenham atividades profissionais em empresas agropecuárias locais, apresentando informações sobre as empresas que realizam contratação, identificação dos egressos contratados e a formação técnica recebida, buscando contribuir com sugestões para possíveis ajustes na matriz curricular do curso pesquisado. A análise foi focada na carga horária, intensidade,

da abordagem durante a formação dos alunos, quanto aos avanços tecnológicos e temas transversais como trabalho em equipe, relações humanas, ética profissional e motivação na formação dos alunos, visto serem competências exigidas no atual cenário do mercado de trabalho.

Os resultados obtidos pelo autor demonstraram que algumas temáticas essenciais são abordadas superficialmente, cabendo à instituição contratar profissionais, docentes e administrativos, habilitados para preencher as lacunas curriculares apontadas pelos egressos e, ainda que sejam promovidas as flexibilizações curriculares em busca da formação integral e não puramente técnica dos alunos, capacitando-os a enfrentar os novos desafios do mercado de trabalho. Como continuidade da pesquisa, o autor sugere a abordagem de assuntos relacionados aos arranjos produtivos locais; destino e empregabilidade dos egressos; novas exigências da formação técnica e geral, demandada pelo mercado de trabalho.

Com o objetivo de analisar a inserção dos egressos dos cursos técnicos, modalidade subsequente, do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) no mercado de trabalho, e sob a afirmação de que a função da educação técnica é formar cidadãos que possuam competências que vão além das exigências laborativas, Sampaio (2009) afirma que a modalidade de educação aqui discutida deve formar profissionais aptos a ingressarem no cenário produtivo e com capacidade crítica e decisória que lhes permitam autonomia para decidir quais caminhos seguir, formando cidadãos com capacidade de adaptação às novas exigências sociais e profissionais. Reforça-se, assim, a necessidade da formação de profissionais com conhecimentos que vão além das necessidades da empresa, capazes de continuar aprendendo, mesmo fora do ambiente escolar.

Os resultados da pesquisa de Sampaio (2009) indicaram que os alunos buscam a educação profissional com o objetivo de obterem uma profissão e colocação profissional, estando preparados, também, para prosseguir os estudos na área de formação, a fim de estarem aptos às mudanças advindas da introdução de novas tecnologias nos processos produtivos e para a necessidade constante de atualização e capacitação profissional. Verificou-se, também, a perspectiva do empregador, que avalia a formação técnica integrada ao Ensino Médio como superior à formação técnica subsequente em virtude do tempo de estudos e, ainda, a avaliação da importância do estágio como momento de treinamento e seleção de candidatos à vaga de emprego que, neste momento, ainda se encontram em formação.

Fernandes (2012), em sua pesquisa realizada no IF Goiano - Campus Urutaí, com egressos do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, buscou identificar as mediações existentes entre formação tecnológica e empregabilidade e se esta última, como proposta do projeto político pedagógico de constituição da educação profissional e tecnológica e do referido curso, é alcançada.

Constatou-se que, apesar da quase totalidade dos respondentes estar empregada (93,84%), apenas 29,51% exerciam carreira profissional em sua área de formação tecnológica, conduzindo à conclusão de que a lógica da empregabilidade da proposta de formação profissional não determinou a colocação profissional, apesar das trajetórias de vida e formação escolar. Verificou-se, também, que a modalidade tecnológica, em seus processos de expansão – instituições, cursos, vagas e turnos – permitiu que um quantitativo considerável de egressos fossem inseridos no mercado do trabalho

e dessem continuidade aos estudos e, em especial, aos egressos pesquisados, possibilitou novas oportunidades de vida.

Com o objetivo de investigar a inserção profissional de egressos dos cursos técnicos de canto e instrumentos dos Conservatórios Estaduais de Música de Minas Gerais, Pimentel (2015) construiu em sua pesquisa uma visão ampliada da educação profissional consolidada por meio dos conceitos de inserção profissional, trabalho, emprego e ocupação e suas relações com flexibilização e precarização. Verificou-se que a preparação para a vida profissional compõe o processo de desenvolvimento pessoal do indivíduo e certificação profissional, mas esta não é garantia de obtenção de emprego, sendo a inserção profissional um percurso longo e imprevisível, influenciável por outros fatores, como a capacidade de incorporação de novos trabalhadores de uma dada área à sociedade, o papel do Estado e das entidades empregadoras.

Os resultados demonstraram que a maioria dos egressos se considerava satisfeita com sua ocupação atual e que a capacitação exigida é compatível com a recebida no curso técnico. A não-atuação profissional dos egressos em sua área de formação foi tratada pela autora como uma disfunção da inserção profissional. Verificou-se que esta não estava relacionada à qualidade da formação vivenciada no curso técnico e, sim, com a capacidade de absorção do mercado de trabalho.

Sobre essa questão da inserção no mercado de trabalho, para Oliveira (2012, p.126), egressos de algumas áreas profissionais não encontram postos de trabalho que condizem com a sua formação, “mesmo nesse caso, ocorre inserção profissional, embora essa possa ser considerada uma disfunção que pode ser analisada como o fracasso no ingresso dentro do campo de atuação pretendido”. Já para Alves (2003, p. 170), “as dificuldades de inserção explicam-se principalmente pelos modos de gestão da mão de obra privilegiados pelos empregadores, bem como pela situação geral do mercado de trabalho e pela área, natureza e nível da formação do indivíduo”. Os indicadores da inserção profissional são mais favoráveis aos sujeitos com maior nível de escolaridade e de formação não terciária, ou seja, sujeitos com formação em cursos que remetem para atividades nos setores de atividade primária (agricultura) e, sobretudo, secundária (indústria), e não para o setor de serviços (ALVES, 2003).

Tendo como objeto de estudo a trajetória profissional dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Januária e ao analisar a situação sócio ocupacional destes no mercado de trabalho, a correspondência entre as habilidades e competências a eles conferidas e as exigências do mercado de trabalho, a satisfação dos egressos quanto à contribuição do curso técnico para o desempenho profissional e suas perspectivas de acesso à educação continuada, Guimarães (2011) verificou em sua pesquisa que, em sua maioria, os egressos estão muito satisfeitos com a formação recebida e se consideram aptos a exercerem suas atividades no mercado de trabalho. Verificou-se, na pesquisa, a percepção do egresso sobre a contribuição da formação técnica recebida tanto para inserção no mercado de trabalho, quanto em maiores possibilidades de permanência ou desenvolvimento no trabalho, e na possibilidade de promover a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda e da autoestima.

É consenso nos resultados das pesquisas de Silva (2015) e Ximenes (2015) a necessidade da qualificação profissional relacionada a temas transversais em complemento à competência técnica na área de formação. Esse resultado é reforçado na pesquisa de Sampaio (2009), que identificou entre egressos e contratantes o interesse pela formação que vá além dos conhecimentos técnicos e pela educação continuada.

Fernandes (2012), Pimentel (2015) e Oliveira (2012) abordam o fato de a formação profissional não ser fator determinante para a inserção profissional na área de formação do egresso, e Alves (2003) reforça que a não inserção profissional, ou a atuação em área distinta à da formação educacional, constituem uma disfunção ocasionada pela forma de gestão adotada no sistema produtivo. Apesar desses apontamentos, Guimarães (2011) verificou que a maioria dos egressos de cursos técnicos que atuam em sua área de formação se consideram aptos a exercerem a função e estão satisfeitos com as possibilidades que lhe foram propiciadas pela formação técnica.

Crispim et al. (2007, p. 18) tratam das contribuições dos egressos para a educação profissional e os programas sociais. Para os autores:

Os estudos de acompanhamento de egressos são uma possibilidade de análise sobre a educação e permitem conhecer outras questões relevantes, como as mudanças do mundo do trabalho: emprego, mercado de trabalho, mudanças na natureza e no processo de trabalho, novas formas de ocupação, profissões, a continuidade na formação e no desenvolvimento profissional do egresso.

Ainda sobre a importância do acompanhamento de egressos, o relatório de auditoria emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) teve como escopo avaliar as ações de estruturação e expansão do Ensino Técnico Profissionalizante, com ênfase na atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o exercício 2011 (TCU, 2013). A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog) analisou, dentre outros itens, as iniciativas de inserção profissional realizadas pelos IFEs no que se refere ao fomento, empreendedorismo, incentivo a estágios e acompanhamento de egressos, considerando serem temáticas importantes para a efetividade de uma política de educação profissional que não deve perder de vista a empregabilidade de seus alunos.

Conforme descrito, “a ênfase nesses três quesitos foi motivada pelo entendimento da literatura especializada do quanto é fundamental disseminar, nas instituições de Educação Profissional, a cultura de integração do aluno com o mercado de trabalho” (TCU, 2013, p. 39). Considerando a pesquisa de acompanhamento de egressos ser fundamental para as instituições de ensino avaliarem a eficácia da sua atuação, tendo como foco o atendimento às necessidades da sociedade e a sintonia entre formação profissional e as necessidades do mercado de trabalho, reforçou-se a justificativa da importância deste trabalho. “Ressalte-se que o acompanhamento de egressos representa política que permite a avaliação da adequabilidade da capacitação fornecida pelos Institutos Federais às demandas do setor produtivo” (TCU, 2013, p. 43).

A implantação de ferramentas para acompanhamento sistemático de egressos permite verificar se a atuação dos profissionais corresponde à área de formação e avaliar a adequação dos conteúdos dos cursos às necessidades e exigências do mercado de trabalho, fornece elementos para tomada de decisão e avaliação da adequação das ações gerenciais adotadas. (TCU, 2013, p. 43)

Nessa perspectiva, a avaliação e a adequação das ações constituem ferramentas importantes para a gestão eficiente, sendo a auditoria uma oportunidade de avaliação na qual se verificou que não foram averiguadas iniciativas estruturadas no que se refere ao acompanhamento de egressos pelos IFEs auditados nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, identificando que a falta de cultura institucional constitui fator importante para a não implantação de programas voltados ao conhecimento do que ocorre com os alunos após a conclusão dos cursos (TCU, 2013). O relatório de auditoria ainda faz referência à pesquisa realizada pela SETEC, enfatizando que “Deve-se louvar essa iniciativa da Setec/MEC e incentivá-la a realizar novas pesquisas desse tipo” (TCU, 2013, p. 44), e acrescentando:

Ademais, a título de sugestão, a pesquisa supracitada, naquilo que couber, poderia vir a ser complementada com a institucionalização de um sistema de informações sobre a empregabilidade dos egressos, contendo as seguintes características: a) destino dos egressos (trabalho, trabalho/estudo, estudo, não trabalha nem estuda); b) localizadores regionais (campi, Institutos Federais, município, estados); c) correlação entre área de estudo e de trabalho (área em que trabalha e área em que estudou); d) correlação entre formação obtida e função desempenhada no trabalho; e) dados demográficos e socioeconômicos dos estudantes (gênero, raça, renda per capita da família). (TCU, 2013, p. 44)

Considerando as sugestões realizadas e cumprindo a prerrogativa conferida por lei, como resultado da auditoria foi lavrado o Acórdão n.º 506/2013 – TCU – Plenário (TCU, 2013), determinando, no que tange à inserção profissional de egressos, as seguintes ferramentas de aferição:

[...] institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado a ampliar as ações de inserção profissional de alunos da Rede Federal de Educação Profissional que contemple: d.1) fomento à instalação de incubadoras de empresa, empresas juniores e cursos de empreendedorismo, com ênfase nos campi situados fora das capitais; d.2) incentivo à realização de estágios conscientizando os alunos da importância da empregabilidade; d.3) acompanhamento da empregabilidade dos alunos egressos; d.4) supervisão das políticas de incentivo ao empreendedorismo e de fomento a estágios que vierem a ser adotadas pelos Institutos. (TCU, 2013, p. 55, grifo nosso)

Em uma linha que persegue esse raciocínio, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) mantém ações de acompanhamento de egressos, tendo como objetivos: o processo de conhecimento, avaliação, monitoramento e acompanhamento institucional, focando os ex-aluno de todas as modalidades de ensino ofertadas. Espera-se, com isso, que as informações obtidas possam contribuir para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição. Os questionários de coleta de dados visam obter informações sobre o desempenho do egresso no mercado de trabalho, suas impressões sobre seu processo de formação e da adequação da proposta do curso de formação, a fim de avaliar o impacto da formação ofertada pelo IFG em aspectos socioeconômicos da vida do egresso, visando o constante crescimento qualitativo da formação e das ações institucionais promovidas (IFG, 2015). Nesse contexto:

[...] As atividades de extensão são também valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho e a manutenção de seu vínculo com a instituição, como canal de informações sobre a efetividade das ações institucionais diante do cumprimento de suas finalidades. (PACHECO, 2011, p. 90)

Institucionalmente, o IF Goiano iniciou, em setembro de 2015, o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio de um canal permanente de comunicação com os ex-alunos,

via site institucional, com participação voluntária mediante respostas dos egressos a questionários. A intenção é estender as relações da instituição com os egressos para além do tempo da formação profissional, dando continuidade à história, que não termina com a diplomação do aluno, e seguindo com sua inserção profissional na sociedade e na educação ao longo da vida profissional. Espera-se que tal relacionamento permita ao IF Goiano obter dados que serão utilizados como indicador de desempenho institucional e que permitam avaliar e renovar permanentemente suas práticas pedagógicas, além de construir um espaço de desenvolvimento profissional e atualização científica (IF GOIANO, 2015).

Em âmbito nacional, foi divulgada reportagem produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, intitulada “Mais de 40 milhões de pessoas gostariam de fazer qualificação profissional, mas apenas 3,4 milhões frequentavam esse tipo de curso em 2014” (IBGE, 2017a). Nessa pesquisa foram abordados os cursos de qualificação profissional e os cursos que integram a educação profissional, curso superior de tecnologia e cursos técnico de nível médio. Nos cursos de qualificação, com exigência de escolaridade de nível fundamental, a maior parte dos alunos é composta por mulheres, com faixa etária entre 15 e 29 anos, e é nesses cursos que se concentra a maior demanda não atendida, com mais de 40 milhões de pessoas interessadas em se qualificar profissionalmente. Já nos cursos de graduação tecnológica, verificou-se a predominância de alunos homens e, também, o fato da maioria destes conciliar trabalho e estudo.

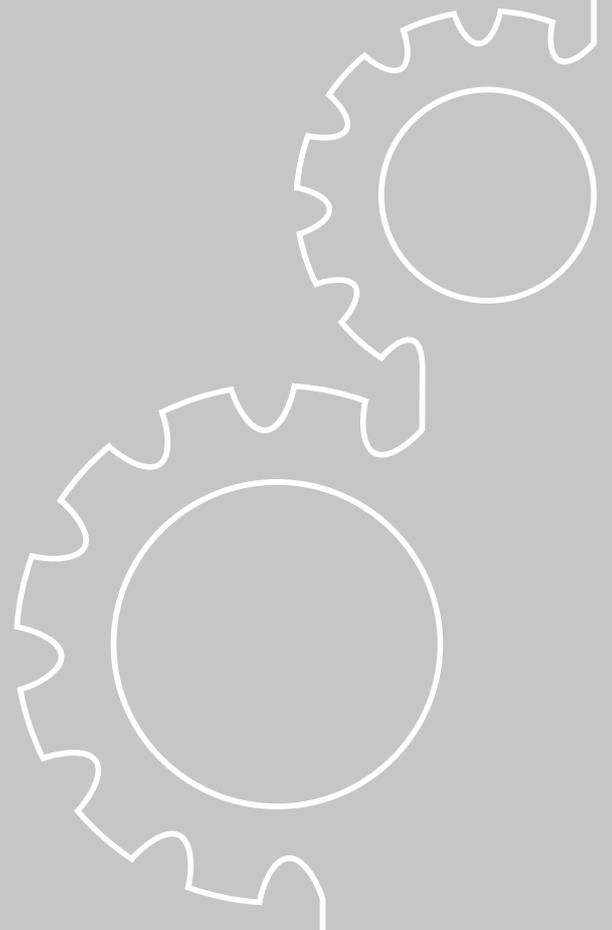
No que tange ao ensino técnico de nível médio, em 2014, 9% das matrículas eram nessa modalidade de ensino, com prevalência da rede pública (55,1%) e, dentre os alunos 71,4% não trabalhavam à época do curso técnico. Verificou-se, também, que dentre as pessoas que anteriormente frequentavam o Ensino Médio, 12,3% haviam cursado a modalidade técnica e 93,1% concluíram o curso técnico, mas 40,3% dos egressos afirmaram nunca terem trabalhado na área de formação técnica (IBGE, 2017a).

Em complemento, para os que frequentaram cursos técnicos antes de 2014, 59,7% dos egressos já haviam trabalhado na área de formação e 35% estavam trabalhando nessa área. Dos egressos que, em algum momento, trabalharam na área do seu curso de formação profissional, 48,2% alegaram que o conteúdo aprendido no curso foi determinante para conseguir um trabalho na área de formação e 28% disseram que o diploma do curso se constituiu em um diferencial para a obtenção do emprego. E entre os que nunca trabalharam na área de formação, 26,6% declararam terem conseguido emprego em outras áreas, 25,4% relataram falta de vagas para trabalhar na área de formação, 20,4% disseram não ter interesse e 9,8% decidiram continuar os estudos (IBGE, 2017a).

Ainda em 2014, dos 9 milhões de estudantes do nível médio, 812 mil frequentavam curso técnico, com predominância para a modalidade presencial, sendo a modalidade a distância responsável por apenas 1,1% das matrículas; 58,9% dos estudantes não trabalhavam e frequentavam cursos diurnos, e os cursos noturnos eram frequentados, prioritariamente, pelos estudantes que conciliavam trabalho e estudo. A rede pública foi responsável por 60,8% das matrículas, enquanto a rede privada concentrava 39,2% das matrículas, sendo, predominantemente, representada pelas instituições vinculadas ao Sistema S (SENAC, SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, entre outros) (IBGE, 2017a).

Verifica-se que o interesse na pesquisa com egressos possui motivações diversas, dentre elas, a avaliação das práticas pedagógicas, avaliação da infraestrutura da instituição e da qualidade da formação recebida. Constata-se, ainda, a intenção de conhecer a situação profissional dos egressos, sua avaliação quanto à compatibilidade da formação recebida e as exigências do mercado de trabalho e a continuidade dos estudos. As pesquisas constituem-se importantes fontes de informação geral, mas, sobretudo, podem ser utilizadas para adequações nas ações administrativas e acadêmicas, e compor os indicadores de desempenho institucional, exigidos por órgãos de fiscalização e controle.

# CAPÍTULO 3





# CAPÍTULO 3

## 3. Caracterização da área da pesquisa

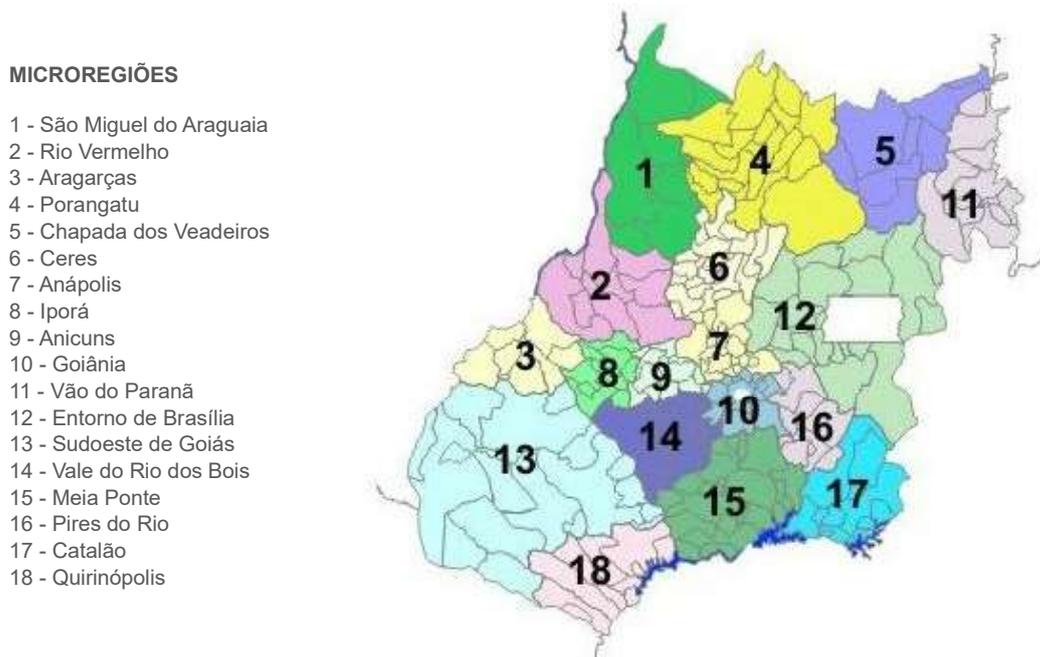
Neste capítulo é apresentada a caracterização da Microrregião Meia Ponte do estado de Goiás, com destaque para o município de Morrinhos, bem como será feita a apresentação dos aspectos sociodemográficos e econômicos e a situação do mercado de trabalho e educacional, o que justifica a escolha dessa região para a realização da pesquisa. São mostradas, também, informações referentes à oferta de educação técnica profissional na Microrregião, caracterização do IF Goiano - Campus Morrinhos e os respectivos cursos ofertados. A escolha da área da pesquisa está relacionada às características socioeconômicas da Microrregião, aos arranjos produtivos estabelecidos, à diversidade de instituições e cursos técnicos ofertados e ao fato de não haver pesquisa com egressos do Campus Morrinhos.

### 3.1 A Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás e o município de Morrinhos

Integrante das vinte e sete unidades federativas que compõem o território brasileiro, o estado de Goiás está dividido em cinco Mesorregiões, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE, compostas por um conjunto de municípios contíguos que apresentam formas de organização do espaço geográfico, que criam uma identidade regional e foram definidas pelo processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial (IBGE, 2002).

As Mesorregiões goianas são, por sua vez, subdivididas em dezoito Microrregiões, conforme exposto na Figura 1, definidas como conjunto de municípios contíguos, cuja organização do espaço foi delimitada, além dos fatores citados acima, também, pela vida de relações ao nível local, pela possibilidade de atender às populações, por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos (IBGE, 2002). Cabe ressaltar que as Mesorregiões e Microrregiões nas quais se subdividem os estados brasileiros não constituem entidades políticas ou administrativas e têm como principal função sua utilização para fins estatísticos.

**Figura 1 – As Microrregiões do Estado de Goiás**



**Fonte:** IMB/Segplan-GO (2014) com adaptações

Abordaremos, de forma detalhada, a Microrregião do Meia Ponte, a qual é formada por vinte e um municípios, conforme Figura 2. Dentre eles, temos Morrinhos, onde está instalado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos, local de realização desta pesquisa.

**Figura 2 – Microrregião do Meia Ponte do Estado de Goiás**



**Fonte:** IMB/Segplan-GO (2014) com adaptações

### 3.1.1 Aspectos Sociodemográficos

No que tange aos aspectos demográficos, segundo estimativas do IBGE, em 2016, a Microrregião do Meia Ponte teria 396.171 habitantes (IBGE, 2017). De acordo com a Tabela 2, destes, quase a metade, representando 46,64%, residem em Itumbiara e Caldas Novas, que são municípios mais populosos, seguidos por Morrinhos. Dados do último censo realizado pelo IBGE, em 2010, apontam que 89,16% dos habitantes residiam em área urbana e 10,84% em área rural, e que a população masculina era de 50,09% e a feminina de 49,91% (IMB/SEGPLAN-GO, 2012).

Tabela 2 – Dados populacionais da Microrregião do Meia Ponte – 2010 e 2016

| Municípios                     | População estimada 2016 | População 2010 | Homens 2010   | Mulheres 2010 | Urbana 2010   | Rural 2010    |
|--------------------------------|-------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Água Limpa                     | <b>1.980</b>            | 2.012          | 52,09%        | 47,91%        | 70,83%        | 29,17%        |
| Aloândia                       | <b>2.075</b>            | 2.044          | 51,13%        | 48,87%        | 86,30%        | 13,70%        |
| Bom Jesus de Goiás             | <b>23.632</b>           | 20.729         | 51,89%        | 48,11%        | 92,89%        | 7,11%         |
| Buriti Alegre                  | <b>9.501</b>            | 9.056          | 50,08%        | 49,92%        | 92,91%        | 7,09%         |
| Cachoeira Dourada              | <b>8.369</b>            | 8.267          | 50,61%        | 49,39%        | 64,93%        | 35,07%        |
| Caldas Novas                   | <b>83.220</b>           | 70.463         | 49,66%        | 50,34%        | 96,07%        | 3,93%         |
| Cromínia                       | <b>3.611</b>            | 3.555          | 50,46%        | 49,54%        | 75,25%        | 24,75%        |
| Goiatuba                       | <b>34.179</b>           | 32.481         | 49,93%        | 50,07%        | 92,16%        | 7,84%         |
| Inaciolândia                   | <b>6.107</b>            | 5.702          | 51,18%        | 48,82%        | 84,50%        | 15,50%        |
| Itumbiara                      | <b>101.544</b>          | 92.942         | 49,30%        | 50,70%        | 95,76%        | 4,24%         |
| Joviânia                       | <b>7.445</b>            | 7.108          | 50,62%        | 49,38%        | 90,91%        | 9,09%         |
| Mairipotaba                    | <b>2.432</b>            | 2.378          | 52,19%        | 47,81%        | 66,15%        | 33,85%        |
| Marzagão                       | <b>2.212</b>            | 2.072          | 49,52%        | 50,48%        | 87,07%        | 12,93%        |
| <b>Morrinhos</b>               | <b>45.000</b>           | <b>41.457</b>  | <b>50,09%</b> | <b>49,91%</b> | <b>86,73%</b> | <b>13,27%</b> |
| Panamá                         | <b>2.717</b>            | 2.676          | 51,08%        | 48,92%        | 76,05%        | 23,95%        |
| Piracanjuba                    | <b>24.830</b>           | 24.033         | 50,78%        | 49,22%        | 73,04%        | 26,96%        |
| Pontalina                      | <b>17.933</b>           | 17.112         | 50,06%        | 49,94%        | 81,17%        | 18,83%        |
| Porteirão                      | <b>3.715</b>            | 3.347          | 54,02%        | 45,98%        | 87,51%        | 12,49%        |
| Professor Jamil                | <b>3.369</b>            | 3.244          | 51,73%        | 48,27%        | 69,76%        | 30,24%        |
| Rio Quente                     | <b>4.014</b>            | 3.311          | 52,31%        | 47,69%        | 85,71%        | 14,29%        |
| Vicentinópolis                 | <b>8.286</b>            | 12.549         | 50,08%        | 49,92%        | 73,03%        | 26,97%        |
| <b>Microrregião Meia-Ponte</b> | <b>396.171</b>          | <b>366.538</b> | <b>50,09%</b> | <b>49,91%</b> | <b>89,16%</b> | <b>10,84%</b> |

Fonte: IMB/Segplan (2012); IBGE (2017) com adaptações a partir de dados do Censo demográfico 2010 e estimativa 2016

No que se refere aos indicadores educacionais, na Microrregião do Meia Ponte há cinco unidades de Instituições de Ensino Superior Públicas, sendo duas delas situadas no Município de Itumbiara (Instituto Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás), duas delas situadas no município de Morrinhos (Instituto Federal Goiano e Universidade Estadual de Goiás) e uma situada no Município de Caldas Novas (Universidade Estadual de Goiás), sendo que os Institutos Federais também ofertam ensino de nível médio.

Conforme dados apresentados na Tabela 3, com base no Censo 2010, e com destaque para os municípios de Caldas Novas, Itumbiara e Morrinhos, na Microrregião do Meia Ponte, 53,46% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não tinham instrução ou possuíam somente o Ensino Fundamental Incompleto; 18,11% possuíam o Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto; 20,92% tinham o Ensino Médio Completo e Superior Incompleto. Por fim, apenas 5,67% tinham o Ensino Superior Completo. Deve-se notar que a redução progressiva da concentração populacional à medida que os níveis educacionais aumentam, em parte, é característica pelo recorte populacional com envelhecimento populacional.

**Tabela 3** – Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, por Nível de Instrução, segundo os Municípios da Microrregião do Meia Ponte que sediam Instituições de Ensino Superior públicas – 2010

| Microrregião e Municípios         | Pessoas de 10 anos ou mais de idade |  |   |                                      |                   |                 |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--|---|--------------------------------------|-------------------|-----------------|
|                                   | Total                               | Nível de instrução                     |   |                                      |                   |                 |
|                                   |                                     | Sem instrução e fundamental incompleto | Fundamental completo e médio incompleto | Médio completo e superior incompleto | Superior completo | Não determinado |
| Caldas Novas                      | 59.819                              | 28.547                                 | 12.606                                  | 14.302                               | 4.246             | 118             |
| Itumbiara                         | 80.721                              | 38.888                                 | 14.759                                  | 19.646                               | 6.716             | 713             |
| Morrinhos                         | 35.976                              | 19.820                                 | 5.783                                   | 7.648                                | 2.546             | 180             |
| <b>Microrregião do Meia Ponte</b> | <b>311.095</b>                      | <b>166.288</b>                         | <b>56.318</b>                           | <b>65.055</b>                        | <b>21.347</b>     | <b>2.085</b>    |
| <b>Goiás</b>                      | <b>5.092.674</b>                    | <b>2.527.434</b>                       | <b>924.234</b>                          | <b>1.213.946</b>                     | <b>394.491</b>    | <b>32.568</b>   |

Fonte: IFG (2013) com adaptações a partir de dados do IBGE, Censo Demográfico 2010

Conforme dados do IBGE (2017), no município de Morrinhos houve decréscimo no número de matrículas entre 2005 e 2015 em todos os níveis escolares analisados, conforme apresentado na Tabela 4, fator este que pode estar relacionado à redução na taxa de natalidade e envelhecimento da população.

**Tabela 4** – Evolução no número de matrícula por nível escolar, no município de Morrinhos, 2005 – 2015

| Nível escolar      | 2005  | 2007  | 2009  | 2012  | 2015  |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Ensino pré-escolar | 781   | 643   | 629   | 735   | 707   |
| Ensino Fundamental | 6.787 | 6.443 | 6.224 | 5.695 | 5.601 |
| Ensino Médio       | 1.880 | 1.805 | 1.892 | 1.741 | 1.639 |

Fonte: IBGE (2016a) com adaptações a partir de dados do IBGE Cidades 2015 com dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

Por meio de dados do IBGE (2017), realizando a análise do número de matrículas no Ensino Médio, em 2015, por estabelecimento escolar no município de Morrinhos, verifica-se que a maior parte dos alunos está matriculada em escolas públicas estaduais e na rede pública federal que, por inferência, pode-se afirmar que estão matriculados no IF Goiano – Campus Morrinhos, por ser esta a única instituição de ensino federal instalada no município, como demonstrado na Tabela 5.

**Tabela 5** – Número de matrícula no Ensino Médio por estabelecimento escolar, no município de Morrinhos, 2015

| <b>Estabelecimento escolar</b>           | <b>Número de matrículas</b> |
|--|-----------------------------|
| Escola pública estadual (4 escolas)      | 1.343                       |
| <b>Escola pública federal (1 escola)</b> | <b>180</b>                  |
| Escola privada (2 escolas)               | 116                         |
| Total de matrículas                      | 1.639                       |

**Fonte:** IBGE (2016a) com adaptações a partir de dados do IBGE Cidades 2015 com dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

Vinculando os dados educacionais aos dados sociais quanto à situação de ocupação, de acordo com o exposto na Tabela 6, quase metade dos trabalhadores empregados no estado de Goiás, em 2015, possuía escolaridade do nível médio completo ao ensino superior incompleto, com maior concentração entre trabalhadores do sexo masculino. Essas informações sugerem que o nível de remuneração, já relatado anteriormente, pode estar relacionado a outros fatores que não a formação do trabalhador, ou que o nível de escolaridade, embora favoreça o acesso a melhores remunerações, não foi suficiente para melhorar a renda média da população, visto que a maior concentração de trabalhadores apresenta escolaridade de nível médio.

**Tabela 6** – Número de empregos formais por sexo e escolaridade, Goiás - 2014 e 2015

| <b>Escolaridade</b>                                 | <b>2014</b>      |                 |                | <b>2015</b>      |                 |                |
|---|------------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------|----------------|
|   | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> | <b>Total</b>   | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> | <b>Total</b>   |
| Analfabeto  | 4.728            | 729             | 5.457          | 4.649            | 986             | 5.635          |
| 5ª série incompleta do Ensino Fundamental           | 41.482           | 13.028          | 54.510         | 37.660           | 11.254          | 48.914         |
| 5ª série completa do Ensino Fundamental             | 36.031           | 14.935          | 50.966         | 31.157           | 10.517          | 41.674         |
| Da 6ª até 9ª série incompleta do Ensino Fundamental | 79.553           | 34.398          | 113.951        | 75.238           | 31.643          | 106.881        |
| Ensino Fundamental completo                         | 104.747          | 53.391          | 158.138        | 98.370           | 51.126          | 149.496        |
| <b>Ensino Médio completo</b>                        | <b>369.546</b>   | <b>289.432</b>  | <b>658.978</b> | <b>373.902</b>   | <b>296.051</b>  | <b>669.953</b> |
| Superior incompleto                                 | 24.859           | 28.868          | 53.727         | 24.034           | 27.263          | 51.297         |
| Superior completo                                   | 99.160           | 156.154         | 255.314        | 107.504          | 178.350         | 285.854        |
| Total   | 860.394          | 654.138         | 1.514.532      | 844.185          | 657.212         | 1.501.397      |

**Fonte:** BRASIL (2016) com adaptações a partir de dados da RAIS/MTB 2015

Os dados relativos ao número de empregos formais, segundo faixa etária, no estado de Goiás, entre os anos de 2014 e 2015, são apresentados na Tabela 7, demonstrando grande concentração de trabalhadores empregados na faixa etária entre 18 e 29 anos de idade.

**Tabela 7** – Número de empregos formais segundo faixa etária, Goiás - 2014 e 2015

| <b>Faixa Etária</b>    | <b>2014</b>      | <b>2015</b>      | <b>Var. Absoluta</b> | <b>Var. Relativa (%)</b> |
|------------------------|------------------|------------------|----------------------|--------------------------|
| De 15 a 17 anos        | 24.287           | 19.970           | -4.317               | -17,77                   |
| <b>De 18 a 24 anos</b> | <b>261.892</b>   | <b>246.828</b>   | <b>-15.064</b>       | <b>-5,75</b>             |
| <b>De 25 a 29 anos</b> | <b>243.598</b>   | <b>235.429</b>   | <b>-8.169</b>        | <b>-3,35</b>             |
| De 30 a 39 anos        | 451.490          | 453.726          | 2.236                | 0,50                     |
| De 40 a 49 anos        | 310.165          | 314.290          | 4.125                | 1,33                     |
| De 50 a 64 anos        | 209.352          | 215.863          | 6.511                | 3,11                     |
| 65 anos ou mais        | 13.274           | 15.023           | 1.749                | 13,18                    |
| <b>Total</b>           | <b>1.514.532</b> | <b>1.501.397</b> | <b>-13.135</b>       | <b>-0,87</b>             |

Fonte: BRASIL (2016) com adaptações a partir de dados da RAIS/MTB 2015

Pesquisa realizada pelo IMB (2016b), com base em dados do IBGE, microdados da PNAD 2014, demonstrou que o grupo etário entre 18 e 24 anos foi o mais afetado pelo desemprego no estado de Goiás. Observou-se, também, que o desemprego atinge mais os jovens com pouca experiência no mercado de trabalho. Outra informação relevante é que o desemprego afetou 5,5 vezes mais a população residente em meio urbano, do que a residente em meio rural, o que sugere a necessidade de estudos sobre as áreas produtivas demandantes de mão de obra e os motivos da não absorção de trabalhadores.

### 3.1.2 Aspectos Econômicos

Com relação às informações econômicas e dados setoriais, a Tabela 8 apresenta os dados do Produto Interno Bruto (PIB) da Microrregião do Meia Ponte 2010 - 2014, com crescimento de aproximadamente 63% no município de Morrinhos, sendo um pouco inferior quando comparado ao crescimento do PIB de 82% na Microrregião do Meia Ponte e 70% no estado de Goiás.

**Tabela 8** – Produto Interno Bruto - PIB - a preços correntes, segundo municípios - Microrregião do Meia Ponte - 2010 e 2014 (R\$ mil)

| <b>Município</b>   | <b>PIB 2010</b> | <b>PIB 2014</b> |
|--------------------|-----------------|-----------------|
| Água Limpa         | 27.161          | 46.682          |
| Aloândia           | 18.580          | 34.032          |
| Bom Jesus de Goiás | 291.006         | 576.219         |
| Buriti Alegre      | 172.654         | 203.293         |
| Cachoeira Dourada  | 415.081         | 624.853         |

| <b>Município</b>                  | <b>PIB 2010</b>   | <b>PIB 2014</b>    |
|-----------------------------------|-------------------|--------------------|
| Caldas Novas                      | 856.443           | 2.049.751          |
| Cromínia                          | 43.084            | 58.582             |
| Goiatuba                          | 685.025           | 1.156.003          |
| Inaciolândia                      | 81.881            | 150.449            |
| Itumbiara                         | 2.259.728         | 3.854.405          |
| Joviânia                          | 84.545            | 161.582            |
| Mairipotaba                       | 30.856            | 40.090             |
| Marzagão                          | 24.410            | 37.500             |
| <b>Morrinhos</b>                  | <b>683.115</b>    | <b>1.112.843</b>   |
| Panamá                            | 44.310            | 62.262             |
| Piracanjuba                       | 384.217           | 656.670            |
| Pontalina                         | 184.775           | 407.587            |
| Porteirão                         | 150.088           | 169.092            |
| Professor Jamil                   | 27.996            | 59.937             |
| Rio Quente                        | 55.958            | 257.509            |
| Vicentinópolis                    | 114.265           | 276.307            |
| <b>Microrregião do Meia Ponte</b> | <b>6.635.178</b>  | <b>11.995.648</b>  |
| <b>Goiás</b>                      | <b>97.575.930</b> | <b>165.015.318</b> |

Fonte: IMB/Segplan (2016a) com adaptações

O indicador do Produto Interno Bruto (PIB) municipal permite avaliar o fluxo de produção nos municípios, identificando os setores da agropecuária, indústria e serviços (incluindo administração, saúde, educação pública, e seguridade social), com o valor adicionado total gerado por estes três segmentos e os impostos medidos indiretamente. A Tabela 9 apresenta a evolução do PIB do município de Morrinhos e sua evolução no *ranking* dos municípios do estado de Goiás entre 2010 e 2014.

**Tabela 9** – Produto Interno Bruto a preços correntes, valor adicionado (VA) por setor, classificação, município de Morrinhos - 2010 e 2014 (R\$ mil)

| Ano  | Município | Agropecuária | Indústria | Serviços | VA        | Impostos | PIB       | Class. |
|------|-----------|--------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|--------|
| 2010 | Morrinhos | 215.175      | 129.325   | 286.745  | 631.245   | 51.870   | 683.115   | 23     |
| 2014 | Morrinhos | 238.566      | 205.616   | 566.110  | 1.010.293 | 102.551  | 1.112.843 | 20     |

Fonte: IMB/Segplan (2016a) com adaptações

Apresentando boa localização geográfica, por estar no centro da Microrregião do Meia Ponte e possuir boa malha viária de acesso, o município de Morrinhos possui vocação econômica centrada nas atividades de agricultura e pecuária, com destaque para o cultivo de alimentos e produção leiteira. Os setores industrial e comercial também são importantes na geração de receita, emprego e renda, com destaque para a produção de conservas, atomatados e laticínios. O setor de agronegócios se destaca como importante segmento na cadeia produtiva do município na produção de rações, beneficiamento de sementes, frigorífico e couro, com produção destinada ao mercado consumidor local, estadual, nacional e internacional (IBGE, 2016).

Conforme dados do IBGE Cidades, em 2014, o município de Morrinhos possuía o cadastro de 1.215 empresas atuantes, com 10.443 pessoas ocupadas, sendo que, dessas, 9.068 eram funcionários assalariados, com remuneração média de 2,3 salários-mínimos (IBGE, 2016).

Na Tabela 10 são apresentados os dados de emprego por setor da economia na Microrregião do Meia Ponte, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O setor que ofereceu a melhor remuneração média foi o da indústria. O setor de serviços foi o que mais contratou trabalhadores formais, apresentando também o maior número de estabelecimentos.

**Tabela 10** – Empregos e estabelecimentos por grandes setores de atividade: quantidade, remuneração média em salários-mínimos (SM) na Microrregião do Meia Ponte – 2011

|                      | Empregos      |            | Remuneração Média (SM) | Estabelecimentos |            |
|----------------------|---------------|------------|------------------------|------------------|------------|
|                      | Quantidade    | %          |                        | Quantidade       | %          |
| 1 - Indústria        | 16.514        | 20,4       | <b>2,6</b>             | 688              | 6,46       |
| 2 - Construção Civil | 2.427         | 3,0        | <b>1,9</b>             | 314              | 2,95       |
| 3 - Comércio         | 16.809        | 20,7       | <b>1,7</b>             | 3.891            | 36,56      |
| 4 - Serviços         | 37.010        | 45,7       | <b>2,2</b>             | 12.797           | 26,28      |
| 5 - Agropecuária     | 8.302         | 10,2       | <b>2,0</b>             | 2.952            | 27,74      |
| <b>Total</b>         | <b>81.062</b> | <b>100</b> | <b>2,2</b>             | <b>10.642</b>    | <b>100</b> |

Fonte: IFG (2013) com adaptações a partir de dados da RAIS/MTB

A Tabela 11 apresenta as vinte ocupações que mais ofertaram postos de trabalho em 2011, assim como a quantidade de trabalhadores, em 2006, a taxa de crescimento de 2006 a 2011 e as remunerações

médias em salários-mínimos. As ocupações que apresentaram maior crescimento na oferta de vagas foram: trabalhadores da mecanização agropecuária, trabalhadores agrícolas e trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo, destacando o crescimento do setor agrícola e o aumento na demanda por trabalhadores nas áreas mencionadas acima.

**Tabela 11** – As vinte ocupações que mais empregam na Microrregião do Meia Ponte, o número de trabalhadores empregados em 2006 e 2011, a taxa de crescimento neste período e a remuneração média em salários-mínimos (SM) em 2011

| Classificação brasileira de ocupações (CBO) 2002 subgrupo                                | 2006       | 2011         | Taxa de Crescimento | Remuneração Média (SM) |
|--|------------|--------------|---------------------|------------------------|
| Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos                | 4.657      | <b>6.291</b> | 35,1%               | <b>1,8</b>             |
| Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios       | 3.427      | <b>5.875</b> | 71,4%               | <b>1,3</b>             |
| Vendedores e demonstradores  | 4.016      | <b>5.497</b> | 36,9%               | <b>1,8</b>             |
| Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação        | 2.913      | <b>4.962</b> | 70,3%               | <b>2,4</b>             |
| Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação                                    | 2.957      | <b>4.547</b> | 53,8%               | <b>1,5</b>             |
| Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário                          | 2.248      | <b>3.489</b> | 55,2%               | <b>2,4</b>             |
| Trabalhadores na exploração agropecuária em geral  | 3.296      | <b>3.425</b> | 3,9%                | <b>1,6</b>             |
| Embaladores e alimentadores de produção  | 2.246      | <b>2.833</b> | 26,1%               | <b>1,5</b>             |
| <b>Trabalhadores agrícolas</b>   | <b>653</b> | <b>2.197</b> | <b>236,4%</b>       | <b>1,9</b>             |
| Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança                                       | 1.572      | <b>2.166</b> | 37,8%               | <b>1,7</b>             |
| Trabalhadores de informações ao público  | 1.124      | <b>1.834</b> | 63,2%               | <b>1,5</b>             |
| Trabalhadores da construção civil e obras públicas                                       | 1.173      | <b>1.804</b> | 53,8%               | <b>2,2</b>             |
| <b>Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo</b>    | <b>821</b> | <b>1.780</b> | <b>116,8%</b>       | <b>1,7</b>             |
| Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissional | 1.231      | <b>1.707</b> | 38,7%               | <b>2,9</b>             |
| Caixas, bilheteiros e afins  | 936        | <b>1.693</b> | 80,9%               | <b>1,5</b>             |
| <b>Trabalhadores da mecanização agropecuária</b>   | <b>497</b> | <b>1.682</b> | <b>238,4%</b>       | <b>2,7</b>             |
| Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental               | 1.382      | <b>1.518</b> | 9,8%                | <b>3,1</b>             |
| Ajudantes de obras   | 916        | <b>1.369</b> | 49,5%               | <b>1,4</b>             |
| Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas                          | 1.111      | <b>1.291</b> | 16,2%               | <b>1,9</b>             |
| Gerentes de áreas de apoio   | 687        | <b>1.192</b> | 73,5%               | <b>4,7</b>             |

Fonte: IFG (2013) com adaptações a partir de dados da RAIS/MTB

Na Tabela 12 é apresentada a distribuição dos empregos formais na Microrregião do Meia Ponte por município, sendo que, em Morrinhos, os maiores percentuais estão no setor de agropecuária, apresentando a segunda posição no percentual de participação na Microrregião, e na terceira posição para os setores de indústria e serviços.

**Tabela 12** – Distribuição dos empregos formais nos setores de agropecuária, indústria e serviços na Microrregião do Meia Ponte, por município – 2011 (%)

| <b>Municípios</b>          | <b>Agropecuária</b> | <b>Indústria</b> | <b>Serviços</b> |
|----------------------------|---------------------|------------------|-----------------|
| Água Limpa                 | 0,88                | 0,02             | 0,43            |
| Aloândia                   | 0,20                | 0,04             | 0,29            |
| Bom Jesus de Goiás         | 6,82                | 1,46             | 3,86            |
| Buriti Alegre              | 2,20                | 5,79             | 1,34            |
| Cachoeira Dourada          | 1,65                | 0,63             | 1,58            |
| Caldas Novas               | 4,48                | 9,99             | 27,80           |
| Cromínia                   | 0,83                | 0,05             | 0,49            |
| Goiatuba                   | 12,83               | 17,33            | 7,27            |
| Inaciolândia               | 5,72                | 0,07             | 0,96            |
| Itumbiara                  | 24,24               | 39,54            | 31,52           |
| Joviânia                   | 2,41                | 0,14             | 1,13            |
| Mairipotaba                | 0,95                | 0,04             | 0,42            |
| Marzagão                   | 0,17                | 0,15             | 0,40            |
| Morrinhos                  | 16,32               | 15,63            | 8,22            |
| Panamá                     | 0,79                | 0,03             | 0,50            |
| Piracanjuba                | 8,49                | 1,80             | 3,46            |
| Pontalina                  | 4,83                | 2,65             | 2,71            |
| Porteirão                  | 1,55                | 1,83             | 0,59            |
| Professor Jamil            | 0,70                | 0,15             | 0,43            |
| Rio Quente                 | 0,51                | 0,19             | 5,21            |
| Vicentinópolis             | 3,42                | 2,47             | 1,36            |
| Microrregião do Meia Ponte | 100                 | 100              | 100             |

Fonte: IFG (2013) com adaptações a partir de dados da RAIS/MTB

Conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (BRASIL, 2017; 2017c), a variação absoluta no número de empregos em 2016, considerando o saldo do número de vagas de emprego entre admissões e desligamentos, apresentou um saldo negativo no Brasil (-1.321.994) e em Goiás (-19.354), assim como o apresentado na Microrregião do Meia Ponte (-1.109), indicando que, em 2016, ocorreram mais desligamentos do que admissões no mercado de trabalho. A situação, contudo, apresenta-se diferente no município de Morrinhos, com saldo positivo de 154 admissões a mais do que o total de desligamentos. Na Tabela 13, são apresentados os dados da evolução do emprego por setor de atividade econômica no Brasil, no estado de Goiás e no município de Morrinhos.

Tabela 13 – Evolução do emprego por setor de atividade econômica no Brasil, no estado de Goiás e no município de Morrinhos - 2016

| Setores                                   | Brasil            |                     |                   |                    |                 | Goiás               |                |                    |                 |                     | Morrinhos  |                    |                 |                     |       |                    |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-----------------|---------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------------|------------|--------------------|-----------------|---------------------|-------|--------------------|
|   | Total admissões   | Total desligamentos | Saldo             | Varição empregos % | Total admissões | Total desligamentos | Saldo          | Varição empregos % | Total admissões | Total desligamentos | Saldo      | Varição empregos % | Total admissões | Total desligamentos | Saldo | Varição empregos % |
| Extrativa mineral                         | 33.618            | 45.506              | -11.888           | -5,67              | 1.732           | 2.608               | -876           | -10,04             | 0               | 1                   | -1         | -100,00            |                 |                     |       |                    |
| Indústria de transformação                | 2.354.799         | 2.677.325           | -322.526          | -4,23              | 97.263          | 104.076             | -6.813         | -2,78              | 1.450           | 1.585               | -135       | -3,96              |                 |                     |       |                    |
| Serviços industriais de utilidade pública | 68.936            | 81.623              | -12.687           | -3,07              | 2.156           | 2.099               | 57             | 0,53               | 1               | 0                   | 1          | 3,03               |                 |                     |       |                    |
| Construção civil                          | 1.503.045         | 1.861.724           | -358.679          | -13,48             | 58.412          | 62.643              | -4.231         | -5,47              | 115             | 219                 | -104       | -40,31             |                 |                     |       |                    |
| Comércio                                  | 3.704.430         | 3.908.803           | -204.373          | -2,22              | 130.976         | 138.803             | -7.827         | -2,69              | 788             | 812                 | -24        | -1,20              |                 |                     |       |                    |
| Serviços                                  | 6.018.895         | 6.409.004           | -390.109          | -2,28              | 199.723         | 202.695             | -2.972         | -0,64              | 580             | 527                 | 53         | 3,98               |                 |                     |       |                    |
| Administração pública                     | 67.175            | 75.818              | -8.643            | -0,97              | 422             | 460                 | -38            | -0,16              | 2               | 0                   | 2          | 100,00             |                 |                     |       |                    |
| Agropecuária                              | 987.748           | 1.000.837           | -13.089           | -0,84              | 66.653          | 63.307              | 3.346          | 3,65               | 2.752           | 2.390               | 362        | 35,95              |                 |                     |       |                    |
| <b>Total</b>                              | <b>14.738.646</b> | <b>16.060.640</b>   | <b>-1.321.994</b> | <b>-3,33</b>       | <b>557.337</b>  | <b>576.691</b>      | <b>-19.354</b> | <b>-1,60</b>       | <b>5.688</b>    | <b>5.534</b>        | <b>154</b> | <b>1,92</b>        |                 |                     |       |                    |

Fonte: BRASIL (2017b; 2017c) com adaptações a partir de dados do CAGED/MTPS, 2016

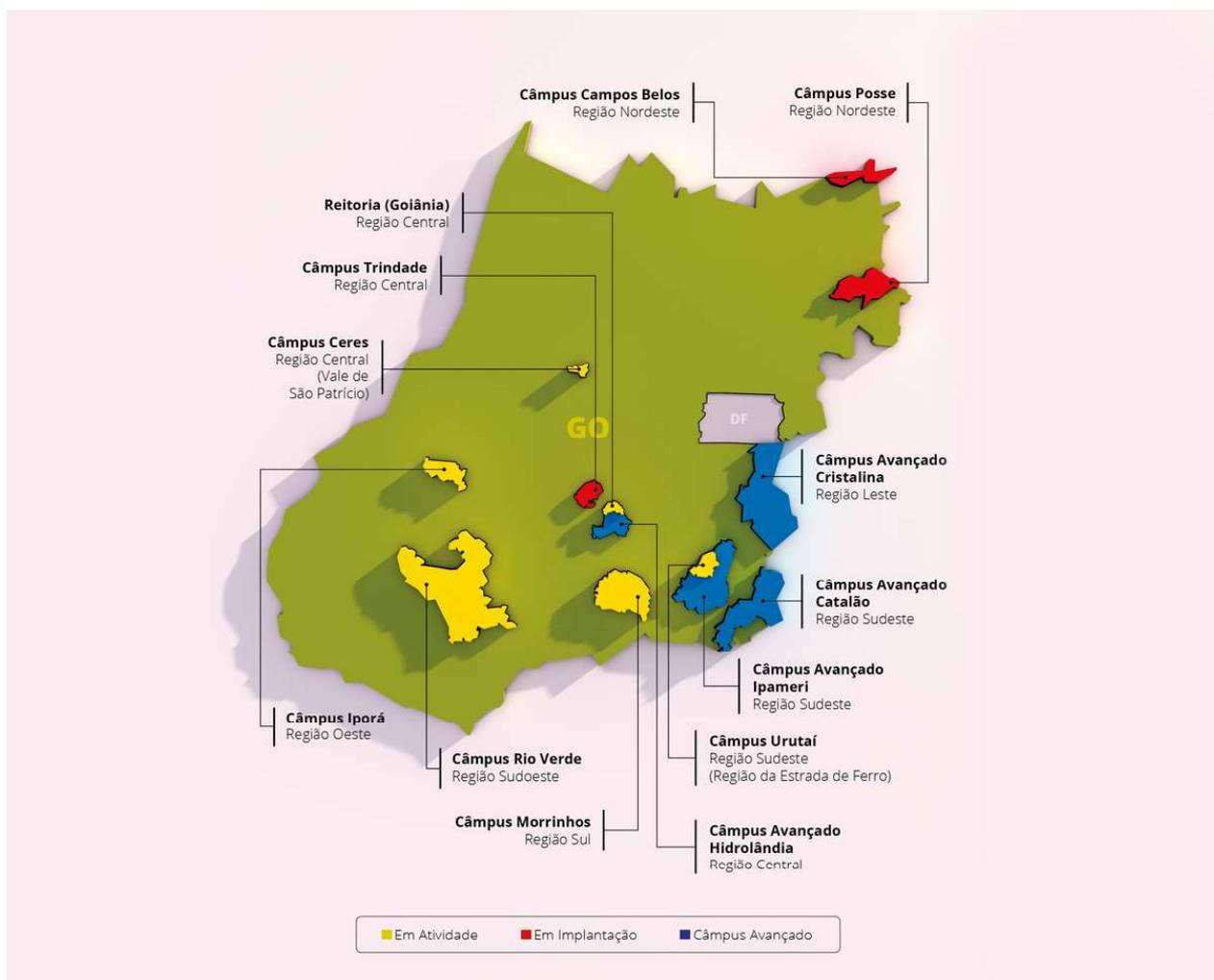
Tendo abordado os aspectos sociodemográficos, a situação do mercado de trabalho e os aspectos econômicos na Microrregião do Meia Ponte, com destaque para o município de Morrinhos, trataremos, a seguir, da atuação do IF Goiano na região, por meio do Campus Morrinhos.

### 3.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Morrinhos

Conforme já abordado na sessão que trata da constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IF Goiano foi criado em 2008, a partir da integração da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), dos antigos CEFETs de Rio Verde, Urutaí e de sua Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos.

A Reitoria, órgão de administração central, foi instalada na capital do estado, Goiânia. No processo de expansão, em 2010, foi inaugurado o Campus Iporá e, em 2015, o Campus Trindade, além da implantação de outros dois *Campi* nas cidades de Campos Belos e Posse, e quatro *Campi* Avançados, sendo eles em Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri. A partir de 2016, todas as unidades já estavam em atividade, contemplando assim doze *Campi* e a Reitoria no estado de Goiás, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3 - Municípios com unidades do IF Goiano



Fonte: IF Goiano (2015)

O Campus Morrinhos teve atividades iniciadas no ano de 1997, quando foi criado como Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Morrinhos, resultado da parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Morrinhos. Posteriormente, as escolas técnicas e agrotécnicas passaram por mudanças em todo o Brasil e a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Urutaí, logo, a Uned Morrinhos passou a ser vinculada ao CEFET - Urutaí. Em dezembro de 2008, tornou-se o Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, de acordo com o disposto na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país (IF GOIANO, 2016).

Assim, a Unidade de Ensino Descentralizada foi elevada à categoria de Campus do IF Goiano, equiparando-se aos demais *Campi* da instituição implantados até então. A mudança trouxe autonomia administrativa plena para a instituição, possibilitando um desenvolvimento mais acelerado, maior qualidade no serviço prestado e maior celeridade no cumprimento das demandas internas (IF GOIANO, 2016). No ano 2017, o IF Goiano - Campus Morrinhos se posiciona como referência não somente na Microrregião do Meia Ponte, mas na Mesorregião Sul de Goiás como instituição pública federal, ofertante de educação profissional, científica e tecnológica nas áreas de Ciências Agrárias, Alimentos, Pedagogia e Informática. No ano 2017, o IF Goiano - Campus Morrinhos oferta os cursos técnicos, superiores e de pós-graduação relacionados no **Quadro 1**.

**Quadro 1** - Cursos Ofertados pelo IF Goiano – Campus Morrinhos, no ano 2017

| <b>CURSO</b>           | <b>MODALIDADE</b>                 | <b>TURNO</b> | <b>DURAÇÃO</b> | <b>EIXO / ÁREAS DO CONHECIMENTO</b> |
|------------------------|-----------------------------------|--------------|----------------|-------------------------------------|
| Alimentos              | Técnico Integrado ao ensino médio | Integral     | 3 anos         | Produção Alimentícia                |
| Agroindústria          | Técnico Proeja                    | Noturno      | 3 anos         | Produção Alimentícia                |
| Agropecuária           | Técnico Integrado ao ensino médio | Integral     | 3 anos         | Recursos Naturais                   |
| Informática            | Técnico Integrado ao ensino médio | Integral     | 3 anos         | Informação e Comunicação            |
| Agronomia              | Bacharelado                       | Integral     | 5 anos         | Ciências Agrárias                   |
| Ciência da Computação  | Bacharelado                       | Integral     | 4 anos         | Ciência da computação               |
| Zootecnia              | Bacharelado                       | Matutino     | 5 anos         | Ciências Agrárias                   |
| Alimentos              | Curso de Tecnologia Superior      | Noturno      | 3 anos         | Produção Alimentícia                |
| Sistemas para internet | Curso de Tecnologia Superior      | Noturno      | 3 anos         | Informação e Comunicação            |
| Pedagogia              | Licenciatura                      | Noturno      | 4 anos         | Ensino                              |
| Química                | Licenciatura                      | Noturno      | 4 anos         | Ensino                              |

| <b>CURSO</b>                                   | <b>MODALIDADE</b>    | <b>TURNO</b>              | <b>DURAÇÃO</b> | <b>EIXO / ÁREAS DO CONHECIMENTO</b> |
|--|----------------------|---------------------------|----------------|-------------------------------------|
| Especialização Ensino de Ciências e Matemática | <i>Lato Sensu</i>    | Preferencialmente noturno | 18 meses       | Ensino                              |
| Mestrado Profissional em Olericultura          | <i>Stricto Sensu</i> | Preferencialmente noturno | 24 meses       | Ciências Agrárias                   |

**Fonte:** IF Goiano – Campus Morrinhos (2017) com adaptações

Dos cursos técnicos concluídos pelos egressos participantes desta pesquisa houve a descontinuidade na oferta de vagas em Agricultura e Manutenção e Redes de Computadores em virtude da falta de alunos interessados. Os cursos técnicos remanescentes passaram a ser ofertados apenas na modalidade curso técnico integrado ao ensino médio e Proeja, conforme descrito acima.

Em relação aos cursos de educação profissional e tecnológica ofertados por instituições que compõem a rede federal, estadual e por centros de formação tecnológica vinculados ao setor público, a oferta de cursos técnicos na Microrregião do Meia Ponte, no ano 2017, é apresentada no Quadro 2, com dados desagregados por instituição de ensino e município. As instituições de ensino são: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos (IF Goiano); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Itumbiara (IFG); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Unidade Itumbiara (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Unidades Caldas Novas e Itumbiara (SENAC); Instituto Tecnológico do Estado de Goiás - Jerônimo Carlos do Prado - Goiatuba (ITEGO).

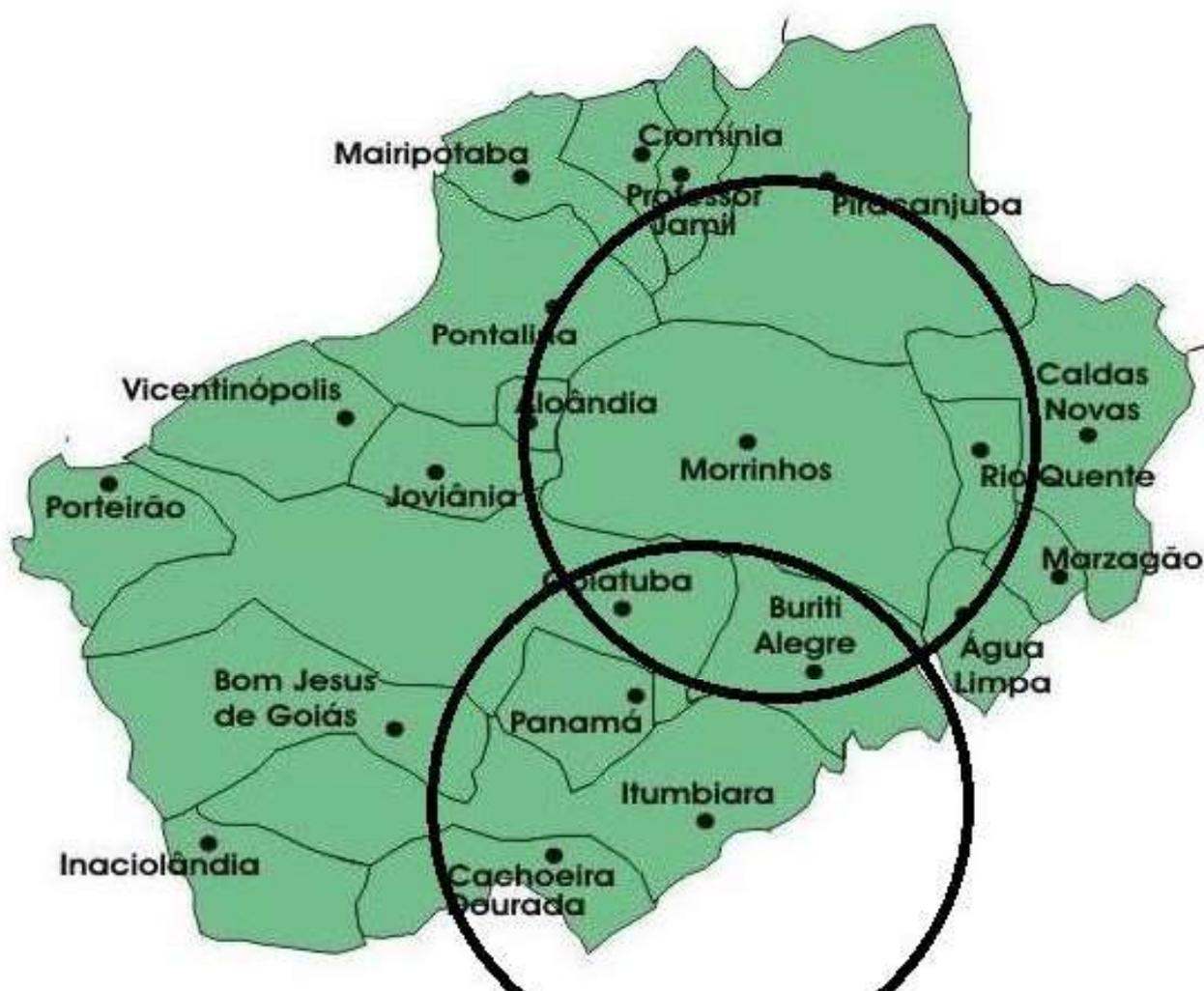
Quadro 2 - Cursos técnicos ofertados por instituições e município na Microrregião do Meia Ponte, 2017

| Município    | IF Goiano   | IFG  | SENAI  | SENAC  | ITEGO   |
|--------------|---|--|--|--|---|
| Caldas Novas |   |  |  | Técnico em Recursos Humanos;<br>Técnico em Estética;<br>Técnico em Enfermagem.           |   |
| Goiatuba     |   |  |  |  | Técnico em Enfermagem;<br>Técnico em Segurança do Trabalho. |
| Itumbiara    |   | Técnico em Eletrotécnica;<br>Técnico em Automação Industrial;<br>Técnico em Agroindústria. | Técnico em Açúcar e Alcool;<br>Técnico em Mecânica;<br>Técnico em Química;<br>Técnico em Eletromecânica;<br>Técnico em Eletrotécnica;<br>Técnico em Alimentos. | Técnico em Administração;<br>Técnico em Enfermagem;<br>Técnico em Segurança do Trabalho. |   |
| Morrinhos    | Técnico em Alimentos;<br>Técnico em Agropecuária;<br>Técnico em Informática;<br>Técnico em Agroindústria. |  |  |  |   |

Fonte: IF Goiano (2017); IFG (2017); SENAI (2017); SENAC (2017); ITEGO (GOIÁS, 2016) com adaptações

Conforme já caracterizada no Relatório do Observatório do Mundo do Trabalho (IFG, 2010), a área de influência imediata dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs) abrange um raio de 60 km a partir da sede da instituição de ensino, conforme demonstrado na Figura 4. Nesse contexto, o IF Goiano – Campus Morrinhos exerce influência imediata sob o ponto de vista educacional, sobre os municípios de Morrinhos e Rio Quente, parte dos municípios de Água Limpa, Marzagão, Caldas Novas, Piracanjuba, Professor Jamil, Mairipotaba, Pontalina, Aloândia, Joviânia e, ainda, parte dos municípios de Goiatuba e Buriti Alegre que também fazem parte da área de influência do IFG – Campus Itumbiara.

**Figura 4** - Área de influência imediata das IFEs na Microrregião do Meia Ponte do Estado de Goiás



Fonte: IFG (2010); IMB/Segplan-GO (2014) com adaptações

A área de influência é relevante para o trabalho de divulgação dos cursos e avaliação das áreas de qualificação profissional demandadas pelo setor produtivo, pois muitos dos alunos são oriundos dos municípios circunvizinhos e continuarão a residir nesses municípios durante e após a conclusão dos cursos, uma vez que a reduzida distância e a possibilidade de se deslocarem diariamente para o Campus Morrinhos, por meio de transporte próprio ou contratados de forma coletiva, favorecem a adesão e permanência nos cursos.

### 3.2.1 Cursos técnicos cursados pelos egressos que compõem o universo da pesquisa

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), instituído pela Portaria MEC n.º 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB n.º 11/2008 e na Resolução CNE/CEB n.º 3/2008, e suas respectivas atualizações, é um instrumento que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral (BRASIL, 2012, p. 8).

No CNCT estão relacionados duzentos e vinte e sete cursos, agrupados em treze eixos tecnológicos, com atualização periódica, visando contemplar novas demandas socioeducacionais. O documento contém as denominações dos cursos, subdivididas por eixos tecnológicos; respectivas cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo (BRASIL, 2012).

A seguir, serão abordados, conforme as informações apresentadas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (BRASIL, 2012), os cursos cursados pelos egressos participantes da pesquisa, sendo: Técnico em Alimentos, Agricultura, Agroindústria, Agropecuária, Informática e Manutenção e Redes de Computadores, este último possuindo a particularidade de ter agrupado em sua matriz curricular as diretrizes dos cursos Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Em todos os cursos técnicos, por serem cursos integrados, além das disciplinas relativas à formação profissional, são ministradas disciplinas relativas à formação geral, entre elas: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Biologia, Química e Física, conforme a modalidade do curso.

O Curso Técnico em Alimentos (BRASIL, 2012, p. 164) visa a formação de profissionais aptos a atuar no planejamento e coordenação de atividades relacionadas à produção alimentícia e à aquisição e manutenção de equipamentos, executando e supervisionando o processamento e conservação das matérias-primas e produtos da indústria alimentícia e bebidas, além de realizar análises físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, implantar programas de controle de qualidade, aplicar soluções tecnológicas para aumentar a produtividade e desenvolver produtos e processos. O egresso também estará apto a realizar a instalação e manutenção de equipamentos, a comercialização e a produção de alimentos.

O campo de atuação é amplo e se destaca a possibilidade de trabalhar em indústrias e agroindústrias de alimentos e bebidas; indústria de insumos para processos e produtos; laboratórios de análises e controle de qualidade; instituições e órgãos de pesquisa e ensino; consultorias; órgãos de fiscalização higiênico-sanitárias; serviços de proteção ao consumidor; entrepostos de armazenamento e beneficiamento; serviços de alimentação; além de atuar como profissional autônomo e possuir empreendimento próprio.

O curso apresenta possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, sendo: produtor de bebidas alcoólicas e não alcoólicas; produtor de derivados do leite; produtor de embutidos e defumados. Oferece, também, possibilidades de formação continuada em

cursos de especialização técnica, como: Especialização técnica em Auditoria de Controle de Qualidade de Alimentos; Controle Estatístico de Processo na Indústria de Alimentos; Análises Laboratoriais na Indústria de Alimentos.

Quanto às possibilidades de verticalização para cursos de graduação, destacamos o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, já ofertado pelo IF Goiano - Campus Morrinhos; Agroindústria; Laticínios; Processamento de Carnes; Produção de Cachaça; Viticultura e Enologia e o Bacharelado em Engenharia de Alimentos.

O Curso Técnico em Agricultura (BRASIL, 2012, p. 226) qualifica profissionais aptos a planejar, organizar, dirigir e controlar a produção vegetal sustentável; além de atuar na propagação de espécies vegetais, elaborar, executar e monitorar projetos agrícolas, de manejo do solo e da água, mediante práticas conservacionistas, projetar e implantar sistemas de irrigação e drenagem. Ademais, podem promover o manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas, planejar e fazer a gestão e o controle da produção, supervisionando a colheita e a pós-colheita das principais culturas, identificando e aplicando técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos, elaborando laudos, perícias, pareceres e relatórios, além de estar qualificado a administrar propriedades agrícolas e operar máquinas e implementos agrícolas.

O campo de atuação são as propriedades rurais e empresas de consultoria agrícola; instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa; comércio relacionado à atividade agropecuária e do agronegócio; indústrias de insumos agropecuários; cooperativas e associações rurais; e atuação como profissional autônomo ou em empreendimento próprio.

Dentre as possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional estão: tratorista agrícola; agricultor agroflorestal; agricultor familiar; agricultor orgânico; operador de máquinas agrícolas. E como possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica destacam-se os cursos de Especialização Técnica em Sistemas de Produção Vegetal Agroecológica; Fruticultura; Olericultura; Produção de Grãos; Pós-colheita.

As possibilidades de verticalização para cursos de graduação citadas no CNCT são: Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio; Cafeicultura; Horticultura; Produção Agropecuária; Produção de Grãos; Licenciatura em Biologia; Ciências Agrícolas; Bacharelado em Agronomia, ofertado pelo IF Goiano – Campus Morrinhos; os Bacharelados em Engenharia Agrícola; Engenharia Ambiental; Engenharia de Agronegócio; Engenharia Florestal.

O Curso Técnico em Agroindústria (BRASIL, 2012, p. 163) no IF Goiano – Campus Morrinhos foi ofertado na modalidade Proeja, sendo voltado para educação de jovens e adultos, maiores de dezoito anos, que ainda não concluíram o ensino médio (IF GOIANO, 2015), qualificando profissionais aptos a aplicar tecnologias voltadas à conservação e ao processamento das matérias-primas de origem animal e vegetal na panificação e confeitaria, realizar a implantação, execução e avaliação de programas preventivos de segurança do trabalho, de gestão de resíduos, de diminuição do impacto ambiental e de higienização e sanitização da produção agroindustrial; realizar análises laboratoriais de alimentos; desenvolver técnicas mercadológicas de produtos e insumos para a agroindústria; e promover a inovação tecnológica.

O campo de atuação está relacionado às agroindústrias e indústrias de alimentos e bebidas; laboratórios de análises de alimentos; consultorias; órgãos de fiscalização higiênico-sanitárias; instituições de ensino e/ou de pesquisa.

Dentre as possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo destaca-se produtor de bebidas alcoólicas e não alcoólicas; produtor de derivados do leite; produtor de embutidos e defumados, semelhante às possibilidades apresentadas no curso técnico em alimentos. E como possibilidades de formação continuada: cursos de Especialização Técnica em Reciclagem Global em Laticínios; Instalações e Manutenção de Equipamentos Agroindustriais; Tecnologia de Óleos e Grãos.

Como possibilidades de verticalização para cursos de graduação destaca-se o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, ofertado pelo IF Goiano – Campus Morrinhos; Agroindústria; Laticínios; Processamento de Carnes; Produção de Cachaça; Viticultura e Enologia; Bacharelado em Engenharia de Alimentos.

O Curso Técnico em Agropecuária (BRASIL, 2012, p. 229) é um dos cursos que oferece maior amplitude de qualificações, possibilitando a atuação profissional em várias áreas. Esse curso qualifica o profissional que maneja, de forma sustentável, a fertilidade do solo e os recursos naturais; planeja e executa projetos ligados a sistemas de irrigação e uso da água; seleciona, produz e aplica insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas); desenvolve estratégias para reserva de alimentação animal e água; realiza atividades de produção de sementes e mudas, transplante e plantio; realiza colheita e pós-colheita; realiza trabalhos na área agroindustrial; opera máquinas e equipamentos; maneja animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade); comercializa animais; desenvolve atividade de gestão rural; observa a legislação para produção e comercialização de produtos agropecuários, a legislação ambiental e os procedimentos de segurança no trabalho; projeta instalações rurais; realiza manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas; realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais; planeja e efetua atividades de tratamentos culturais.

No campo de atuação estão as propriedades rurais; empresas comerciais agropecuárias; estabelecimentos agroindustriais; empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa; parques e reservas naturais; cooperativas e associações rurais.

Como possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional estão: inseminador artificial de animais; agricultor familiar; ovinocultor; auxiliar em agropecuária; produtor agropecuário. E as possibilidades de formação continuada em cursos de Especialização Técnica em Agricultura Agroecológica; Agrimensura; Agroecologia; Agronegócio; Cultivo Intensivo e Protegido; Fruticultura; Olericultura; Operação de Máquinas Agrícolas; Sistemas de Produção de Animais Monogástricos; Sistemas de Produção de Animais Ruminantes; Sistemas de Produção de Pequenos Animais; Sistemas de Produção Orgânica de Animais Ruminantes; Sistemas de Produção Orgânica de Animais Monogástricos; Sistemas de Produção Orgânica de Pequenos Animais.

Dentre as possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo estão Bacharelados em Agronomia e em Zootecnia, ambos ofertados pelo IF Goiano – Campus

Morrinhos que, ainda, oferta em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, o Mestrado Profissional em Olericultura. Outros cursos de verticalização são: Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem; Processamento de Carnes; Licenciatura em Biologia; Ciências Agrícolas; os Bacharelados em Administração Rural e Agroindustrial; Administração Rural; Agroecologia; Agronegócio; Ciências Agrárias; Ciências Agrícolas; Engenharia Agrícola; Engenharia de Aquicultura; Engenharia de Pesca; Engenharia Florestal; Medicina Veterinária.

O Curso Técnico em Informática (BRASIL, 2012, p. 100) qualifica profissionais aptos a instalar sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para *desktop* e servidores; desenvolver e documentar aplicações para *desktop* com acesso à *web* e a banco de dados; realizar manutenção de computadores de uso geral; instalar e configurar redes de computadores locais de pequeno porte. Como campo de atuação na prestação autônoma de serviço e manutenção de informática; empresas de assistência técnica; centros públicos de acesso à internet.

Como possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional destacam-se: administrador de banco de dados; agente de inclusão digital em centros públicos de acesso à internet; programador de sistemas; instalador e reparador de redes de computadores; operador de computador; montador e reparador de computadores. E como possibilidades de formação continuada em Cursos de Especialização Técnica em Programação *web*; Banco de Dados; Redes de Computadores; Manutenção de Servidores e Dispositivos de Armazenamento.

Quanto às possibilidades de verticalização para cursos de graduação, estão o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet e o Bacharelado em Ciência da Computação, ambos ofertados pelo IF Goiano – Campus Morrinhos; e ainda Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Redes de Computadores; Bancos de Dados; Gestão de Tecnologia da Informação; Jogos Digitais; Segurança da Informação; os Bacharelados em Sistemas de Informação; Engenharia de *Software*; Engenharia da Computação.

Houve, também, egressos que se formaram no curso Técnico em Manutenção e Redes de Computadores, que não está descrito no CNCT por ter sido aprovado anteriormente à regulamentação dos cursos pelo MEC. Esse curso agregou disciplinas da matriz curricular dos atuais cursos Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, que serão aqui descritos.

O profissional formado no Curso Técnico em Manutenção e Redes de Computadores (BRASIL, 2012, p. 102; 104) deve estar apto a operar, instalar, configurar e realizar manutenção em redes de computadores; aplicar técnicas de instalação e configuração da rede física e lógica; instalar, configurar e administrar sistemas operacionais em redes de computadores; implementar políticas de segurança para acesso a dados e serviços diversos; executar montagem, instalação e configuração de equipamentos de informática; instalar e configurar sistemas operacionais *desktop* e aplicativos; realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, fontes chaveadas e periféricos; instalar dispositivos de acesso à rede e realizar testes de conectividade; e realizar atendimento *help-desk*.

No campo de atuação estão: prestação de serviços; provedores de acesso a redes; prestação autônoma de serviço e manutenção de informática; empresa de assistência técnica. Como

possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo: administrador de banco de dados; instalador e reparador de redes de computadores; montador e reparador de microcomputadores; instalador e reparador de redes de computadores; montador e reparador de computadores; montador e reparador de periféricos.

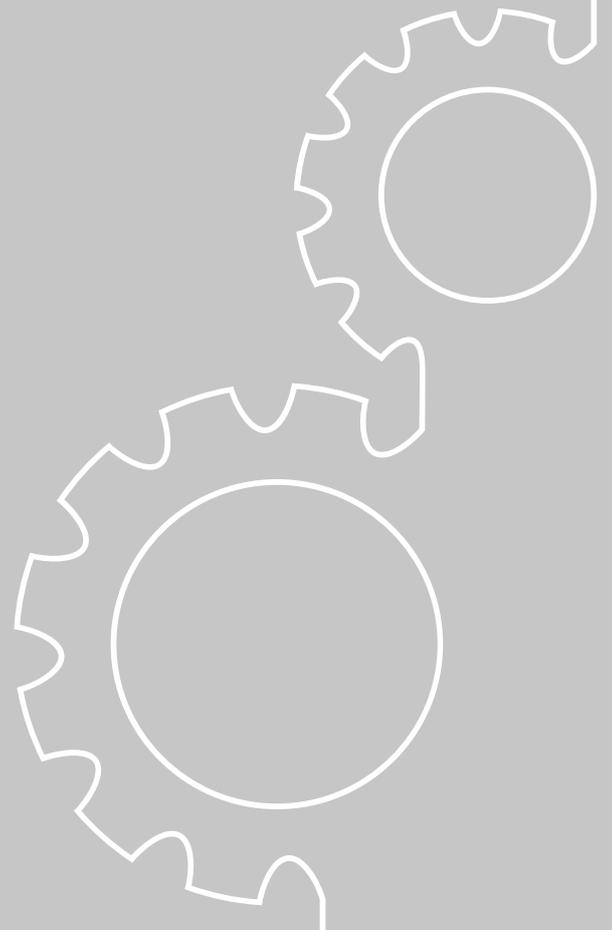
Como possibilidades de formação continuada: Cursos de Especialização Técnica em Segurança de Redes de Computadores; Convergência Digital; Fornecimento de Energia para Sistemas Computacionais; Manutenção de Servidores e Dispositivos de Armazenamento.

As possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo são: Bacharelado em Ciência da Computação, ofertado pelo IF Goiano – Campus Morrinhos; Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Redes de Computadores; Gestão de Telecomunicações; Redes de Telecomunicações; Sistemas de Telecomunicações; Telemática; Eletrônica Industrial; os Bacharelados em Engenharia da Computação; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Elétrica; e Engenharia Eletrônica.

Os cursos técnicos cursados pelos egressos foram aqui descritos com vistas a levar ao conhecimento do leitor esses dados. Todas as informações presentes nesta subseção estão baseadas no CNCT (BRASIL, 2012), sendo mantidos os termos técnicos por se tratar de um instrumento legal que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio.



# CAPÍTULO 4





# CAPÍTULO 4

## 4. Metodologia

Apresenta-se aqui a caracterização e o percurso metodológicos da pesquisa, desde a etapa de levantamento, método de pesquisa, até a coleta e análise dos dados. Metodologicamente, foi realizada pesquisa analítica, com abordagem quantitativa, por meio da análise estatística dos dados coletados (MARCONI; LAKATOS, 2010; FONTElLES et al, 2009).

O local de pesquisa é a região do município de Morrinhos, com pesquisa delimitada por meio da caracterização regional da Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás, sob os aspectos sociodemográficos, econômicos e da oferta de educação técnica profissional.

A população de estudo é composta pelos egressos dos Cursos Técnicos<sup>1</sup> em Alimentos, Agricultura, Agroindústria, Agropecuária, Informática e Manutenção e Redes de Computadores do IF Goiano – Campus Morrinhos, concluintes no período de 2010 a 2014. Seus dados<sup>2</sup> foram coletados junto à Coordenação de Registros Escolares do IF Goiano – Campus Morrinhos. Compõe, também, a população de estudos, empregadores de dezesseis empresas com sede no município de Morrinhos, atuantes nas áreas de produção alimentícia, produção energética, beneficiamento e armazenamento de grãos, prestação de serviços e consultoria ambiental.

Na etapa seguinte, foram realizados procedimentos de organização, padronização e codificação do banco de dados, sendo considerados, ao final, apenas os egressos com informações de endereço de *e-mail*, e/ou número telefônico para contato, por meio do qual foi possível coletar endereço de *e-mail* para envio do questionário. O banco de dados de egressos constituiu a fonte de dados utilizada para a elaboração do desenho amostral.

Os egressos concluintes, no período 2010 a 2014, relacionados na lista de diplomas expedidos pelo Núcleo de Registros Acadêmicos do IF Goiano, dos cursos acima elencados, somaram 342 (trezentos e quarenta e dois). A análise da base de dados permitiu identificar incongruências, como repetição de nomes. Após depuração dos dados, foi obtida uma lista nominal com 319 (trezentos e dezenove) egressos. A análise documental resultou na coleta dos números de telefones desses egressos.

Os endereços de *e-mail* dos 319 (trezentos e dezenove) egressos foram buscados no sistema acadêmico do IF Goiano e foram realizadas tentativas de contato telefônico com os que não possuíam

---

1 Os egressos do período 2010 a 2014 concluíram cursos técnicos ofertados nas modalidades concomitante: destinado aos alunos que cursam a área técnica no Campus e o ensino médio em outra instituição, simultaneamente; sequenciais ou subsequentes: destinados aos concluintes do Ensino Médio; e cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

2 As informações levantadas dos egressos contemplarão os seguintes dados: nome completo, ano de conclusão, data da emissão do diploma, curso técnico cursado, telefones (fixo e/ou celular), endereço de e-mail.

*e-mail* cadastrado. Assim, chegou-se a 222 (duzentos e vinte e dois) egressos considerados aptos a participarem da pesquisa, por possuírem *e-mail* para envio do questionário. Desse número, foram obtidas 98 (noventa e oito) respostas, que correspondem a 44% dos sujeitos da pesquisa.

Considerando um erro amostral de 5%, nível de confiança de 95% e homogeneidade de 90%, estatisticamente, o tamanho recomendando para a amostra é de 86 (oitenta e seis) egressos respondentes (SANTOS, 2017).

Para a pesquisa com egressos, foram realizadas adaptações no questionário da pesquisa realizada pela SETEC, para o atendimento dos objetivos desta pesquisa. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, nos termos da legislação vigente, foram realizadas a coleta de dados e o contato com egressos e empregadores, visando a verificação da receptividade destes em relação à temática da pesquisa e disponibilidade para participação.

Os questionários foram submetidos a um processo de pré-teste, que teve como objetivo avaliar a clareza das perguntas e seu nível de entendimento por parte dos respondentes, o tempo médio de resposta do questionário e a forma de coleta de dados. A partir desse procedimento, foram detectadas necessidades de ajustes e, após realizados, foram definidos os questionários utilizados.

Das 16 (dezesesseis) empresas instaladas no município de Morrinhos, selecionadas tendo como parâmetro principal a diversificação nas áreas de atuação, foi enviado *e-mail* aos representantes das áreas de recursos humanos com os questionários para a coleta de informações na perspectiva dos empregadores sobre o mercado de trabalho e mão de obra com formação técnica profissional. Dentre os empregadores, foram obtidas 11 (onze) respostas, correspondendo a 69% dos sujeitos da pesquisa. A elaboração do questionário para os empregadores foi realizada mediante consulta e adequações a questionários utilizados em produções científicas que tratam da mesma temática.

O projeto da presente pesquisa foi submetido para apreciação ética ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), via Plataforma Brasil, com aprovação manifestada por meio dos pareceres número 1.882.797 e 1.892.007, expedidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Assim, a coleta de dados em fonte primária, junto a egressos e empregadores, foi realizada com a aplicação de questionários estruturados, viabilizada por meio da plataforma para pesquisa *online LimeSurvey*. Essa ferramenta também possibilitou a tabulação e representação estatística dos dados em forma de gráficos e tabelas, que compuseram um banco de dados, agrupando as variáveis relacionadas às informações coletadas, possibilitando a realização da análise. Conforme disserta Gil (2009), a análise objetiva organizar e sumariar os dados coletados, de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Em momento posterior, a interpretação buscou dar sentido amplo às respostas, relacionando-as com conhecimentos anteriormente obtidos.

Sobre o instrumento de coleta de dados escolhido, Marconi e Lakatos (2010, p. 184) definem questionário como “um instrumento de coleta de dados constituído de uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem presença do entrevistador”. Dentre as vantagens do uso do questionário como ferramenta de coleta de dados aplicável à pesquisa proposta, Gil (2009) destaca a possibilidade de se atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área

geográfica muito extensa. O fato de serem enviadas por e-mail, com dados remetidos a um banco de dados geral, garante anonimato nas respostas, além de permitir que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente.

O *software* de pesquisa *LimeSurvey*<sup>3</sup> possui a capacidade de gerar senhas de acesso individualizadas, de forma que apenas a pessoa que receber o *e-mail* de convite para participação na pesquisa, com a respectiva senha, poderá acessar o questionário. Tal instrumento visa proporcionar maior controle e segurança na pesquisa *online*, uma vez que os questionários respondidos não são devolvidos ao pesquisador, e suas respostas compõem um banco de dados unificado. Durante o tempo de coleta de dados via questionários, de 15/02/2017 a 27/03/2017, foram enviados *e-mails* àqueles que ainda não haviam respondido ao questionário, como forma de lembrete, com o intuito de ampliar a taxa de resposta à pesquisa.

Para solicitar a participação dos sujeitos respondentes do questionário no convite, havia um texto introdutório da pesquisa e, ao clicar no *link* de acesso ao questionário, era apresentado, na íntegra, o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento (TCLE), com informações que permitiam aos participantes da pesquisa decidir por continuar ou encerrar sua participação.

Os dados coletados nos questionários foram agrupados segundo os seguintes critérios: informações sobre o perfil sociodemográfico dos egressos; inserção profissional; expectativa em relação ao mercado de trabalho e formação continuada. E o questionário aplicado para os empregadores abordou aspectos socioeconômicos do contexto empresarial e a relação entre a formação profissional e o mercado de trabalho.

Seguindo preceitos éticos, como forma de proteger as fontes de informação, os informantes não foram identificados, sendo assegurado o sigilo quanto aos dados dos participantes. As respostas são confidenciais e o resultado da pesquisa será divulgado de forma consolidada, não havendo divulgação de qualquer informação individualizada.

Os dados secundários da pesquisa são provenientes de informações públicas sobre as instituições ofertantes de cursos técnicos profissionalizantes na Microrregião do Meia Ponte, de pesquisa nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB); e a coleta de dados sobre o mercado de trabalho junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), além de consulta a documentos institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) e consulta junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Unidade Itumbiara (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Regional Goiás (SENAC) e Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (ITEGO). Esses dados foram organizados em tabelas informativas, visando permitir a comparação,

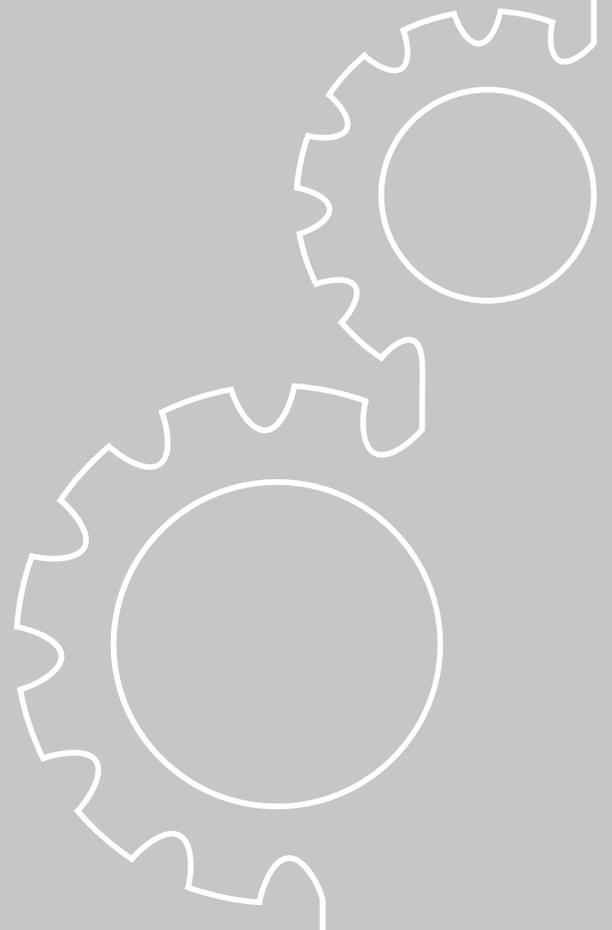
---

<sup>3</sup> *LimeSurvey* é um software de pesquisa livre, gratuito, com utilização possibilitada por meio de servidor institucional. Para esta pesquisa foi utilizado o servidor do IF Goiano.

análise e a relação entre os dados estatísticos de perfil geral e os dados específicos coletados por meio dos questionários aplicados nesta pesquisa.

Assim, são apresentadas mediante a análise da distribuição e frequência dos dados coletados, tendo como unidade de análise a inserção profissional de egressos de cursos técnicos, informações que conduzem a resultados e discussões relativas ao objetivo da pesquisa e que permitem a contextualização da investigação empírica com a produção bibliográfica na área.

# CAPÍTULO 5





# CAPÍTULO 5

## 5. Resultados e discussão

Neste capítulo são apresentados os resultados, a análise dos dados e informações obtidas por meio da pesquisa em fontes primárias, relacionando-os com os dados obtidos em fontes secundárias, teorias e pesquisas anteriores que subsidiaram a elaboração deste trabalho.

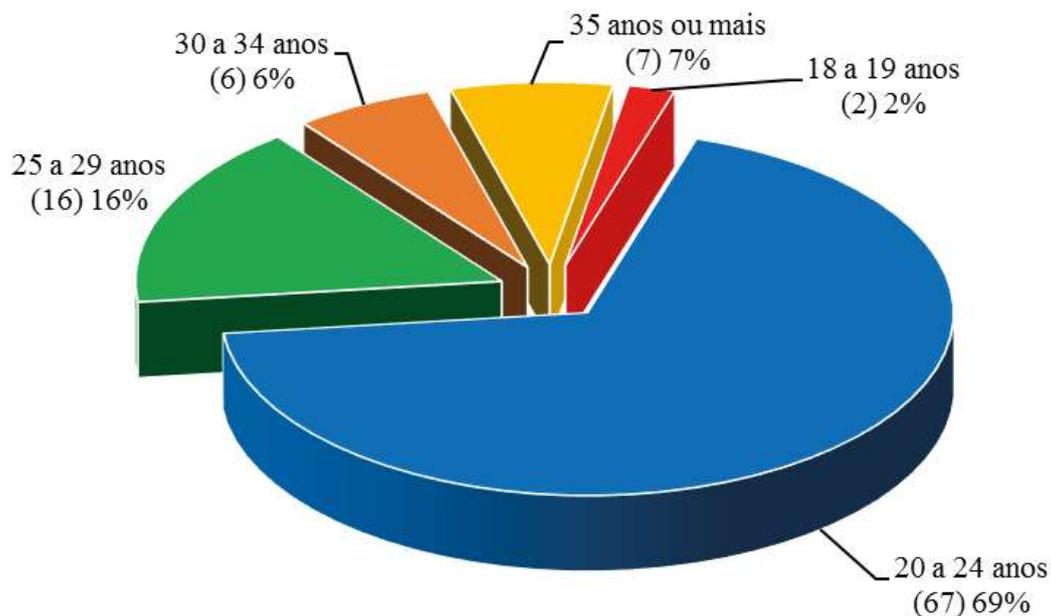
São apresentados, então, a descrição do perfil sociodemográfico dos egressos, sua atuação profissional e expectativas quanto à formação continuada, caracterização do processo de inserção profissional destes no mercado de trabalho regional e a análise das condições de absorção, nível de coerência com a área de formação e a satisfação do empregador nesse contexto.

Ressalta-se que os dados apresentados a seguir foram obtidos no período de 15/02/2017 a 27/03/2017 e referem-se aos egressos dos cursos técnicos em Alimentos, Agricultura, Agroindústria, Agropecuária, Informática e Manutenção e Redes de Computadores do IF Goiano – Campus Morrinhos, concluintes no período de 2010 a 2014, e empregadores de empresas com sede no município de Morrinhos, atuantes nas áreas de produção alimentícia, produção energética, beneficiamento e armazenamento de grãos, prestação de serviços e consultoria ambiental.

### 5.1 Perfil sociodemográfico dos egressos

Com base no total de egressos respondentes (98), que correspondem a 44% dos sujeitos da pesquisa, a identificação de gênero apontou 69% como masculino, 30% feminino e 1% de outros gêneros, percentuais coerentes com o fato de a escola ofertar cursos voltados, principalmente, para as áreas agrotécnica e de informática, com vagas no mercado de trabalho ocupadas, principalmente, pelo público masculino. A faixa etária prevalecente é de 20 a 24 anos, abrangendo 69% dos respondentes, conforme **Gráfico 1**.

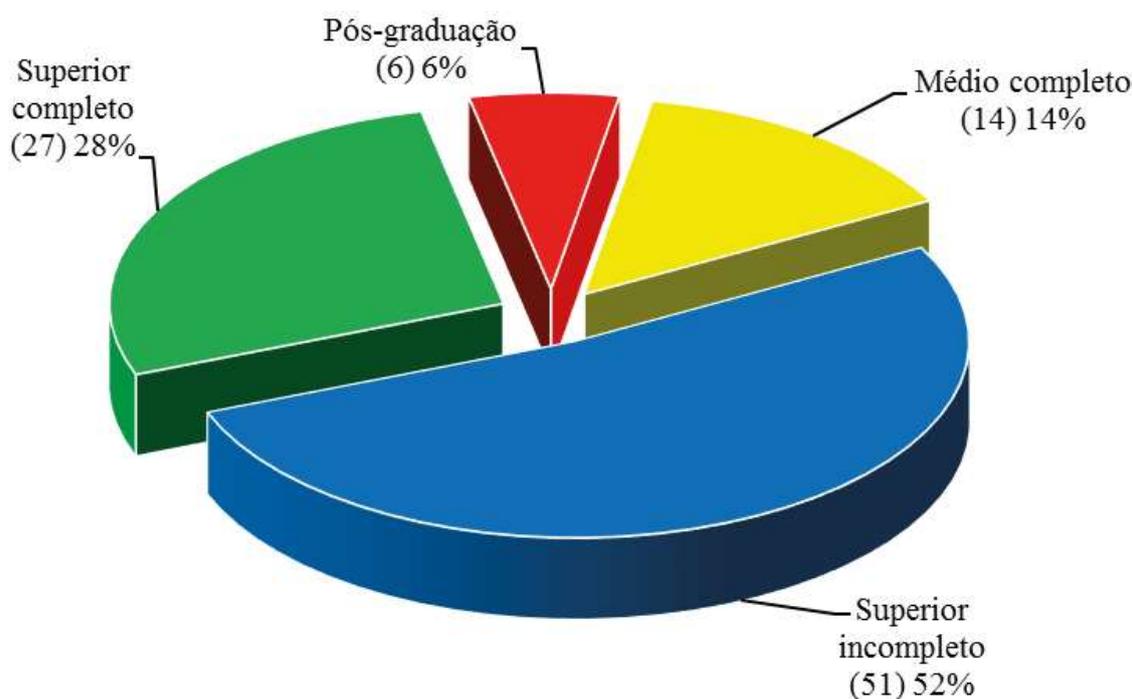
**Gráfico 1** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos por faixa etária, em 2017



Fonte: Dados da pesquisa

A questão sobre a continuidade dos estudos demonstrou que 52% dos egressos cursam graduação e 28% já concluíram o ensino superior, além daqueles que cursam pós-graduação, representando 6% dos egressos. Essas informações evidenciam a preocupação dos egressos quanto à importância da relação entre escolaridade e empregabilidade. Foi identificado que apenas 14% não alcançaram progressão vertical na educação formal e se mantêm com formação de nível médio, conforme **Gráfico 2**.

**Gráfico 2** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos, segundo escolaridade, em 2017



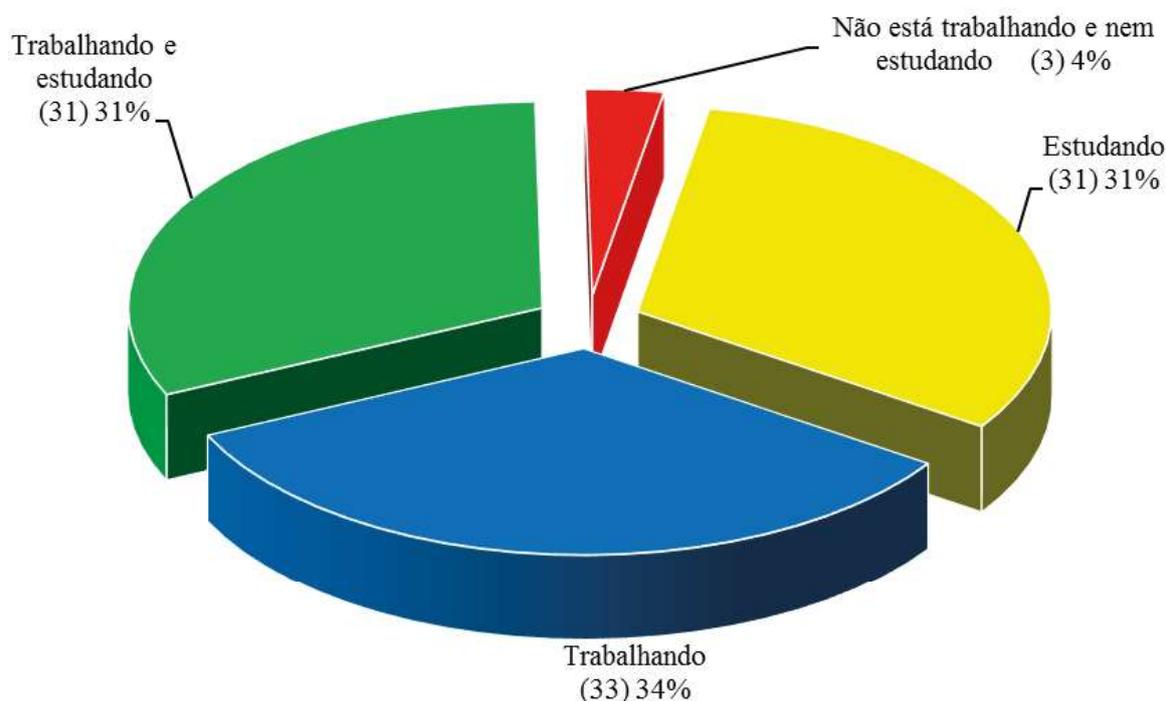
Fonte: Dados da pesquisa

Outra informação relevante referente à formação continuada é o fato de 53% dos egressos declararem estar cursando ou terem cursado curso superior em área correlata à da formação técnica profissional cursada no IF Goiano – Campus Morrinhos, enquanto 36% declararam que cursaram curso superior em área distinta da formação técnica.

Além da educação formal, no que se refere aos meios utilizados pelos egressos para atualização de conhecimento na área de formação profissional, 47% dos egressos afirmaram realizar leitura de artigos na internet; 19% participam de cursos de curta duração; 10% se atualizam por meio de participação em treinamentos profissionais, enquanto 2% afirmaram realizar leitura de revistas especializadas, 15% declararam utilizar outros meios para atualização. Essas respostas podem servir como indicativo para a instituição ofertar ações de extensão com vistas a reaproximar o egresso da instituição, por meio de cursos e atividades de atualização na área de formação.

Quando questionados sobre a situação de ocupação atual, 34% dos egressos estão trabalhando, 31% trabalhando e estudando; 31% estão estudando e apenas 4% não estão trabalhando nem estudando, conforme indicado no Gráfico 3, um indicativo positivo, pois, no mínimo, 62% dos egressos continuam estudando, mesmo que estejam cursando outros cursos de nível médio.

**Gráfico 3** - Situação de ocupação atual dos egressos



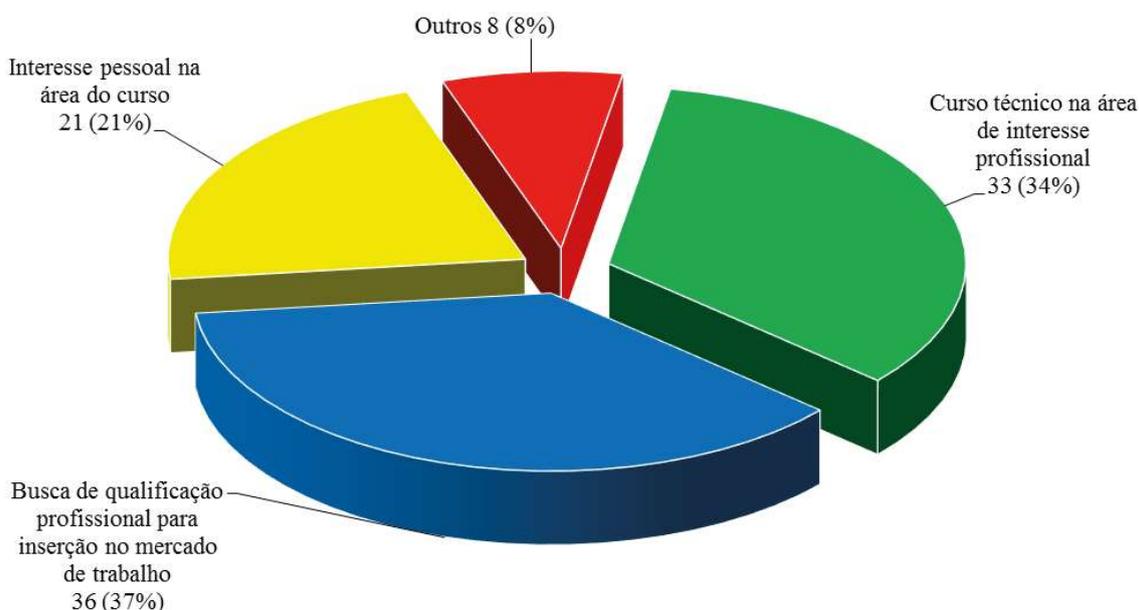
**Fonte:** Dados da pesquisa

Os percentuais obtidos estão coerentes com os resultados da pesquisa realizada pela SETEC (BRASIL, 2009, p. 16) na qual, na região Centro-Oeste, 34% dos egressos estavam trabalhando, 38% trabalhando e estudando, 22% estudando e 7% não trabalham/estudam. Já na pesquisa de Pimentel (2015, p. 99), 19% dos egressos trabalham; 44% trabalham e estudam; 28% estudam e quase 2% não trabalham nem estudam. Os altos percentuais de egressos que

continuam estudando podem estar relacionados à faixa etária destes, em sua maioria composta por jovens, e ao percurso normal da educação formal do nível médio para o curso superior, mas também, conforme Brasil (2009, p. 26), evidenciando-se a preocupação de que a educação continuada é fundamental para a empregabilidade.

Quando questionados sobre a motivação principal para a escolha do curso técnico cursado, 37% egressos responderam ser a busca de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, fator este respaldado pelos resultados relatados anteriormente, que tratam do tempo decorrido até a inserção no mercado de trabalho. A segunda alternativa em número de escolha mostra-se relevante ao indicar que 34% dos egressos escolheram curso técnico relacionado à sua área de interesse profissional, fator determinante na continuidade dos estudos na área e na satisfação profissional ao longo da carreira, sendo este último caso também aplicável aos 21% de egressos que afirmaram ter interesse pessoal na área do curso. Apenas 8% escolheram a alternativa que indicava outros motivos, de acordo com o apresentado no **Gráfico 4**.

**Gráfico 4** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos quanto à motivação pela escolha do curso técnico cursado

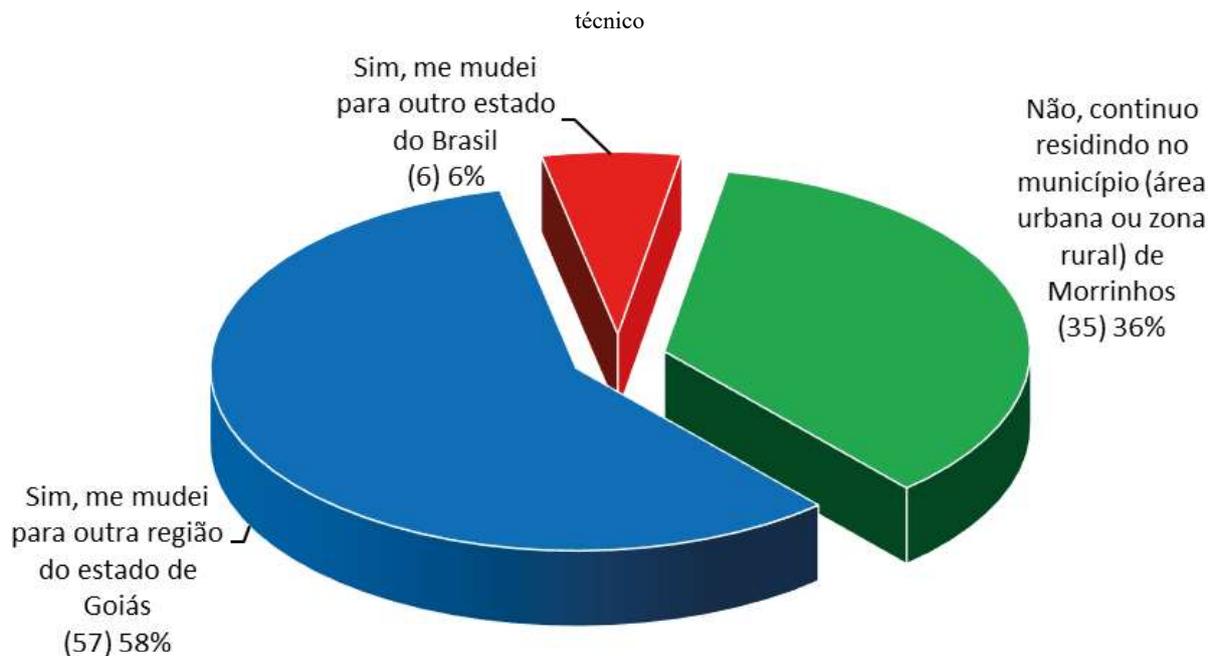


Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados da pesquisa realizada por Sampaio (2009) foram semelhantes, por indicar que os alunos buscam a educação profissional com o objetivo de obter uma profissão e inserção profissional.

Quanto ao local de residência, 53% dos egressos declararam que antes de cursar o curso técnico no IF Goiano – Campus Morrinhos residiam em outra cidade do estado de Goiás, enquanto 44% residiam no município de Morrinhos e 3% residiam em outro estado do Brasil. Quando questionados sobre o local de residência atual, ou seja, após a conclusão do curso técnico, conforme dados apresentados no Gráfico 5, 58% dos egressos afirmaram que residem em outra cidade do estado de Goiás, 36% estão residindo no município de Morrinhos e 6% residem em outro estado brasileiro.

**Gráfico 5** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos quanto ao local de residência após a conclusão do curso



Fonte: Dados da pesquisa

Na questão que permitia comentários por parte dos egressos, um dos respondentes trouxe a seguinte informação: “existem transportes privados que levam alunos de outras cidades para o Campus Morrinhos, não havendo necessidade de residir em Morrinhos para a realização do curso”. Analisando os resultados obtidos, verificamos que o percentual de respondentes que afirmou residir em outra cidade do estado de Goiás antes do curso técnico e aqueles que declararam que após o curso se mudaram para outras cidades do estado de Goiás, pode ser referente aos que se deslocavam diariamente das cidades circunvizinhas para os estudos, retornando ao município de origem, podendo ser na Microrregião do Meia Ponte.

Dessa forma, pode-se inferir que foi considerável a capacidade de retenção de força de trabalho no município/região, pois houve um acréscimo de cinco egressos entre os que passaram a residir em outra região do estado de Goiás e uma redução de apenas oito egressos dentre os que residiam no município de Morrinhos. E ainda, a informação de que 36% dos egressos se mantêm no referido município é bastante relevante para a análise do incremento de mão de obra qualificada, podendo sugerir capacidade de absorção do sistema produtivo e/ou boas perspectivas no mercado de trabalho.

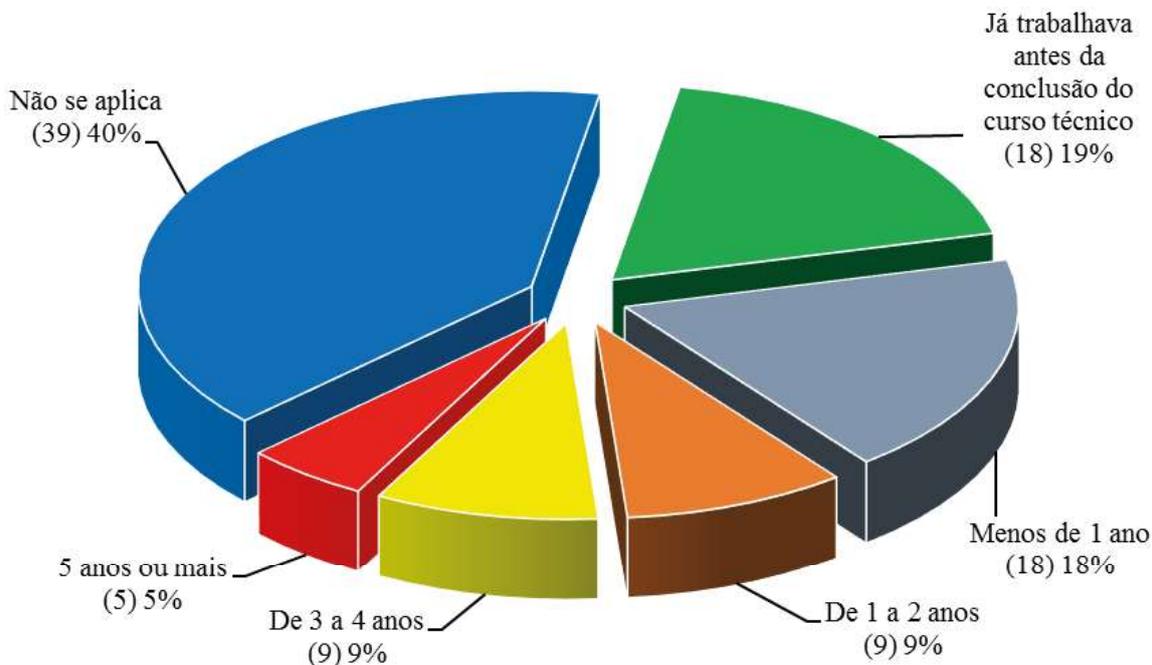
Após ser delineado o perfil sociodemográfico dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos, será feita a apresentação de informações que caracterizam a frequência e distribuição destes no mercado de trabalho regional.

## 5.2 A inserção profissional dos egressos e expectativas quanto ao mercado de trabalho

No que tange à inserção profissional, admissão no emprego, 19% dos egressos afirmaram que já trabalhavam antes da conclusão do curso técnico; 18% se inseriram no mercado de

trabalho em menos de 1 ano após a conclusão do curso técnico; 9% demoraram de 1 a 2 anos; 9% começaram a trabalhar formalmente após 3 e 4 anos e apenas 5% se inseriram no mercado de trabalho após 5 anos da conclusão do curso técnico. Os demais 40% referem-se àqueles que não ingressaram no mercado de trabalho por estarem somente estudando ou não estão trabalhando, conforme demonstrado no **Gráfico 6**.

**Gráfico 6** - Intervalo de tempo entre a conclusão do curso técnico e a inserção do egresso do IF Goiano – Campus Morrinhos no mercado de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o fato de parte dos egressos declararem que já trabalhavam antes da conclusão do curso técnico, reforça-se a indicação de que o processo de inserção profissional se inicia com a procura do indivíduo por emprego, independentemente de sua escolaridade ou formação profissional. Sobre esse aspecto, Alves (2003) afirma que a relação entre a educação e o trabalho/emprego deixou de ser linear e consecutiva, tornando-se simultânea.

Na questão em que foi oportunizado ao egresso tecer comentários sobre a pesquisa, destacamos a menção que trata da resistência dos empregadores para a contratação de indivíduos jovens, sem experiência ou com pouca experiência no mercado de trabalho, o que contribui para que os egressos ingressem no curso superior logo após a conclusão do curso técnico, visto a dificuldade para conseguirem empregos. Destacam ainda que somente a qualificação técnica pode ser pouco mediana ao exigido pelo mercado de trabalho. Outro aspecto apontado é a distinção de gênero nas contratações para determinadas áreas de atuação. Esses fatores podem estar relacionados à opção por continuar estudando, ampliando o tempo demandado para inserção dos egressos no mercado de trabalho.

Considerando os 41% de egressos que se inseriram no mercado de trabalho após a conclusão do curso técnico e a elevada taxa de inserção no primeiro ano após a conclusão do curso, 18% apresenta coerência com a afirmação de que os cursos de formação técnica

profissional têm como foco a formação para o mercado de trabalho, mostrando-se coerente com as expectativas da maioria dos que buscam a formação técnica, como veremos adiante, e condizente com as necessidades do setor produtivo por mão de obra qualificada como fator importante para as condições de absorção pelo mercado de trabalho.

Os resultados referentes aos egressos que já trabalhavam antes da conclusão do curso técnico são coerentes com os objetivos desse tipo de curso, conforme apresentado no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, pois têm como função não apenas possibilitar o acesso dos egressos ao mercado de trabalho, como também requalificar e reinserir os trabalhadores no processo produtivo.

A pergunta que aborda o fato de o egresso estar ou não trabalhando na área em que se formou no curso técnico revela informações que vão além da formação profissional. Ramos e França (2005) afirmam que a ideia de que para acesso ao mercado de trabalho basta que o trabalhador seja qualificado é muito difundida, porém, a realidade que envolve o sistema produtivo capitalista demonstra que há outros fatores condicionantes, tal como a insuficiência do crescimento econômico como fator que pode ocasionar redução efetiva do número de vagas disponíveis no mercado de trabalho.

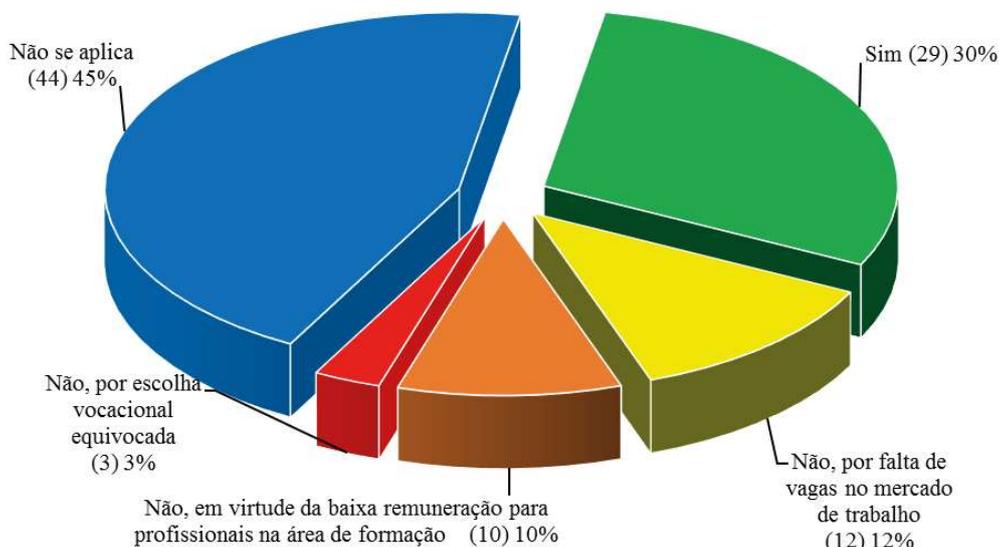
Os fatores que envolvem o sistema produtivo são condizentes com a situação econômica brasileira que apresentou, até o ano 2010, uma fase de crescimento. Contudo, a partir do ano 2011, iniciou-se o processo de desaceleração do crescimento econômico brasileiro, reflexo da crise internacional de 2008 e da queda no volume das exportações, agravadas, ainda, por políticas de estímulo ao consumo, em detrimento do fomento à produção que atualmente estão refletidas na estagnação econômica do país (GARCIA, 2016).

Sobre esse mesmo aspecto, Fernandes (2012) constatou que a não atuação profissional na área de formação está relacionada ao fato da lógica da empregabilidade da proposta de formação não determinar a colocação profissional, apesar das trajetórias de vida e formação escolar. Em Pimentel (2015) verificou-se que a preparação para a vida profissional compõe o processo de desenvolvimento pessoal do indivíduo e certificação profissional, mas não é garantia de obtenção de emprego, sendo a inserção profissional influenciável por outros fatores, como a capacidade de incorporação de novos trabalhadores de uma dada área à sociedade, o papel do Estado e das entidades empregadoras.

Conforme demonstrado no Gráfico 7, 30% dos egressos estão trabalhando em sua área de formação técnica, enquanto 12% afirmaram não estarem trabalhando na área de formação técnica por falta de vagas no mercado de trabalho e 10% afirmaram não trabalhar em sua área de formação em virtude da baixa remuneração para profissionais da área, 3% não trabalham na área por considerarem ter realizado escolha vocacional equivocada e 45% não estão trabalhando. Muitas vezes, egressos de algumas áreas profissionais não encontram postos de trabalho em sua formação. Para Oliveira (2012, p. 126), "mesmo nesse caso, ocorre inserção profissional, embora essa possa ser considerada uma disfunção que pode ser analisada como o fracasso no ingresso dentro do campo de atuação pretendido".

**Gráfico 7** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos referente à vinculação da área de atuação profissional e o curso técnico cursado

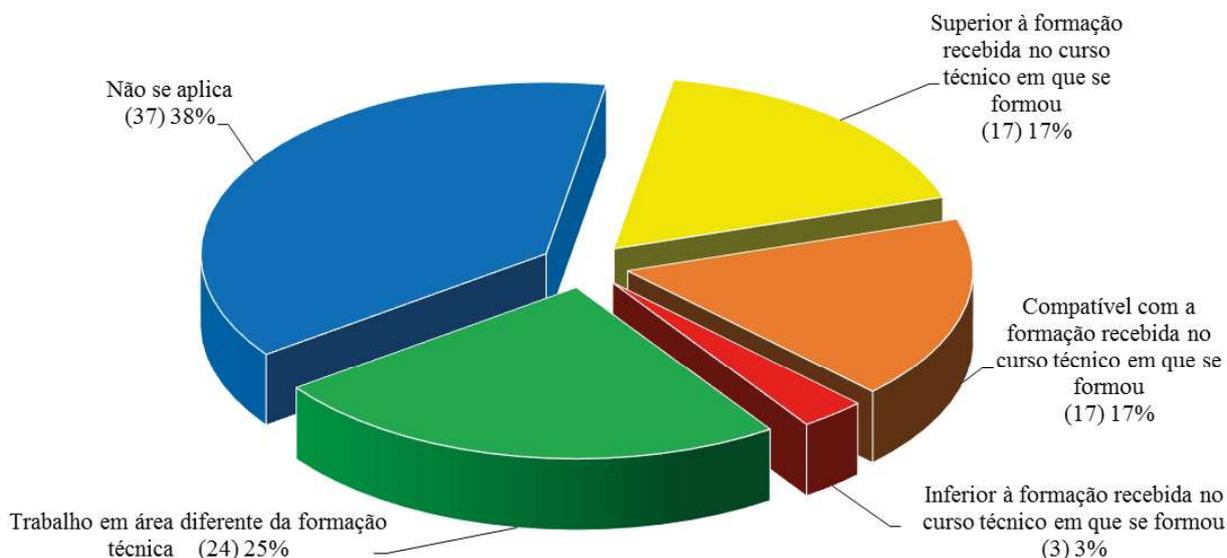
Fonte: Dados da pesquisa



Para os egressos que estão trabalhando, assim como nos resultados da pesquisa realizada pela SETEC (BRASIL, 2009, p. 19 e 27), 49% estão na área de formação técnica e 54% atuam com atividades fortemente relacionadas à área profissional do curso técnico cursado.

Quando questionados sobre qual o grau de exigência relacionado à sua formação técnica profissional em seu emprego atual, 17% dos egressos que estão trabalhando em sua área de formação responderam que a exigência é superior à formação recebida; 17% afirmaram ser compatível e apenas 3% afirmaram que a exigência no emprego é inferior à formação recebida. Dos demais, 25% trabalham em área diferente da formação técnica e 38% não estão trabalhando, conforme demonstrado no **Gráfico 8**.

**Gráfico 8** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos referente à vinculação da área de atuação profissional e o curso técnico cursado



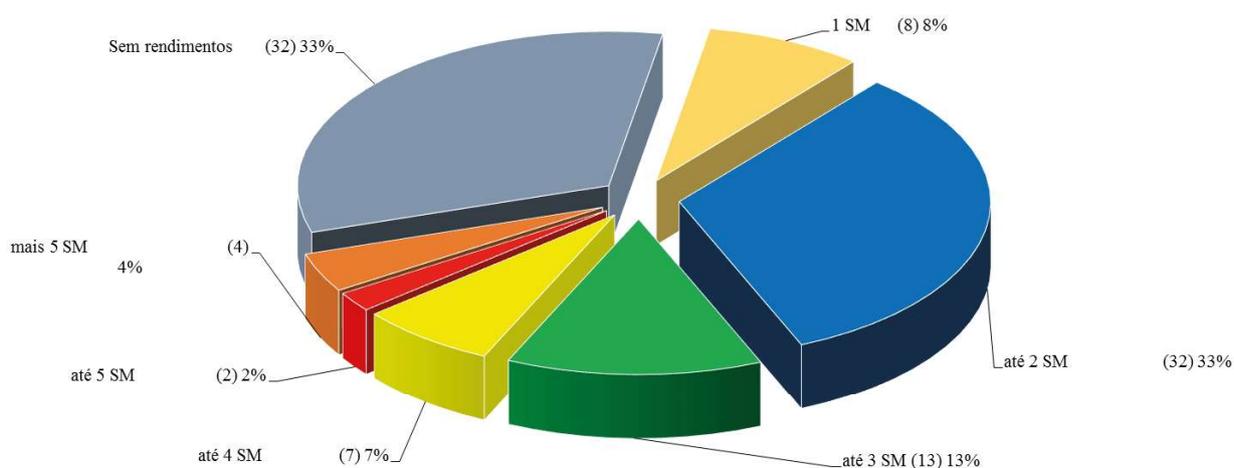
Fonte: Dados da pesquisa

Essa situação também foi encontrada na pesquisa de Ximenes (2015) ao identificar que algumas temáticas essenciais são abordadas superficialmente, devendo a instituição realizar ações para preencher as lacunas curriculares apontadas pelos egressos, ainda que sejam promovidas flexibilizações curriculares em busca da formação integral e não puramente técnica dos alunos, capacitando-os a enfrentar os novos desafios do mercado de trabalho. Ainda sobre esse aspecto, Silva (2015) relatou que sob a ótica dos egressos foi verificado que eles consideram a carga horária das disciplinas gerais e tecnológicas insuficientes para o adequado desempenho no mercado de trabalho.

Já a pesquisa de Pimentel (2015) chegou a resultados que demonstraram que a maioria dos egressos se consideravam satisfeitos com sua ocupação atual e que a capacitação exigida é compatível com a recebida no curso técnico. A não-atuação profissional dos egressos em sua área de formação foi tratada pela autora como uma disfunção da inserção profissional. Verificou-se que não estava relacionada à qualidade da formação vivenciada no curso técnico e, sim, com a capacidade de absorção do mercado de trabalho. Assim como na pesquisa desenvolvida por Guimarães (2011), ao indicar que, em sua maioria, os egressos estavam muito satisfeitos com a formação recebida e consideravam-se aptos a exercerem suas atividades no mercado de trabalho.

Quanto à remuneração, que tem como referência o salário-mínimo federal vigente no ano 2017, de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), as informações demonstradas no Gráfico 9 apontam que 33% dos egressos afirmaram serem remunerados com até dois salários-mínimos mensais e 13% com até 3 salários-mínimos mensais. Ademais, 8% dos egressos afirmaram receber até um salário-mínimo mensal, 7% recebem até quatro salários-mínimos mensais, 2% recebem até cinco salários-mínimos mensais, 4% afirmaram receber mais de cinco salários-mínimos mensais e 33% informaram não ter rendimentos, que pode se referir àqueles que não estão trabalhando e/ou somente estudando.

**Gráfico 9** – Distribuição dos egressos IF Goiano – Campus Morrinhos quanto à remuneração mensal atual em salários mínimos (SM)



**Fonte:** Dados da pesquisa

Essas respostas são coerentes com as pesquisas do IBGE e dados da RAIS, discutidas anteriormente, que apontaram que a remuneração na Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás e no município de Morrinhos é em torno de dois a três salários-mínimos mensais,

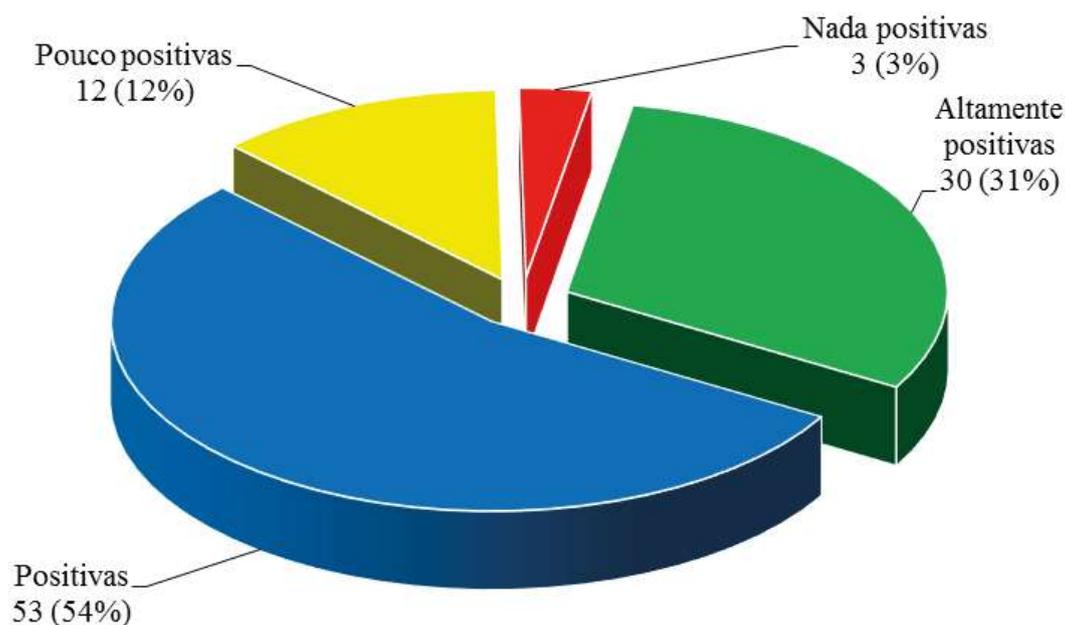
em especial quando avaliadas as ocupações e setores da economia relacionados às formações técnicas profissionais analisadas nesta pesquisa.

Os percentuais obtidos estão coerentes com os resultados da pesquisa realizada pela SETEC (BRASIL, 2009, p. 20), os quais identificaram que a remuneração da maior parcela dos egressos que estavam trabalhando, 25%, é entre um e dois salários-mínimos mensais, seguido de 18% cuja remuneração variava entre dois a três salários-mínimos mensais.

Os resultados obtidos por Pimentel (2015, p. 115), indicaram que a maioria dos egressos de cursos técnicos (34%) possuía rendimentos mensais de até dois salários-mínimos e outros 12% com rendimentos até três salários-mínimos, sendo que aqueles que recebiam mais de cinco salários-mínimos representavam 6% do total de pesquisados.

Quanto às expectativas dos egressos em relação ao mercado de trabalho, 54% afirmaram possuir expectativas positivas e 31% responderam ter expectativas altamente positivas, 12% dos egressos afirmaram ter expectativas pouco positivas e 3% afirmaram ter expectativas nada positivas, conforme demonstrado no **Gráfico 10**.

**Gráfico 10** – Distribuição dos egressos do IF Goiano – Campus Morrinhos quanto às expectativas em relação ao mercado de trabalho para si próprio



Fonte: Dados da pesquisa

Considerando a faixa etária da maioria dos egressos, formada por indivíduos jovens, esses resultados podem ser um indicativo de que a formação profissional contribui para melhor percepção do indivíduo no meio por ele vivenciado em relação às oportunidades. Nessa perspectiva, Guimarães (2011) observou que a percepção do egresso sobre a contribuição da formação técnica recebida vai além de sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, abrindo maiores possibilidades de permanência ou desenvolvimento no emprego, que a qualificação profissional está relacionada à promoção de melhoria na qualidade de vida, aumento da renda e da autoestima do cidadão.

O grau de satisfação do egresso em relação à área profissional, avaliado na pesquisa da SETEC (BRASIL, 2009, p. 24), pode ser relacionado às expectativas dos egressos manifestadas nesta pesquisa. Na referida pesquisa, 60% dos egressos se declararam satisfeitos; 22% muito satisfeitos; 10% indiferentes; 7% insatisfeitos e 1% muito insatisfeito. Os resultados obtidos por Pimentel (2015, p. 116) indicaram, quando avaliada a satisfação dos egressos com relação à atividade profissional exercida, que 52% afirmaram estarem satisfeitos; 13% muito satisfeitos; 14% indiferentes; 17% insatisfeitos e 4% se declararam muito insatisfeitos.

Em uma das questões foi concedida ao egresso a oportunidade de expressar comentários sobre a pesquisa e sua temática. As anotações, apesar de não serem identificadas por respondente e, na maioria das vezes, não fazerem referência direta ao curso cursado pelo egresso, apresentam complemento e detalham melhor a escolha das alternativas de resposta às questões objetivas, abrindo campo para novas pesquisas e servindo como subsídio para a gestão da instituição reavaliar suas práticas. Os comentários também apresentam elogios ao IF Goiano – Campus Morrinhos e à iniciativa de realização desta pesquisa. Os comentários são sintetizados no **Quadro 3**.

**Quadro 3** – Comentários<sup>1</sup> dos egressos

|  |
|--|
| <p>"O curso em si é bom, seria melhor se houvesse uma pesquisa apenas para definir melhor a grade da área técnica de atuação, as aulas técnicas foram poucas e a formação não é muito divulgada no sentido de abranger áreas distintas na parte industrial."</p>   |
| <p>"Registrar o curso para assinatura de projetos, perdemos muitas oportunidades de crescer na empresa."</p>   |
| <p>"Gostaria de reforçar a carência de aulas práticas durante o curso, foca-se muito na teoria e quando saímos para o campo, a parte teórica fica para profissionais formados em cursos superiores. Geralmente conseguimos empregos relacionados à fiscalização de lavoura e supervisão de equipe, seria bom se a grade curricular focasse mais em relações interpessoais, operação e manutenção de máquinas, bem como treinamentos em equipamentos e implementos de última geração. Quanto à temática, acredito que a divulgação de pesquisas como essa ajuda a manter a tese sobre a importância dos IFEs e dos cursos técnicos para alunos de baixa renda."</p> |
| <p>"O curso técnico é muito bom, porém quando terminei o curso houve reforma da grade curricular e não tive oportunidade de me aprimorar, a falta de vagas no mercado de trabalho é grande e isso é um dos motivos prejudiciais para quem gostaria de exercer na área de formação. Sobre a pesquisa, excelente, mostra que nossa opinião é importante para a instituição, espero que venham mais pesquisas assim."</p>   |
| <p>"Atualmente os cursos mudaram muito. A integralização ao Ensino Médio, a presença de alunos muito jovens e professores teóricos (pesquisadores) estão tornando o curso pouco atrativo. Formar técnico jovem gera resistência de empresas para contratação, forçando o mesmo procurar cursos superiores. É preciso colocar aulas práticas e cobrar dos professores mais atitude neste sentido, caso contrário, perde-se o sentido aplicado."</p>   |
| <p>"Mesmo tendo um curso técnico de qualidade, e de ter um estudo de 3 anos muito bom, o ruim é que o mercado de trabalho não anda muito visando alguém que tenha um curso de qualificação, e mesmo assim não aceitando mulheres no ramo, tendo pouca abertura no mercado de trabalho para egresso."</p>   |
| <p>"Acho que a Instituição de ensino deveria firmar convênios e/ou parcerias com as empresas da região para oportunizar aos egressos dos cursos técnicos entrar no mercado de trabalho."</p>   |

|  |
|--|
| <p>"Moro em uma região que não tem muitas áreas relacionadas ao meu curso. Quando tem, são técnicos com salários baixos."</p>  |
| <p>"Os alunos saem bem qualificados na programação, via falhas na minha época quanto à área de manutenção que não era tão focada. Seria interessante se a instituição criasse um projeto relacionando <i>hardware</i> e <i>software</i>. Um bom exemplo disso é o Futebol de Robôs na categoria <i>Very Small Size</i>. Assim, teria um atrativo para os alunos, além de proporcionar uma excelente experiência. Hoje me vejo mais na área acadêmica do que no mercado de trabalho, pois o ambiente industrial muitas vezes não me agrada devido a mau reconhecimento do valor dos profissionais. A área acadêmica te abre muitas portas e gosto muito de pesquisa, então creio que vou mexer com essa linha após a minha formação."</p> |
| <p>"O curso de TI deve abranger mais áreas de conhecimento na informática, e uma especialização maior na parte de programação. O meu curso foi direcionado à programação, e não obtive nenhuma base concreta para utilização do mesmo."</p>  |
| <p>"O curso técnico de Redes e Manutenção de Computadores do IF Goiano - Campus Morrinhos me favoreceu muito profissionalmente e pessoalmente. É atualmente a área que atuo e que pretendo atuar por muito tempo."</p>   |
| <p>"O curso técnico em Agropecuária foi muito produtivo, ótimo corpo docente e uma boa estrutura, hoje estou na graduação em Zootecnia na mesma instituição de ensino e me sinto esperançoso com o curso."</p>   |
| <p>"Fiz o curso técnico em Alimentos, e não me arrependo de maneira alguma, hoje estou cursando Engenharia de Alimentos, graças ao curso técnico. Parabéns pela iniciativa da pesquisa."</p>   |
| <p>"O curso técnico me ajudou muito na minha área profissional em produção de panificação."</p>  |
| <p>"O curso foi excelente para minha vida acadêmica e profissional."</p>   |
| <p>"O conhecimento adquirido com o curso técnico com certeza ajudou muito para a minha carreira profissional e principalmente agora que curso o nível superior."</p>   |
| <p>"Estou satisfeito por ter estudado no IF Goiano e se tiver oportunidade em voltar eu volto, com intenção em fazer o curso superior em sistemas para a internet."</p>  |
| <p>"Gostei muito do curso que fiz, a vez que trabalhei na área gostei muito."</p>  |
| <p>"Foi ótimo estudar, pretendo me qualificar mais."</p>   |
| <p>"Ter concluído o curso no IF foi muito gratificante, com ótimos professores da área, com agradecimento especial à professora Katia. Mas o que aprendemos mesmo é no dia a dia que trabalhamos, ou seja na prática, que as vezes não tem no IF. Abraço a todos."</p>   |
| <p>"Obrigado por me convidar a participar destas perguntas. O conhecimento é o que abre as portas de trabalho principalmente na situação atual do mercado de trabalho. No meu caso quando tomei a decisão de realizar o curso técnico já trabalhava na indústria de alimentos a mais de trinta anos, por isso não tive muito tempo para aplicar meus conhecimentos por ter me aposentado. Posso afirmar que se está difícil conseguir trabalho com formação, imagine sem. Um abraço e muito obrigado, a visão que obtive da fase produtiva na área de alimentos vai servir para encorajar outras pessoas a buscarem, pois é o caminho mais curto para ser diferente."</p>  |
| <p>"Foi ótimo participar da pesquisa, com isso pode nos ajudar bastante. E gostaria de sempre manter contato com IF Goiano Campus Morrinhos pois com isso poderemos trocar experiências."</p>  |

**Fonte:** Dados da pesquisa

<sup>1</sup> Foram transcritos todos os comentários dos egressos, sendo realizadas adequações ortográficas e de concordância, sem alterar o conteúdo das mensagens.

Realizada a caracterização do processo de inserção profissional dos egressos, identificando as áreas de atuação e o nível de coerência com a sua área de formação, níveis de remuneração e expectativas em relação ao mercado de trabalho, abordaremos a seguir sobre os aspectos socioeconômicos, a relação entre qualificação profissional e o mercado de trabalho, sob a perspectiva do empregador.

### **5.3 A perspectiva do empregador no contexto da qualificação profissional e as demandas do mercado de trabalho**

Nesta sessão são realizadas a descrição e a análise dos motivos da escolha das empresas para se instalarem na região do município de Morrinhos e o grau de satisfação dos empregadores em relação à mão de obra com qualificação técnica profissional contratada pela empresa.

Na questão inicial foi realizado o seguinte questionamento aos empregadores: "Considerando a escala numérica de 1 a 5, onde 1 representa baixa relevância na escolha e 5 alta relevância na escolha, classifique dentre os fatores listados abaixo, qual a representatividade de cada um destes na escolha da região de Morrinhos para investimentos da empresa". Os fatores relacionados foram: Localização geográfica; Logística; Mercado consumidor atrativo; Motivação política e econômica (exemplo: incentivos fiscais); Oferta de mão de obra qualificada; Oferta de recursos produtivos (exemplo: matérias primas).

Sobre o fator 'localização geográfica', cinco empregadores responderam que este apresenta alta relevância no motivo para a escolha da região de Morrinhos para investimentos da empresa. Essa classificação é coerente com a classificação para o fator 'logística', em que a alternativa que representa alta relevância foi a mais mencionada pelos respondentes.

O município de Morrinhos está situado a 132 km de Goiânia, apresentando boa localização geográfica, por estar no centro geográfico da Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás, também na região central do país. A infraestrutura presente no Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DIAM), além da rede logística, composta pelas vias de transportes, áreas de produção e armazenamento, atraem investimentos para a região (IMB/SEGPLAN-GO, 2016, p. 84).

A região apresenta boa malha viária de acesso pela BR 153, com pista dupla em bom estado de conservação. A rodovia é administrada por concessionária privada, com a cobrança de pedágio. Além de ligar o estado de Goiás, via Itumbiara, ao Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, trata-se de rede de interligação com os principais centros econômicos do país, incluindo o estado de São Paulo, cuja capital está distante 792 km de Morrinhos. O município de Morrinhos está localizado a 185 km de distância do Porto Seco Centro Oeste S/A, que é um terminal alfandegado privado de uso público, instalado no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).

O Aeroporto de cargas de Anápolis, em fase de construção, será mais uma opção logística a ser explorada. Quanto à rede hidroviária, Morrinhos está localizado a 290 km da cidade de São Simão, onde está instalado o Complexo Portuário de São Simão, à margem do Rio Paranaíba, com acesso

à Hidrovia Tietê-Paraná, que representa o principal ponto de ligação da hidroviária entre o Centro-Oeste brasileiro e os países que compõem o Mercosul (IMB/SEGPLAN-GO, 2016, p. 47; 55).

A análise das respostas indicou que os fatores 'mercado consumidor' e 'oferta de recursos produtivos' foram significativos na decisão do local de implantação das empresas, apresentando relevância mediana. As respostas podem estar relacionadas à facilidade logística para escoamento da produção, uma vez que o mercado consumidor local pode não ser tão relevante. Mas é inegável que a proximidade com a capital do estado já possibilita acesso a um mercado consumidor bastante representativo para a produção alimentícia.

Já os fatores 'motivação política e econômica', e 'oferta de mão de obra qualificada' não influenciaram, significativamente, o processo decisório, por serem considerados como de baixa relevância, o que pode indicar pouca intervenção do poder público, Estado, por meio de políticas públicas para o fomento dos setores produtivos. Conforme já abordado, Sampaio (2009) salienta que, além da qualificação do trabalhador, são necessárias ações de fomento ao setor produtivo, visando o acréscimo de vagas de trabalho disponíveis por meio da criação de postos de trabalho.

Essas informações merecem atenção nesta pesquisa, que tem como eixo a educação profissional e mercado de trabalho, uma vez que, conforme já discutido anteriormente, o mercado precisa estar preparado para absorver a mão de obra qualificada. Demo (1998, p. 12) reforça que "a educação profissional não tem o poder de criar postos de trabalho. É apta apenas a preparar o trabalhador". Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do alinhamento dos cursos ofertados às demandas produtivas locais e regionais, além da atuação dos IFEs no fomento do setor produtivo, por meio de ações de extensão, pesquisa e inovação.

Com vocação econômica centrada nas atividades rurais de agricultura e pecuária, com destaque para o cultivo de alimentos e produção leiteira e setor industrial com destaque para produção de conservas, atomatados e laticínios, o município de Morrinhos apresenta características satisfatórias entre a oferta de recursos produtivos e a demanda.

Os empregadores foram unânimes ao afirmar que a formação técnica representa um diferencial no currículo profissional, confirmando o exposto no discurso político sobre a função e importância da educação profissional, ao dar ênfase a essa modalidade de educação como formação que possibilita elevado potencial de empregabilidade, entendida "não apenas como a capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação" (BRASIL, 1995, p. 9), possibilitando ao cidadão ser empregado, manter-se ou ser promovido em sua colocação no mercado de trabalho.

Com relação à principal atividade exercida pelos egressos de cursos técnicos contratados pelas empresas, a maioria realiza atividades técnicas, sendo que há casos em que os profissionais com formação técnica atuam nas áreas gerenciais e/ou administrativas.

Essas informações são coesas quando relacionadas aos dados apresentados anteriormente sobre as áreas de atuação para as quais os egressos são qualificados durante a formação técnica profissional. E os percentuais obtidos estão coerentes com os resultados da pesquisa realizada

pela SETEC (BRASIL, 2009, p. 26), na qual a maioria dos egressos empregados realizavam atividades técnicas, seguidas das atividades administrativas e gerenciais e, em menor percentual, executavam atividades comerciais e outras não especificadas.

A maioria dos empregadores se considera satisfeita em relação à atuação profissional dos egressos de cursos técnicos contratados. Levando em consideração que, apesar da formação profissional, os indivíduos possuem diferentes traços de personalidade, a linha entre satisfação e insatisfação, quando se avalia pessoas, é tênue. Cabe aqui apresentar o comentário manifestado por um empregador, quando lhe foi concedida a oportunidade de responder se na região há carência de profissionais qualificados: "Há carência de profissionais, pois qualificação tem na região.". Esse comentário pode ser entendido como uma crítica ao comportamento humano e não ao desempenho laboral e pode complementar a análise da avaliação da satisfação.

Por fim, os empregadores afirmaram que nas áreas de formação ofertadas pelo IF Goiano – Campus Morrinhos não há carência de mão de obra qualificada, sendo manifestado o seguinte comentário: "Hoje a situação do mercado de trabalho em nossa região é mais mão de obra qualificada, e menos ofertas de trabalho, para o perfil."

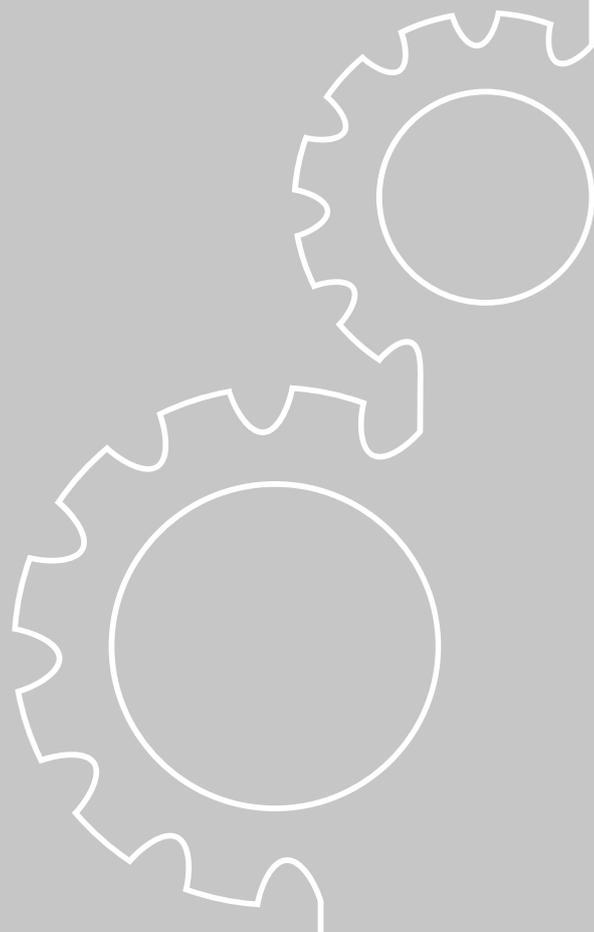
Contudo, houve a afirmação de que há outras áreas que precisam de profissionais, sendo apresentados os seguintes comentários: "Na área da oficina manutenção mecânica, com os cargos de mecânico de máquinas pesadas, eletricitas de colhedoras"; "Manutenção, líderes e operadores de produção, logística"; "Técnicos em eletromecânica; Administrativo"; "Profissionais das áreas de elétrica industrial e mecânica industrial é extremamente carente na nossa cidade, sendo necessário buscar nos grandes centros e pagar valores bem acima da nossa realidade"; "Acho que na região estamos bem qualificados em relação dos cursos que estão à disposição da população. Mas poderia trazer novas oportunidades para as áreas de logística e comercial", afirmando ainda que a instituição de ensino poderia utilizar as informações sobre as demandas do setor produtivo para ofertar cursos nas áreas com *déficit* de qualificação.

Ao analisar as áreas que demandam profissionais, verificamos que não fazem parte das áreas de atuação dos *Campi* Goiano e de Goiás, instalados na Microrregião do Meia Ponte, pois os cursos sugeridos/demandados pelos empregadores são voltados para as áreas industriais e comerciais, cuja qualificação, tradicionalmente, se dá por meio do SENAI e SENAC, respectivamente, que, inclusive, ofertam cursos nessas áreas nas unidades localizadas na cidade de Itumbiara, conforme apresentado anteriormente no Quadro 2.

Concedida a oportunidade ao empregador de fazer alguma consideração sobre a temática desta pesquisa quanto à formação técnica profissional e/ou sobre o mercado de trabalho para egressos de cursos técnicos, as sugestões foram: "Como tem menos oferta de emprego, seria o incentivo para que os formandos investissem no próprio negócio"; "Inserir cursos técnicos direcionados a atender a demanda das atuais empresas que existem e assim estimular novas empresas a se instalarem na cidade".

Esses comentários reforçam a necessidade de integração dos IFEs com o setor produtivo, pois, além da formação integral de cidadãos trabalhadores, faz-se necessário o alinhamento dessa modalidade de educação com as políticas voltadas para o desenvolvimento de setores produtivos, sociais e culturais e sua própria promoção, associada a projetos de desenvolvimento socioeconômico, em âmbito local e regional (BRASIL, 2010), uma vez que essa integração pode favorecer o alcance dos objetivos das políticas públicas de educação profissional.

# CAPÍTULO 6





# CAPÍTULO 6

## 6. Considerações Finais

A pesquisa realizada buscou analisar o processo de inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do IF Goiano – Campus Morrinhos concluintes no período de 2010 a 2014, realizando a contextualização da trajetória da educação profissional e tecnológica no Brasil com os aspectos teóricos relacionados às políticas públicas e, ainda, traçando um paralelo com o mercado de trabalho e as contribuições das políticas públicas de educação para o desenvolvimento regional.

Ao abordar a temática analisando a situação de egressos de cursos técnicos, consideramos aspectos como os apresentados por Dazzani e Lordelo (2012, p. 18), ao afirmarem que “egressos de programas e políticas sociais são sujeitos especialmente interessantes para compreendermos como esses programas e políticas se articulam com a sociedade”. Assim, os egressos de cursos técnicos são tratados como importante fonte de informações, que permitem entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa, constituindo, assim, rica fonte de informação para avaliação.

Sobre a importância das pesquisas com egressos e os conhecimentos delas resultantes, Silveira e Carvalho (2012, p. 45) reforçam que “[...] tais informações são imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação de políticas voltadas para a inclusão social”. E ainda, quanto ao papel dos egressos como partícipes no processo de avaliação da política de educação do Estado (BRASIL, 2009, p. 12), afirma-se que “os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições”. As justificativas apresentadas confirmam ser fundamental que as instituições de ensino estabeleçam um canal de comunicação com seus egressos.

Ao longo da pesquisa foi possível observar que a educação profissional e tecnológica no Brasil se desenvolveu de forma progressiva, atendendo aos anseios do governo, da sociedade e do setor produtivo. O formato atual está consolidado no entendimento de que essa modalidade de educação deve contemplar a oferta de cursos de graduação tecnológica, cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, sempre vinculados a elementos estratégicos para a construção da cidadania, visto seu papel de contribuir para a inserção de jovens e trabalhadores no mercado de trabalho, possibilitando oportunidades de acesso a melhores condições de vida, assim como cooperar no fomento do setor produtivo ao qualificar profissionais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (BRASIL, 2004b; 2010).

Partindo do conceito de desenvolvimento proposto por Dallabrida (2010, p. 17), “um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população”, pode-se pensar na prerrogativa da educação profissional e tecnológica no desenvolvimento nacional, a qual pressupõe o estabelecimento de ações em prol da diminuição das diferenças regionais, por meio de ações de adequação das políticas públicas em nível macro para intervenções na realidade local.

É nesse contexto que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2007-2020 - PDCO (BRASIL, 2007) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2012b) se alinham à Política de Educação Profissional e Tecnológica ao tratar, dentre os subprojetos pleiteados, a promoção da educação profissional; capacitação e qualificação profissional e técnica; realização de inventário das reais necessidades de formação profissional; fortalecimento e ampliação das escolas agrotécnicas (BRASIL, 2007). Assim, consolida-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como um dos alicerces da política nacional de desenvolvimento regional.

A visão expandida da educação técnica profissional também foi edificada a partir dos conceitos de inserção profissional, que, incorporados às discussões sobre trabalho, emprego e ocupação, possibilitaram melhor compreensão das relações entre educação e mercado de trabalho. As mudanças impostas pela inserção da tecnologia no mercado de trabalho e no cotidiano da sociedade exigem um perfil de trabalhador não somente vinculado à execução de tarefas, mas que passe a se relacionar com o processo de produção e com o sucesso do produto ou serviço ofertado, reforçando, assim, os laços com a empresa contratante. Esse novo desempenho profissional faz com que o trabalhador possa adquirir maior empregabilidade, que está diretamente relacionada à capacidade deste ser mais flexível, conseguindo adaptar-se a situações novas e estar sempre pronto a aprender.

Dessa maneira, a preparação para a vida profissional compõe o processo de desenvolvimento pessoal do indivíduo e a certificação profissional, mas, apesar de agregar valor, não garante, por si, a obtenção do emprego, sendo necessárias ações, principalmente movidas pelo Estado, de fomento ao setor produtivo, visando ao acréscimo de vagas de trabalho disponíveis por meio da criação de postos de trabalho.

Uma vez que esta pesquisa foi realizada na Microrregião Meia Ponte do estado de Goiás, caracterizou-se a área da pesquisa, com destaque para o município de Morrinhos, apresentando os aspectos sociodemográficos e econômicos e a situação do mercado de trabalho e educacional.

A pesquisa atendeu aos objetivos propostos e apontou que 65% dos egressos estão trabalhando, 19% já trabalhavam antes da conclusão do curso técnico, 18% começaram a trabalhar em menos de 1 ano após a conclusão do curso técnico. De todo o percentual, 30% atuam em sua área de formação técnica e 85% dos egressos afirmaram possuir expectativas positivas em relação ao mercado de trabalho.

No que tange à formação continuada, 86% dos egressos deram continuidade aos estudos, sendo que 53% do total declararam estarem cursando ou terem cursado curso superior em área correlata à da formação técnica profissional cursada no IF Goiano – Campus Morrinhos. Sobre a fixação regional da mão de obra qualificada, 36% estão residindo no município de Morrinhos, após a conclusão do curso técnico, e 58% afirmaram que, no ano 2017, residem em outra região do estado de Goiás. Destes, uma parcela pode estar residindo na Microrregião do Meio Ponte, informações que podem sugerir capacidade de absorção do sistema produtivo e/ou boas perspectivas no mercado de trabalho local e regional.

Dentre as considerações manifestadas pelos egressos, está a satisfação em relação à formação profissional e humana recebida durante o curso técnico. Como sugestões, mencionou-se a possibilidade de a matriz curricular do curso ter mais aulas práticas em relação às aulas teóricas e, ainda, que sejam melhor estabelecidas as responsabilidades técnicas dos profissionais, permitindo a estes, atuação mais ampla de acordo com as exigências do mercado de trabalho e possibilidade de crescimento profissional.

A pesquisa com os empregadores possibilitou a descrição e análise dos motivos da escolha das empresas para se instalarem na região do município de Morrinhos e o grau de satisfação dos pesquisados em relação à mão de obra com qualificação técnica profissional contratada pela empresa. Os empregadores foram unânimes ao afirmarem que a formação técnica profissional representa diferencial no currículo do trabalhador no momento da seleção de emprego e que, na maior parte das empresas participantes da pesquisa, os profissionais com qualificação técnica exercem atividades em sua área de formação. A maior parte dos empregadores está satisfeita com o desempenho profissional apresentado pelos técnicos contratados.

As ponderações dos empregadores sobre as áreas com carência de mão de obra qualificada na região demonstraram que faltam profissionais qualificados em áreas que não compõem o rol de eixos tecnológicos dos cursos ofertados pelo IF Goiano – Campus Morrinhos, porém, cabe avaliação por parte dos gestores da instituição no sentido de passar a ofertar outros cursos de qualificação, com vistas ao atendimento das demandas do setor produtivo local, o que se torna, também, um atrativo para os alunos e empresas que necessitam de mão de obra específica.

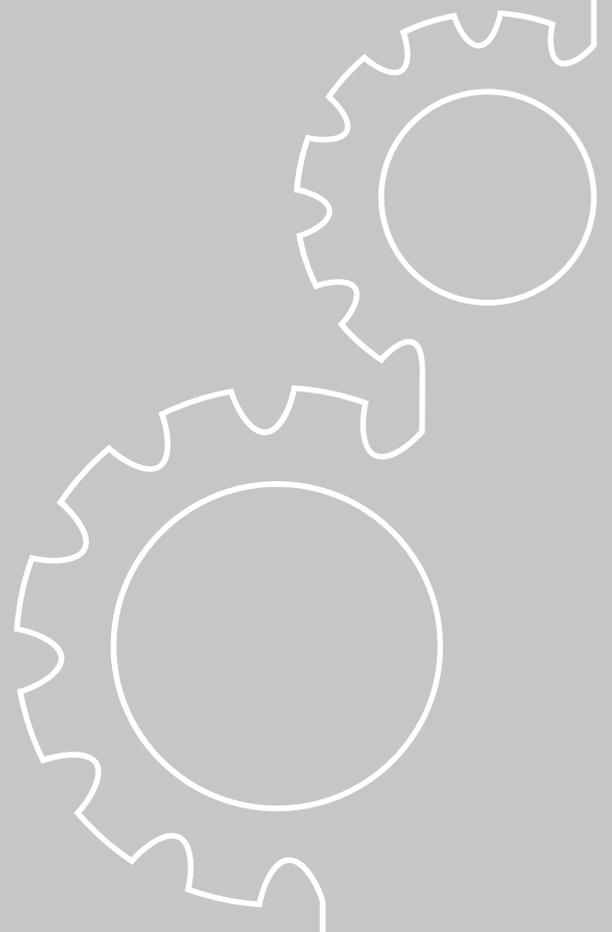
Enfim, os desafios enfrentados no decorrer da pesquisa de campo foram superados e não impediram a obtenção de resultados consistentes, que permitissem comparar os resultados obtidos aos de outras já realizadas na área, demonstrando as semelhanças e divergências entre os resultados. Dentre as dificuldades encontradas podemos citar a desatualização do banco de dados institucional, referente aos egressos, que resultou na impossibilidade de contato com 30% (97); a apatia de muitos egressos em responderem o questionário, pois 19% (42) se recusaram a participar e 37% (82) ignoraram o convite para participação na pesquisa. Entre os empregadores, destacamos a dificuldade de acesso aos gestores e responsáveis pela área de recursos humanos, para apresentação da pesquisa e convite para participação, como a maior barreira enfrentada.

De toda sorte, o desenvolvimento desta pesquisa indicou a necessidade de aprofundamento nas discussões institucionais sobre a matriz curricular dos cursos técnicos, as áreas dos cursos ofertados e maior integração entre a instituição de ensino e o setor produtivo, uma vez que um dos objetivos, se não o principal, da educação técnica profissional é qualificar cidadãos para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, além da atuação como agente de contribuição nas ações em prol do desenvolvimento local e regional. A aproximação e a troca de experiências entre representantes do setor produtivo e a escola podem contribuir para a construção de uma escola mais participativa e compromissada com as demandas do cenário produtivo atual.

Conclui-se, portanto, que a atualidade da pesquisa e a necessidade de acompanhamento continuado dos egressos são, neste momento, reforçadas pelas alterações no Ensino Médio, introduzidas pela Lei n.º 13.415, de 16/03/2017, uma vez que haverá a expansão do número de jovens formados nessa modalidade educacional (BRASIL, 2017). Considerando-se que a inserção profissional não pode ser entendida como uma consequência automática da educação, que qualifica o indivíduo para a atuação profissional, outros estudos sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas educacionais poderão contribuir com novas perspectivas, lançando luzes para a complexa relação educação e mercado de trabalho, não contemplados nesta pesquisa.



# REFERÊNCIAS





# REFERÊNCIAS

ALVES, M. G. **A Inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciência e Tecnologia.** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003. 484 p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n.º 16/1999.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n.º 39/2004.** Aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio. Relator: Francisco Aparecido Cordão. Brasília: 2004a. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla_rede_parecer392004.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de setembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2016

BRASIL. **Decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília: 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 maio 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos estados escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília: 1909. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. **Expansão da Rede Federal.** Brasília: SETEC/MEC, 2016a. <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação básica 2015.** Brasília: 2016c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192)>. Acesso em: 07 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Brasília: 1959. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3552.htm)>. Acesso em: 17 maio 2015.

BRASIL. **Lei n.º 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 09 maio 2015.

BRASIL. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de março de 2017.** Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo ensino médio** – dúvidas. Brasília: 2017a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de políticas de educação profissional e tecnológica. **Catálogo nacional dos cursos técnicos.** Brasília: 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007).** Brasília: 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13381:pesquisa-revela-empregabilidade-de-ex-alunos-da-rede-federal>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica** (Proposta em discussão). Brasília: 2004b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pronatec terá 2 milhões de matrículas em 2016.** Brasília: 2016b. <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/03/pronatec-tera-2-milhoes-de-matriculas-em-2016>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 04 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2007-2020**. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – **Resumo Executivo**. Brasília: 2007a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional - Secretaria de desenvolvimento regional (SDR). 1ª Conferência nacional de desenvolvimento regional (CNDR). **Documento de referência**. Brasília: 2012b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Cadastro geral de empregados e desempregados. **Evolução de Emprego do CAGED – EEC**. Brasília: MTPS, 2017b. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Cadastro geral de empregados e desempregados. **Perfil do município**. Brasília: MTPS, 2017c. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. PDET – Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Relação anual de informações sociais. **Dados estaduais 2015 - estado de Goiás**. Brasília: CGET/DES/SPPE/MTB, 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília: SEFOR, 1995. Disponível em: <<http://www.oocities.org/projetopiracema/ArtigosGlobo/EducacaoProfissional.html>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 03 de fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n.º 5.154/2004. Brasília: 2005. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9 de julho de 2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: 2008a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2016.

CARVALHO, O. F. de. **Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano Editora, 2003.

CIAVATTA, M. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 100-137.

CRISPIM, Z. A. M. de P. *et al.* O egresso da Escola Técnica de Saúde de Unimontes: conhecendo sua realidade no mundo do trabalho. **Relatório Final (Pesquisa integrante do plano diretor 2005-2006) Escola Técnica de Saúde**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2007. Disponível em: <[http://www.observarh.org.br/observarh/repositorio/Repertorio\\_ObservaRH/Unimontes/Egresso.pdf](http://www.observarh.org.br/observarh/repositorio/Repertorio_ObservaRH/Unimontes/Egresso.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2016

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DAZZANI, M. V. M.; LORDELO, J. A. C. A importância dos estudos com egressos na avaliação de programas. *In*: LORDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. M. (Org.). **Estudos com estudantes egressos**: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6214/1/Estudo%20com%20egressos.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

DEMO, P. Educação Profissional: vida produtiva e cidadania. **Boletim Técnico do Senac**. v. 24. n. 2. Maio/Agosto 1998.

FERNANDES, J. C. da C. **Educação tecnológica e empregabilidade**: revelações de egressos. Goiânia: PUC, 2012. 211 f. Tese (Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

FONTELLES, M. J. *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, 23(3), jul.-set. 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do “cidadão produtivo”**: da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens (2001-2004). Rio de Janeiro: UFF, 2004.

GARCIA, G. Entenda a crise econômica. **Agência Brasil**, Brasília, maio 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GOIÁS. Secretaria de Desenvolvimento. **Notícias**. Goiânia: 2016. Disponível em: <<http://www.sed.go.gov.br/post/ver/207587/em-goiatuba--itego-oferece-cursos-tecnicos-de-enfermagem-e-seguranca-do-trabalho>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

GUIMARÃES, E. L. **A Trajetória Profissional dos egressos do Cursos Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – IFNMG Campus Januária**. Seropédica: UFRRJ, 2011. 71f. Dissertação (Mestrado em Educação agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2014**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5213806/pesquisa/19/2014>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

IBGE. **Cidades. Morrinhos 2015**. Ensino – matrículas, docentes e rede escolar. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5213806/pesquisa/13/2015>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

IBGE. **Divisão territorial brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <[http://www.ipeadata.gov.br/doc/divisaoterritorialbrasileira\\_ibge.pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/divisaoterritorialbrasileira_ibge.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=estimativa2016>>. Acesso em: 27 fev.2017.

IBGE. **Notícias**. Mais de 40 milhões de pessoas gostariam de fazer qualificação profissional, mas apenas 3,4 milhões frequentavam esse tipo de curso em 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3395>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

IFG CAMPUS MORRINHOS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Morrinhos. **Histórico**. 2016. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico-morrinhos>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

IFG CAMPUS MORRINHOS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Morrinhos. **Site institucional**. 2017. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/morrinhos>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as Microrregiões do Estado de Goiás – Microrregião do Meia Ponte**. Goiânia: IFG, 2013. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/observatorio/index.php/estudos-microrregionais>>. Acesso em: 14 set. 2016.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. Observatório Regional. Centro-Oeste. **Plano estratégico de atuação do Instituto Federal de Goiás no desenvolvimento regional/local 2010-2014**. Goiânia: IFG, 2010. Disponível em: <[www.ifg.edu.br/observatorio/.../if\\_goias\\_e\\_desenvolvimento\\_regional.pdf](http://www.ifg.edu.br/observatorio/.../if_goias_e_desenvolvimento_regional.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Política de acompanhamento dos egressos**. Goiânia: IFG, 2015. Disponível em: <<http://ifg.edu.br/egresso/index.php/acompanhamento-de-egressos>>. Acesso em: 15 set. 2016.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Site institucional**. 2015. Disponível em: <<http://www.ifgoiano.edu.br/home/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Site institucional**. 2017. Disponível em: <<http://cursos.ifg.edu.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

IMB/SEGPLAN-GO. **Desemprego e probabilidade de inserção ocupacional no período de 2011 a 2014 em Goiás**. Goiânia: IMB, 2016b. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/down/estudo\\_insercao.pdf](http://www.imb.go.gov.br/down/estudo_insercao.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

IMB/SEGPLAN-GO. **Estatísticas das meso e microrregiões do estado de Goiás 2013**. Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos. Goiânia: IMB, 2014. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/mesomicrorregioesibge/2013/mesomicroregioes2013.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IMB/SEGPLAN-GO. **Goiás em dados 2015**. Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Goiânia: IMB, 2016. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id\\_cad=1501](http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=1501)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

IMB/SEGPLAN-GO. **Perfil e potencialidades dos municípios goianos**. Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos. Goiânia: IMB, 2012. Disponível em: <[www.imb.go.gov.br/down/perfil\\_e\\_potencialidades\\_dos\\_municipios\\_goianos.pdf](http://www.imb.go.gov.br/down/perfil_e_potencialidades_dos_municipios_goianos.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

IMB/SEGPLAN-GO. **Produto Interno Bruto dos municípios goianos**. Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos. Goiânia: IMB, 2016a. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pubview.asp?imagem=1300&caderno=Produto%20Interno%20Bruto%20dos%20Munic%EDpios%20Goianos%20-%202013>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

KUENZER, A. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991.

KUENZER, A. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. Cortez: São Paulo, 2002.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas públicas**: conceitos e práticas. [Série Políticas Públicas. v. 7.] Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MORAES JUNIOR, J. J.; TAMEZ, C. A. S. **Finanças públicas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NAJBERG, E.; BARBOSA, N. B. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. In: **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG)**. São Paulo, 22 a 24 de novembro de 2006. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg\\_2006/2006\\_ENAPG276.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2006/2006_ENAPG276.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2015.

OLIVEIRA, S. R. de. Inserção Profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 124-135, jan./mar. 2012.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana, 2011. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PEREIRA, L. A. C. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Brasília: SETEC/MEC, 2009.

PIMENTEL, M. O. de Q. **Traços de percursos de inserção profissional**: um estudo sobre egressos dos conservatórios estaduais de música de Minas Gerais. Porto Alegre: UFRS, 2015. 185 p. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RAMOS, A. F.; FRANÇA, R. L. de. **Educação profissional**: políticas públicas para o ensino técnico profissionalizante. 2005. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC20.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, J. e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. 1998. Disponível em: <[http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20\\_%20analisedepoliticaspUBLICAS.pdf](http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspUBLICAS.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

SAMPAIO, R. L. **Ensino técnico e inserção profissional: a visão dos egressos do CEFET-BA e de seus empregadores**. Brasília: UnB, 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTOS, G. E. de O. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. 2017. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SENAC. Administração Regional em Goiás. [SEI - Turma por Email; Informativo Senac - Unidades do Interior de Goiás]. Destinatário: atendimento@go.senac.br. Goiânia, 13 mar. 2017. 1 E-mail.

SENAI. Unidade Itumbiara – DR/GO. [PESQUISA DE MESTRADO sobre cursos técnicos na Microrregião do Meia Ponte do estado de Goiás]. Destinatário: eleusa.senai@sistemafieg.org.br, dayane.senai@sistemafieg.org.br . Itumbiara, 15 mar. 2017. 1 E-mail

SILVA, L. M. de A e. **O capital humano dos egressos do curso superior de tecnologia em gestão da tecnologia da informação do sudeste goiano no mercado de trabalho**. Goiânia: ALFA, 2015. 76 f. Dissertação (Mestrado profissional em administração) - Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2015.

SILVA, D. C. **Contextualização: políticas públicas no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19158/contextualizacao-politicas-publicas-no-brasil>>. Acesso em: 29 maio 2015.

SILVEIRA, F. F. O mercado está uma fera: o desenvolvimento moral na educação profissional e as mudanças no mundo do trabalho. **Educação profissional: ciência e tecnologia**. Jul.-dez. 2006, v. 1, n. 1, p. 77-88.

SILVEIRA, O. M. C.; CARVALHO, L. T. de. Estratégias metodológicas para estudos com egressos. *In*: LORDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. M. (Org.). **Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador: EDUFBA, 2012. Acesso em: 09 set. 2016.

SIMÕES, C. A. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. *In*: MOLL, J. e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

XIMENES, F. A. **Egressos do curso técnico em Agropecuária: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde**. Goiânia: ALFA, 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado profissional em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2015.

TCU. Tribunal de Contas de União. **Relatório de Auditoria**. Brasília: 2013. Disponível em: <[www.tcu.gov.br/consultas/juris/docs/judoc/acord/20130315/ac\\_0506\\_08\\_13\\_p.doc](http://www.tcu.gov.br/consultas/juris/docs/judoc/acord/20130315/ac_0506_08_13_p.doc)>. Acesso em: 07 set. 2016.



# SOBRE A ORGANIZADORA

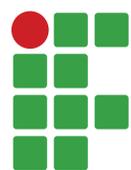
**Érika Lemes de Andrade**, brasileira, natural de Catalão - GO, filha de egresso de curso técnico que, com muito orgulho do grau de escolaridade alcançado, teve toda a sua carreira profissional na área de formação técnica, Técnico em Eletromecânica.

Filha, mãe, esposa e profissional, atuando como Servidora Pública Federal da classe dos Técnicos Administrativos em Educação – TAE desde 2008, ocupando o cargo de Administradora no Instituto Federal Goiano – Reitoria.



Formação acadêmica em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2007); Especialização em Gestão Pública pela UFG (2010); Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2013) formação vinculada ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP; Mestrado em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA (2017).





INSTITUTO FEDERAL  
Goiano

